



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO
1-359/2026

No dia 24 de março de 2026 às 19:07 horas, foi protocolado nesta repartição, sob número 1-359/2026 o presente processo, através de PREFEITURA MUNICIPAL, referente a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho SST (1280) com a finalidade de:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho SST, compreendendo a elaboração, implementação, gestão e envio dos eventos obrigatórios ao eSocial, incluindo os eventos S-2210, S-2220 e S-2240, bem como a elaboração de programas e laudos técnicos exigidos pela legislação trabalhista e previdenciária.

Para constar, lavrou-se o presente TERMO DE ABERTURA que constará dos autos administrativos.

JUCIÉLEN ALBUQUERQUE DE SOUZA
CPL

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | www.novohorizonte.ro.gov.br
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente por **JUCIÉLEN ALBUQUERQUE DE SOUZA, AGENTE ADMINISTRATIVO**, em 24/03/2026 às 19:11, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br, informando o ID **312907** e o código verificador **A6ED6C54**.

Referência: [Processo nº 1-359/2026](#).

Docto ID: 312907 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

ORGÃO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO
SETOR REQUISITANTE:	Secretaria Municipal de Fazenda.
RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

1. Objeto da Licitação:

Registro de Preços para Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços em Saúde e Segurança do Trabalho - SST

2. Justificativa da necessidade da Contratação dos Serviços:

A presente contratação tem por finalidade assegurar a adequada gestão da Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no âmbito das unidades administrativas do Município de Novo Horizonte do Oeste/RO, contemplando a elaboração, implementação, execução e acompanhamento de programas e laudos técnicos obrigatórios, conforme previsto na legislação trabalhista e previdenciária vigente.

De acordo com as demandas identificadas no levantamento interno, o Município possui aproximadamente 321 servidores efetivos, distribuídos em diversas funções e ambientes laborais, o que exige a adoção de medidas sistemáticas e contínuas de prevenção de riscos ocupacionais, monitoramento da saúde dos trabalhadores e regularidade das informações prestadas aos órgãos de controle.

Nesse contexto, a contratação abrange a prestação de serviços especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, incluindo: elaboração e gestão do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), bem como a elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e a realização de Perícias Médicas por Junta Especializada.

Além disso, faz-se necessária a assessoria técnica contínua para o correto envio e gestão dos eventos de SST no sistema eSocial (eventos S-2210, S-2220 e S-2240), garantindo a conformidade das informações prestadas ao Governo Federal, evitando inconsistências, penalidades administrativas e passivos trabalhistas e previdenciários.

A contratação também visa atender às exigências das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à gestão de riscos ocupacionais, controle médico e condições ambientais de trabalho, assegurando a proteção à saúde e integridade física dos servidores públicos, bem como a mitigação de riscos institucionais.

Ressalta-se que o Município não dispõe, em seu quadro permanente, de profissionais especializados suficientes para a execução integral dessas atividades, tornando imprescindível a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada técnica e legalmente, para garantir a eficiência, legalidade e continuidade dos serviços.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se essencial para o cumprimento das obrigações legais, a promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, a correta gestão de afastamentos e benefícios previdenciários, bem como para a redução de riscos trabalhistas, financeiros e administrativos, em conformidade com os princípios da eficiência, legalidade e interesse público.

3.Quantitativo do Serviço a ser Contratado:

Solicitação de nº 79/2026 da Secretaria Municipal de Fazenda.

4. Previsão de data em que deve ser iniciada a Contratação dos Serviços:

Maio/2026

5. Submeto Documento de Formalização da Demanda para avaliação

VANDELEI JOSE DA COSTA
Secretário Municipal de Fazenda
Port. Nº 01/2025

Novo Horizonte do Oeste RO, 01 de Abril de 2026

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | www.novohorizonte.ro.gov.br
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente (CD) por **RONALDO DELAZARI, PREFEITO MUNICIPAL**, em 01/04/2026 às 10:29, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANDERLEI JOSE DA COSTA, SECRETARIO DE FAZENDA**, em 01/04/2026 às 12:13, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br, informando o ID **312908** e o código verificador **71A9AE73**.

Referência: [Processo nº 1-359/2026](#).

Docto ID: 312908 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. OBJETO

Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho (SST), visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade assegurar a adequada gestão da Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no âmbito das unidades administrativas do Município de Novo Horizonte do Oeste/RO, contemplando a elaboração, implementação, execução e acompanhamento de programas e laudos técnicos obrigatórios, conforme previsto na legislação trabalhista e previdenciária vigente.

De acordo com as demandas identificadas no levantamento interno, o Município possui aproximadamente 321 servidores efetivos, distribuídos em diversas funções e ambientes laborais, o que exige a adoção de medidas sistemáticas e contínuas de prevenção de riscos ocupacionais, monitoramento da saúde dos trabalhadores e regularidade das informações prestadas aos órgãos de controle.

Nesse contexto, a contratação abrange a prestação de serviços especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, incluindo: elaboração e gestão do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), bem como a elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e a realização de Perícias Médicas por Junta Especializada.

Além disso, faz-se necessária a assessoria técnica contínua para o correto envio e gestão dos eventos de SST no sistema eSocial (eventos S-2210, S-2220 e S-2240), garantindo a conformidade das informações prestadas ao Governo Federal, evitando inconsistências, penalidades administrativas e passivos trabalhistas e previdenciários.

A contratação também visa atender às exigências das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à gestão de riscos ocupacionais, controle médico e condições ambientais de trabalho, assegurando a proteção à saúde e integridade física dos servidores públicos, bem como a mitigação de riscos institucionais.

Ressalta-se que o Município não dispõe, em seu quadro permanente, de profissionais especializados suficientes para a execução integral dessas atividades, tornando

imprescindível a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada técnica e legalmente, para garantir a eficiência, legalidade e continuidade dos serviços.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se essencial para o cumprimento das obrigações legais, a promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, a correta gestão de afastamentos e benefícios previdenciários, bem como para a redução de riscos trabalhistas, financeiros e administrativos, em conformidade com os princípios da eficiência, legalidade e interesse público.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 Trata-se de uma contratação de mediante licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2 Os serviços serão prestados a contar da assinatura do contrato, e perdurarão pelo período de 12 (doze) meses, nos horários acordadas junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município, respeitadas as exigências deste Edital

3.3 Os serviços, objeto do presente instrumento, somente serão prestados mediante autorização expressa do Secretário da Pasta que o servidor esteja vinculado e do responsável pelo setor de Recursos Humanos do Município;

3.4 Os serviços serão realizados na sede da Contratada.

3.5 Efetuar a perícia médica, emitir e firmar laudos que indiquem a necessidade de concessão do benefício de Auxílio Doença nos primeiros 30 (trinta) dias do atestado, ou outras providências que se verifiquem necessárias na avaliação pericial; avaliação de novos atestados protocolados em razão de discordância de indeferimento ou suspensão do benefício ou readaptação pela junta médica do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, indicando a providência a ser adotada (concessão/prorrogação/suspensão/indeferimento/readaptação); avaliação de necessidade ou continuidade de readaptação de função quando protocolados pelo servidor laudos que indiquem essa necessidade ou quando solicitado pelo responsável da pasta; conceder a alta para o trabalho, conforme entendimento do Médico Perito ou Equipe Médica.

3.6 Observando à particularidade de cada caso e o que dispõe legislação pertinente a matéria, devendo para a realização das perícias atenderem aos seguintes requisitos:

a) Dispor de um Médico com comprovada especialização em Medicina do Trabalho, para a realização de avaliação e emissão de laudo pericial para novos laudos protocolados pelos servidores do município junto ao setor de Recursos Humanos, com período de afastamento igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou avaliação de necessidade ou continuidade de readaptação de função quando protocolados pelo servidor laudos que indiquem essa necessidade ou quando solicitado pelo responsável da pasta.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram identificadas empresas especializadas na prestação integrada de serviços de SST, sendo a contratação por lote único a mais vantajosa, garantindo padronização e eficiência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução consiste na contratação integrada de empresa especializada em SST, com execução por itens, permitindo maior competitividade, economicidade e atendimento das demandas variáveis da Administração.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Conforme Solicitação nº 79/2026, incluindo serviços de PPP, PCMSO, PGR, LTCAT, LTIP, perícias médicas e sistema eSocial.

LOTE 1:

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (JUNTA MÉDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERICIAIS, SENDO JUNTA MÉDICA COM TRÊS MÉDICOS, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PROFISSIONAL MÉDICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO, VISANDO À AVALIAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDOS PERICIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS, NOS CASOS DE AFASTAMENTOS IGUAIS OU SUPERIORES A 30 (TRINTA) DIAS, BEM COMO PARA ANÁLISE DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL OU SUA CONTINUIDADE, QUANDO NECESSÁRIO OU SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO.	80,00	SÇ
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PPP) EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	100,00	SÇ
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PCMSO) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PCMSO (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PGR) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PGR (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LTCAT) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LTCAT (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LIP) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LIP (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (E-SOCIAL) EM SISTEMA DE GESTÃO INFORMATIZADO ON- LINE DE SEGURANÇA DO TRABALHO E E- SOCIAL SOFTWARE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	12,00	MES

6.1. Memória de Cálculo

Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST)

6.1.1. BASE DE CÁLCULO QUANTITATIVO DE SERVIDORES

O dimensionamento dos serviços foi realizado com base no levantamento atualizado do quadro funcional efetivo do Município.

Conforme relação de cargos efetivos apresentada , o Município possui:

Total estimado de servidores efetivos: 321 servidores

Esse quantitativo contempla diversas categorias funcionais (saúde, educação, administrativo, operacional), com diferentes níveis de exposição a riscos ocupacionais.

Listagem de quantitativo por cargo (Efetivo)

Nome Cargo Atual	
AGENTE ADMINISTRATIVO	15
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	30
AGENTE DE SAUDE	1

ASSISTENTE SOCIAL	1
AUX. DE ENFERMAGEM	12
AUX. DE SERVIÇOS DIVERSOS - GARI	6
AUX. SERV.DIVERSOS	16
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	4
AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS-CONSTRUÇÃO DE PONTES	2
CONTADOR	3
COVEIRO	1
ENFERMEIRO 20 HORAS	1
ENFERMEIRO 40 HORAS	14
ENFERMEIRO PSF	1
ENGENHEIRO CIVIL	1
FARMACEUTICO 40 HORAS	2
FISCAL TRIBUTARIO	2
GESTOR AMBIENTAL	2
JARDINEIRO	1
MECANICO	2
MEDICO CLINICO GERAL	2
MERENDEIRA	15
MONITOR	2
MONITOR DE CRECHE	2
MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	8
MOTORISTA DE VEIC. LEVES	8
MOTORISTA DE VEIC.PESADO	7
NUTRICIONISTA	1
ODONTOLOGO	1
OPERADOR DE MAQ.PESADAS	1
OPERADOR DE MOTONIVELADORA	1
OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS	3
OPERADOR RETRO-ESCAVADEIRA	6
PEDAGOGA HAB. SUPERVISAO ESCOLAR	1
PEDAGOGO HABILITADO EM ORIENTAÇÃO ESCOLAR	3
PEDAGOGO HABILITADO EM SERIES INICIAIS	14
PINTOR	1
PROCURADOR JURIDICO	1
PROF MAGISTERIO NIVEL NM I 20HS	14
PROF MAGISTERIO NIVEL NM I 40HS	25
PROF. DE HISTORIA	1
PROF. EDUCAÇÃO FISICA	1
PROF. MAGIST. NIVEL SUP. NM II 20HS	9
PROF. MAGIST. NIVEL SUP. NM II 40HS	2
PROF. MATEMATICA 20HORAS	2
PSICOLOGA	2
TECNICO AGROPECUARIO	1
TECNICO EM CONTABILIDADE	2
TECNICO EM ENFERMAGEM	7
TECNICO EM LABORATORIO	1
TECNICO EM RAIO-X	1
VIGIA	22
ZELADOR	40

6.1.2. ANÁLISE DAS SITUAÇÕES FUNCIONAIS

Além do quantitativo total, foi considerada a situação funcional dos servidores, conforme levantamento :

- Cedidos ao Estado: 10
- Cedidos a outros Municípios: 20
- Auxílio-doença: 23
- Licença maternidade: 4
- Vacância: 11
- Afastamento sem vencimento: 15

Total de servidores temporariamente afastados: 83

6.1.3. DEFINIÇÃO DA BASE OPERACIONAL

Apesar dos afastamentos, para fins de SST:

- Todos os servidores devem possuir histórico ocupacional (PPP, LTCAT, etc.);
- Programas como PGR e LTCAT abrangem todos os ambientes e cargos, não apenas ativos;
- O PCMSO considera tanto ativos quanto retornos e admissões.

6.1.4. JUSTIFICATIVA POR TIPO DE SERVIÇO PCMSO

- Abrange todos os servidores
- Inclui exames admissionais, periódicos, retorno e demissionais

Quantitativo: 01 (programa global)

PGR

- Elaborado por ambiente de trabalho, mas baseado em todos os vínculos
- Considera todos os cargos e setores

Quantitativo: 01 (programa global)

LTCAT

- Avaliação de exposição por função e ambiente
- Abrange todos os servidores para fins previdenciários

Quantitativo: 01 (laudo global com detalhamento por cargo)

LTIP (Insalubridade e Periculosidade)

- Necessário para identificação de adicionais
- Abrange todos os cargos com potencial exposição

Quantitativo: 01 (laudo global)

PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário)

- Documento individual obrigatório
- Necessário para cada servidor ao longo da vida funcional

Quantitativo estimado: até 321 PPPs
(podendo variar conforme demanda admissões, desligamentos e solicitações)

Perícias Médicas (Junta Médica)

Baseado nos afastamentos identificados:

- Auxílio-doença: 23
- Outros afastamentos relevantes

Considerando rotatividade e novas demandas:

Estimativa anual: 80 perícias

Sistema eSocial SST

- Necessário acompanhamento contínuo
- Envio mensal de eventos S-2210, S-2220 e S-2240

Quantitativo: 12 meses

6.1.5. CONSOLIDAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Serviço	Quantitativo
PCMSO	01
PGR	01
LTCAT	01
LTIP	01
PPP	até 100
Perícias Médicas	até 80
Sistema eSocial SST	12 meses

6.1.6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA FINAL

O quantitativo foi definido com base:

- No total de servidores efetivos do Município;
- Na diversidade de cargos e ambientes laborais;
- Na obrigatoriedade legal dos programas de SST;
- Na necessidade de cobertura integral (ativos e histórico funcional);
- Na demanda real observada de afastamentos e perícias.

A metodologia adotada garante:

- Conformidade com legislação trabalhista e previdenciária;
- Cobertura integral dos riscos ocupacionais;
- Segurança jurídica para a Administração;
- Adequação à realidade operacional do Município.

7. ESTIMATIVA DO VALOR

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (JUNTA MÉDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERICIAIS, SENDO JUNTA MÉDICA COM TRÊS MÉDICOS, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PROFISSIONAL MÉDICO COM	80,00	SÇ	1.433,33	114.666,40

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO, VISANDO À AVALIAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDOS PERICIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS, NOS CASOS DE AFASTAMENTOS IGUAIS OU SUPERIORES A 30 (TRINTA) DIAS, BEM COMO PARA ANÁLISE DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL OU SUA CONTINUIDADE, QUANDO NECESSÁRIO OU SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO.				
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PPP) EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO (PPP), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	100,00	SÇ	139,55	13.955,00
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PCMSO) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PCMSO (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	10.497,46	10.497,46
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PGR) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PGR (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	11.875,84	11.875,84
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LTCAT) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LTCAT (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	9.018,76	9.018,76
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LIP) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LIP (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	10.394,92	10.394,92
7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (E-SOCIAL) EM SISTEMA DE GESTÃO INFORMATIZADO ON- LINE DE SEGURANÇA DO TRABALHO E E- SOCIAL SOFTWARE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	12,00	MES	1.331,65	15.979,80

Valor Total: R\$ 186.388,18 (cento e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos).

Ord.	Item	Quant	Valor 1	Valor 2	Valor 3	Valor 4	Valor 5	Valor 6
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (JUNTA MÉDICA)	80	Unit R\$ 1.050,00 Total R\$ 84.000,00	-----	-----	-----	Unit R\$ 1.500,00 Total R\$ 120.000,00	Unit R\$ 1.750,00 Total R\$ 140.000,00
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PPP)	100	Unit R\$ 199,50 Total R\$ 19.950,00	Unit R\$ 45,00 Total R\$ 4.500,00	Unit R\$ 174,16 Total R\$ 17.416,00	-----	-----	-----
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PCMSO)	1	R\$ 12.000,00	R\$ 6.420,00	R\$ 17.648,02	R\$ 5.921,80	-----	-----
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PGR)	1	R\$ 15.000,00	R\$ 8.827,50	R\$ 17.636,12	R\$ 6.039,75	-----	-----
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LTCAT)	1	R\$ 4.800,00	R\$ 7.884,50	R\$ 17.636,12	R\$ 5.774,40	-----	-----
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LIP)	1	R\$ 4.500,00	R\$ 4.815,00	R\$ 26.318,08	R\$ 5.946,80	-----	-----
7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (E-SOCIAL)	12	Unit R\$ 1.200,00 Total R\$ 14.400,00	Unit R\$ 600,00 Total R\$ 7.200,00	-----	Unit R\$ 2.194,95 Total R\$ 26.339,40	-----	-----
Fontes da cotação								
	Empresa	CNPJ - EDITAL - CONTRATO						
Valor 1	SÃO LUCAS MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA	47.540.192/0001-92						
Valor 2	DMD Engenharia, Consultoria e Segurança do Trabalho	09.186.303/0001-15						
Valor 3	PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE-RO	EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026						
Valor 4	PREFEITURA DE MIRANTE DA SERRA-RO	EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026						
Valor 5	PREFEITURA DE CASTANHEIRAS-RO	CONTRATO - 29/2025						
Valor 6	PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE-RO	CONTRATO - 74/2025						

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO

A contratação será realizada em lote único, considerando a natureza integrada dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), os quais são interdependentes e demandam execução coordenada e contínua.

Os programas e laudos técnicos, como PGR, PCMSO, LTCAT, LTIP e PPP, possuem relação direta entre si, sendo que a elaboração de um influencia e subsidia a execução dos demais, especialmente o vínculo entre PGR e PCMSO, bem como a utilização das informações para alimentação dos eventos do e-Social.

A fragmentação do objeto poderia comprometer a padronização dos dados, gerar inconsistências técnicas, dificultar a gestão contratual e aumentar o risco de inconformidades legais, além de elevar os custos administrativos com múltiplos contratos.

Dessa forma, o agrupamento em lote único mostra-se técnica e economicamente mais vantajoso, garantindo maior eficiência, uniformidade na execução dos serviços, responsabilização única do contratado e melhor integração das informações, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

- Conformidade legal;
- Redução de passivos trabalhistas;
- Melhoria da saúde ocupacional;
- Eficiência administrativa.

10. PROVIDÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

- Elaboração do Termo de Referência;
- Pesquisa de preços;

- Acompanhamento contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Após análise detalhada do objeto pretendido, verifica-se que não há contratações correlatas e/ou interdependentes que possam interferir, complementar ou impactar diretamente a execução da presente contratação.

O objeto apresenta natureza autônoma e independente, sendo suficiente, por si só, para atender à necessidade administrativa que motivou a demanda, não havendo necessidade de integração com outros contratos vigentes ou futuros.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Considerando a natureza do objeto, verifica-se que os impactos ambientais são mínimos ou inexistentes, uma vez que não envolve atividades potencialmente poluidoras, geração significativa de resíduos ou intervenções diretas no meio ambiente.

Ainda assim, de forma preventiva, destacam-se possíveis impactos indiretos:

- Consumo de recursos naturais (energia elétrica, papel, insumos);
- Geração pontual de resíduos sólidos administrativos;
- Deslocamento de profissionais, com eventual emissão de gases.

Como medidas mitigadoras, recomenda-se:

- Utilização preferencial de meios digitais, reduzindo o uso de papel;
- Destinação adequada de resíduos, conforme legislação ambiental vigente;
- Adoção de práticas sustentáveis pela contratada, sempre que aplicável;
- Otimização de deslocamentos, visando redução de emissões.

Dessa forma, conclui-se que a contratação não apresenta impactos ambientais relevantes, sendo plenamente compatível com as diretrizes de sustentabilidade e responsabilidade ambiental exigidas pela legislação.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A contratação é viável e necessária para atendimento das demandas institucionais e legais.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | www.novohorizonte.ro.gov.br
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente (CD) por **RONALDO DELAZARI, PREFEITO MUNICIPAL**, em 07/04/2026 às 12:09, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANDERLEI JOSE DA COSTA, SECRETARIO DE FAZENDA**, em 07/04/2026 às 12:50, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br, informando o ID **312909** e o código verificador **2B2F581B**.

Referência: [Processo nº 1-359/2026](#).

Docto ID: 312909 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho (SST), visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

1.2 QUANTITATIVOS

Conforme Solicitação nº 79/2026, incluindo serviços de PPP, PCMSO, PGR, LTCAT, LTIP, perícias médicas e sistema e-Social.

LOTE 1:

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (JUNTA MÉDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERICIAIS, SENDO JUNTA MÉDICA COM TRÊS MÉDICOS, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PROFISSIONAL MÉDICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO, VISANDO À AVALIAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDOS PERICIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS, NOS CASOS DE AFASTAMENTOS IGUAIS OU SUPERIORES A 30 (TRINTA) DIAS, BEM COMO PARA ANÁLISE DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL OU SUA CONTINUIDADE, QUANDO NECESSÁRIO OU SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO.	80,00	SÇ
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PPP) EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	100,00	SÇ
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PCMSO) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PCMSO (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PGR) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PGR (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LTCAT) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LTCAT (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LIP) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LIP (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.
7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (E-SOCIAL) EM SISTEMA DE GESTÃO INFORMATIZADO ON- LINE DE SEGURANÇA DO TRABALHO E E- SOCIAL SOFTWARE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	12,00	MES

1.3. Memória de Cálculo

Objeto: Contratação de empresa especializada em Serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST)

1.3.1. BASE DE CÁLCULO QUANTITATIVO DE SERVIDORES

O dimensionamento dos serviços foi realizado com base no levantamento atualizado do quadro funcional efetivo do Município.

Conforme relação de cargos efetivos apresentada , o Município possui:

Total estimado de servidores efetivos: 321 servidores

Esse quantitativo contempla diversas categorias funcionais (saúde, educação, administrativo, operacional), com diferentes níveis de exposição a riscos ocupacionais.

Listagem de quantitativo por cargo (Efetivo)

Nome Cargo Atual	
AGENTE ADMINISTRATIVO	15
AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	30
AGENTE DE SAUDE	1
ASSISTENTE SOCIAL	1
AUX. DE ENFERMAGEM	12
AUX. DE SERVIÇOS DIVERSOS - GARI	6
AUX. SERV.DIVERSOS	16
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	4
AUXILIAR DE SERVIÇOS DIVERSOS-CONSTRUÇÃO DE PONTES	2
CONTADOR	3
COVEIRO	1
ENFERMEIRO 20 HORAS	1
ENFERMEIRO 40 HORAS	14
ENFERMEIRO PSF	1
ENGENHEIRO CIVIL	1
FARMACEUTICO 40 HORAS	2
FISCAL TRIBUTARIO	2
GESTOR AMBIENTAL	2
JARDINEIRO	1
MECANICO	2
MEDICO CLINICO GERAL	2
MERENDEIRA	15
MONITOR	2
MONITOR DE CRECHE	2
MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR	8
MOTORISTA DE VEIC. LEVES	8
MOTORISTA DE VEIC.PESADO	7
NUTRICIONISTA	1
ODONTOLOGO	1
OPERADOR DE MAQ.PESADAS	1
OPERADOR DE MOTONIVELADORA	1
OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS	3

OPERADOR RETRO-ESCAVADEIRA	6
PEDAGOGA HAB. SUPERVISAO ESCOLAR	1
PEDAGOGO HABILITADO EM ORIENTAÇÃO ESCOLAR	3
PEDAGOGO HABILITADO EM SERIES INICIAIS	14
PINTOR	1
PROCURADOR JURIDICO	1
PROF MAGISTERIO NIVEL NM I 20HS	14
PROF MAGISTERIO NIVEL NM I 40HS	25
PROF. DE HISTORIA	1
PROF. EDUCAÇÃO FISICA	1
PROF. MAGIST. NIVEL SUP. NM II 20HS	9
PROF. MAGIST. NIVEL SUP. NM II 40HS	2
PROF. MATEMATICA 20HORAS	2
PSICOLOGA	2
TECNICO AGROPECUARIO	1
TECNICO EM CONTABILIDADE	2
TECNICO EM ENFERMAGEM	7
TECNICO EM LABORATORIO	1
TECNICO EM RAIO-X	1
VIGIA	22
ZELADOR	40

1.3.2. ANÁLISE DAS SITUAÇÕES FUNCIONAIS

Além do quantitativo total, foi considerada a situação funcional dos servidores, conforme levantamento :

- Cedidos ao Estado: 10
- Cedidos a outros Municípios: 20
- Auxílio-doença: 23
- Licença maternidade: 4
- Vacância: 11
- Afastamento sem vencimento: 15

Total de servidores temporariamente afastados: 83

1.3.3. DEFINIÇÃO DA BASE OPERACIONAL

Apesar dos afastamentos, para fins de SST:

- Todos os servidores devem possuir histórico ocupacional (PPP, LTCAT, etc.);
- Programas como PGR e LTCAT abrangem todos os ambientes e cargos, não apenas ativos;
- O PCMSO considera tanto ativos quanto retornos e admissões.

1.3.4. JUSTIFICATIVA POR TIPO DE SERVIÇO

PCMSO

- Abrange todos os servidores
- Inclui exames admissionais, periódicos, retorno e demissionais

Quantitativo: 01 (programa global)

PGR

- Elaborado por ambiente de trabalho, mas baseado em todos os vínculos

- Considera todos os cargos e setores

Quantitativo: 01 (programa global)

LTCAT

- Avaliação de exposição por função e ambiente
- Abrange todos os servidores para fins previdenciários

Quantitativo: 01 (laudo global com detalhamento por cargo)

LTIP (Insalubridade e Periculosidade)

- Necessário para identificação de adicionais
- Abrange todos os cargos com potencial exposição

Quantitativo: 01 (laudo global)

PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário)

- Documento individual obrigatório
- Necessário para cada servidor ao longo da vida funcional

Quantitativo estimado: até 321 PPPs
(podendo variar conforme demanda admissões, desligamentos e solicitações)

Perícias Médicas (Junta Médica)

Baseado nos afastamentos identificados:

- Auxílio-doença: 23
- Outros afastamentos relevantes

Considerando rotatividade e novas demandas:

Estimativa anual: 80 perícias

Sistema eSocial SST

- Necessário acompanhamento contínuo
- Envio mensal de eventos S-2210, S-2220 e S-2240

Quantitativo: 12 meses

1.3.5. CONSOLIDAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Serviço	Quantitativo
PCMSO	01
PGR	01
LTCAT	01
LTIP	01
PPP	até 100
Perícias Médicas	até 80
Sistema eSocial SST	12 meses

1.3.6. JUSTIFICATIVA TÉCNICA FINAL

O quantitativo foi definido com base:

- No total de servidores efetivos do Município;
- Na diversidade de cargos e ambientes laborais;
- Na obrigatoriedade legal dos programas de SST;
- Na necessidade de cobertura integral (ativos e histórico funcional);
- Na demanda real observada de afastamentos e perícias.

A metodologia adotada garante:

- Conformidade com legislação trabalhista e previdenciária;
- Cobertura integral dos riscos ocupacionais;
- Segurança jurídica para a Administração;
- Adequação à realidade operacional do Município.

1.4. PRAZO DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, o interesse público e a manutenção das condições iniciais da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade assegurar a adequada gestão da Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no âmbito das unidades administrativas do Município de Novo Horizonte do Oeste/RO, contemplando a elaboração, implementação, execução e acompanhamento de programas e laudos técnicos obrigatórios, conforme previsto na legislação trabalhista e previdenciária vigente.

De acordo com as demandas identificadas no levantamento interno, o Município possui aproximadamente 321 servidores efetivos, distribuídos em diversas funções e ambientes laborais, o que exige a adoção de medidas sistemáticas e contínuas de prevenção de riscos ocupacionais, monitoramento da saúde dos trabalhadores e regularidade das informações prestadas aos órgãos de controle.

Nesse contexto, a contratação abrange a prestação de serviços especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, incluindo: elaboração e gestão do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), Laudo de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), bem como a elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e a realização de Perícias Médicas por Junta Especializada.

Além disso, faz-se necessária a assessoria técnica contínua para o correto envio e gestão dos eventos de SST no sistema eSocial (eventos S-2210, S-2220 e S-2240), garantindo a conformidade das informações prestadas ao Governo Federal, evitando inconsistências, penalidades administrativas e passivos trabalhistas e previdenciários.

A contratação também visa atender às exigências das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas relacionadas à gestão de riscos ocupacionais, controle médico e condições ambientais de trabalho, assegurando a proteção à saúde e integridade física dos servidores públicos, bem como a mitigação de riscos institucionais.

Ressalta-se que o Município não dispõe, em seu quadro permanente, de profissionais especializados suficientes para a execução integral dessas atividades, tornando imprescindível a contratação de empresa especializada, devidamente habilitada técnica e legalmente, para garantir a eficiência, legalidade e continuidade dos serviços.

Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se essencial para o cumprimento das obrigações legais, a promoção de um ambiente de trabalho seguro e saudável, a correta gestão de afastamentos e benefícios previdenciários, bem como para a redução de riscos trabalhistas, financeiros e administrativos, em conformidade com os princípios da eficiência, legalidade e interesse público.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na contratação, por lote, de empresa especializada na prestação de serviços de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), com execução por itens, assegurando economicidade à Administração Pública, ao mesmo tempo em que confere flexibilidade na execução contratual, permitindo o atendimento das demandas de forma parcelada, conforme a necessidade efetiva do órgão.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Trata-se de uma contratação de mediante licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.2 Os serviços serão prestados a contar da assinatura do contrato, e perdurarão pelo período de 12 (doze) meses, nos horários acordadas junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município, respeitadas as exigências deste Edital

4.3 Os serviços, objeto do presente instrumento, somente serão prestados mediante autorização expressa do Secretário da Pasta que o servidor esteja vinculado e do responsável pelo setor de Recursos Humanos do Município;

4.4 Os serviços serão realizados na sede da Contratada.

4.5 Efetuar a perícia médica, emitir e firmar laudos que indiquem a necessidade de concessão do benefício de Auxílio Doença nos primeiros 30 (trinta) dias do atestado, ou outras providências que se verifiquem necessárias na avaliação pericial; avaliação de novos atestados protocolados em razão de discordância de indeferimento ou suspensão do benefício ou readaptação pela junta médica do município de Novo Horizonte do Oeste-RO, indicando a providência a ser adotada (concessão/prorrogação/suspensão/indeferimento/readaptação); avaliação de necessidade ou continuidade de readaptação de função quando protocolados pelo servidor laudos que indiquem essa necessidade ou quando solicitado pelo responsável da pasta; conceder a alta para o trabalho, conforme entendimento do Médico Perito ou Equipe Médica.

4.6 Observando à particularidade de cada caso e o que dispõe legislação pertinente a matéria, devendo para a realização das perícias atenderem aos seguintes requisitos:

a) Dispor de um Médico com comprovada especialização em Medicina do Trabalho, para a realização de avaliação e emissão de laudo pericial para novos laudos protocolados pelos servidores do município junto ao setor de Recursos Humanos, com período de afastamento igual ou superior a 30 (trinta) dias, ou avaliação de necessidade ou continuidade de readaptação de função quando protocolados pelo servidor laudos que

indiquem essa necessidade ou quando solicitado pelo responsável da pasta.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Os serviços serão prestados mediante a emissão da Nota de Empenho e Ordem de Serviço emitida pela Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, nos horários acordados junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município, respeitadas as exigências deste Edital;

5.2 Os serviços, objeto do presente instrumento, somente serão prestados mediante autorização expressa do Secretário da Pasta que o servidor esteja vinculado e do responsável pelo setor de Recursos Humanos do Município;

5.3 As perícias médicas poderão ser realizadas na sede da Contratada, sendo uma distância de no máximo 150 (cento e cinquenta) km do município de Novo Horizonte do Oeste- RO (Tal limitação visa evitar deslocamentos excessivos, reduzir custos com transporte e diárias, minimizar o tempo de afastamento dos servidores de suas atividades e assegurar maior agilidade na realização das avaliações médicas, contribuindo para a celeridade dos processos administrativos e para a adequada gestão de recursos humanos).

5.4 As perícias médicas serão realizadas de acordo com as necessidades descritas no item 01, cabendo ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Novo Horizonte do Oeste-RO informar a Contratada qual a situação de cada servidor a ser encaminhado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias;

5.5 Os Serviços deverão ser entregues à CONTRATADA encadernados e com capa, no prazo de 90 (noventa) dias após emissão da Ordem de Serviço;

5.6 O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior à do seu vencimento;

5.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24(vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades isentando a administração de qualquer custo adicional.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) fiscal administrativo do contrato, representante da Administração especialmente designado conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo com informações pertinentes a essa atribuição.

6.3 O fiscal administrativo do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, verificar prazos, cumprimento das obrigações, realizações de assinaturas nos documentos e demais procedimentos relacionados a atividade administrativa.

6.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

- 6.5 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 6.6 O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 6.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 6.8 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 6.9 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.10 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 6.11 O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:
- 6.12 Analisar a documentação que antecede o pagamento;
- 6.13 Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 6.14 Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- 6.15 Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- 6.16 Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- 6.17 Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços.

7. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade;
- 7.1.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal;
- 7.1.2 O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de recebimento na fatura/nota fiscal e a documentação da empresa estiver regular. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura;
- 7.1.3 Sanadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito

do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária;

7.1.4 A nota fiscal deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato. A Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim apresentarem.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

8.1 O critério que deverá ser adotado para seleção de qual a proposta mais vantajosa para a presente contratação será o de MENOR PREÇO POR LOTE.

A contratação será realizada em lote único, considerando a natureza integrada dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), os quais são interdependentes e demandam execução coordenada e contínua.

Os programas e laudos técnicos, como PGR, PCMSO, LTCAT, LTIP e PPP, possuem relação direta entre si, sendo que a elaboração de um influencia e subsidia a execução dos demais, especialmente o vínculo entre PGR e PCMSO, bem como a utilização das informações para alimentação dos eventos do e-Social.

A fragmentação do objeto poderia comprometer a padronização dos dados, gerar inconsistências técnicas, dificultar a gestão contratual e aumentar o risco de inconformidades legais, além de elevar os custos administrativos com múltiplos contratos.

Dessa forma, o agrupamento em lote único mostra-se técnica e economicamente mais vantajoso, garantindo maior eficiência, uniformidade na execução dos serviços, responsabilização única do contratado e melhor integração das informações, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.2 EXIGÊNCIAS DA HABILITAÇÃO

8.2.1 A qualificação dos proponentes deve ser realizada de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei nº 14.133/21.

8.2.2 Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-CRF, dentro da validade;

8.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, relativa a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, dentro da validade;

8.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

8.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante, dentro da validade;

8.2.6 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, demonstrada através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em conformidade com a Lei 12.440/11;

8.2.7 Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo cartório de distribuição da sede do licitante, dentro do prazo de validade. Se não constar prazo de validade da mesma deverá ter sido emitida no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias;

8.2.8 Apresentar Comprovação da inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina, bem como dos profissionais técnicos responsáveis pela elaboração dos laudos e perícias.

8.2.9 Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo conselho Profissional competente,

dos serviços a serem prestados.

8.2.10 Licença sanitária Municipal ou Estadual.

9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A contratada ficará sujeita às penalidades e sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, em especial aquelas dispostas nos arts. 155 a 163, em caso de infração às disposições contratuais, execução inadequada do objeto ou descumprimento das obrigações assumidas.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou

será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no [inciso II do caput do art. 156 desta Lei](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#), o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos [incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei](#) exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável. [\(Regulamento\)](#)

A aplicação das sanções observará os princípios do contraditório e da ampla defesa, bem como os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, conforme estabelecido na legislação vigente.

10. ESTIMATIVA DO VALOR

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (JUNTA MÉDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERICIAIS, SENDO JUNTA MÉDICA COM TRÊS MÉDICOS, COM NO MÍNIMO 1 (UM)	80,00	SÇ	1.433,33	114.666,40

Item	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
	PROFISSIONAL MÉDICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO, VISANDO À AVALIAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDOS PERICIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS, NOS CASOS DE AFASTAMENTOS IGUAIS OU SUPERIORES A 30 (TRINTA) DIAS, BEM COMO PARA ANÁLISE DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL OU SUA CONTINUIDADE, QUANDO NECESSÁRIO OU SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO.				
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PPP) EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	100,00	SÇ	139,55	13.955,00
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PCMSO) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PCMSO (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	10.497,46	10.497,46
4	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PGR) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PGR (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	11.875,84	11.875,84
5	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LTCAT) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LTCAT (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	9.018,76	9.018,76
6	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LIP) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LIP (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	10.394,92	10.394,92
7	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (E-SOCIAL) EM SISTEMA DE GESTÃO INFORMATIZADO ON- LINE DE SEGURANÇA DO TRABALHO E E- SOCIAL SOFTWARE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	12,00	MES	1.331,65	15.979,80

Valor Total: R\$ 186.388,18 (cento e oitenta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais e dezoito centavos).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente contratação encontra-se devidamente prevista no planejamento orçamentário do órgão, estando compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, bem como com o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Ressalta-se que a execução da despesa estará condicionada à emissão de prévio empenho, nos termos da legislação vigente, garantindo o controle e a responsabilidade fiscal.

Dessa forma, resta comprovada a viabilidade orçamentária da contratação, não havendo impedimentos quanto à sua realização sob o aspecto financeiro.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | www.novohorizonte.ro.gov.br
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente (CD) por **RONALDO DELAZARI, PREFEITO MUNICIPAL**, em 07/04/2026 às 12:09, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANDERLEI JOSE DA COSTA, SECRETARIO DE FAZENDA**, em 07/04/2026 às 12:50, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br, informando o ID **312910** e o código verificador **D5A808EE**.

Referência: [Processo nº 1-359/2026](#).

Docto ID: 312910 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

FASE DE PLANEJAMENTO

Risco 1

Descrição: Deficiência na definição da demanda ou inconsistência entre ETP, TR e quantitativos (especialmente PPP, perícias e base de 321 servidores).

Probabilidade: Média

Dano Potencial: Dimensionamento inadequado da contratação, podendo gerar insuficiência ou excesso de serviços, comprometendo a economicidade e a execução contratual.

Ação Preventiva: Elaboração do ETP com memória de cálculo detalhada, validação dos quantitativos e alinhamento integral com o Termo de Referência.

Responsável: Secretaria requisitante

Ação de Contingência: Revisão técnica dos documentos e readequação dos quantitativos antes da publicação.

Risco 2

Descrição: Inconsistência entre o modelo de contratação (lote único) e a justificativa técnica constante no ETP e TR.

Probabilidade: Baixa

Dano Potencial: Impugnações, questionamentos por órgãos de controle e risco de suspensão do certame.

Ação Preventiva: Justificar tecnicamente o lote único com base na interdependência dos serviços de SST (PGR, PCMSO, LTCAT, LTIP, PPP e e-Social).

Responsável: Secretaria requisitante e Setor de Licitação

Ação de Contingência: Ajuste da justificativa e republicação do edital, se necessário.

FASE DE LICITAÇÃO

Risco 3

Descrição: Elaboração do edital em desconformidade com o ETP e TR, especialmente quanto ao critério de julgamento por lote, especificação dos serviços e quantitativos.

Probabilidade: Alta

Dano Potencial: Suspensão, anulação do certame ou contratação inadequada, com risco de não atendimento da necessidade administrativa.

Ação Preventiva: Revisão completa do edital com base no ETP e TR, utilização de checklist e validação jurídica prévia.

Responsável: Setor de Licitação

Ação de Contingência: Retificação do edital, reabertura de prazos e correção das inconsistências.

Risco 4

Descrição: Baixa competitividade devido à contratação em lote único.

Probabilidade: Média

Dano Potencial: Redução do número de participantes e possível elevação dos preços.

Ação Preventiva: Justificativa técnica robusta do lote único, demonstrando a interdependência dos serviços e ganho de eficiência.

Responsável: Setor de Licitação

Ação de Contingência: Reavaliação do modelo de contratação em caso de fracasso ou deserto.

Risco 5

Descrição: Falhas na publicidade dos atos do processo licitatório.

Probabilidade: Média

Dano Potencial: Nulidade do certame, redução da competitividade e questionamentos legais.

Ação Preventiva: Controle rigoroso de prazos e publicações nos meios oficiais.

Responsável: Setor de Licitação

Ação de Contingência: Regularização das publicações e comunicação formal à autoridade competente.

FASE DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Risco 6

Descrição: Execução inadequada dos serviços de SST, especialmente inconsistências entre PGR, PCMSO, LTCAT e envio ao e-Social.

Probabilidade: Alta

Dano Potencial: Irregularidades legais, passivos trabalhistas e previdenciários, além de riscos à saúde dos servidores.

Ação Preventiva: Exigência de qualificação técnica, fiscalização contínua e validação dos documentos entregues.

Responsável: Fiscal do contrato

Ação de Contingência: Notificação da contratada, aplicação de sanções e eventual rescisão contratual.

Risco 7

Descrição: Atraso na entrega dos programas e laudos técnicos.

Probabilidade: Média

Dano Potencial: Descumprimento de obrigações legais e prejuízo à Administração.

Ação Preventiva: Definição clara de prazos e acompanhamento periódico.

Responsável: Fiscal do contrato

Ação de Contingência: Aplicação de penalidades e exigência de cumprimento imediato.

Risco 8

Descrição: Dificuldade de acesso às perícias médicas (distância, logística ou agendamento).

Probabilidade: Baixa

Dano Potencial: Atraso na avaliação dos servidores e impacto na gestão de afastamentos.

Ação Preventiva: Limitação da distância da sede da contratada (até 100 km) e planejamento prévio dos atendimentos.

Responsável: Secretaria requisitante

Ação de Contingência: Reorganização dos agendamentos ou exigência de atendimento prioritário.

Risco 9

Descrição: Descumprimento de obrigações trabalhistas pela contratada.

Probabilidade: Alta

Dano Potencial: Responsabilização subsidiária da Administração.

Ação Preventiva: Fiscalização documental periódica (FGTS, INSS, CNDT).

Responsável: Fiscal do contrato

Ação de Contingência: Retenção de pagamentos e comunicação aos órgãos competentes.

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | www.novohorizonte.ro.gov.br
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente (CD) por **RONALDO DELAZARI, PREFEITO MUNICIPAL**, em 01/04/2026 às 14:30, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANDERLEI JOSE DA COSTA, SECRETARIO DE FAZENDA**, em 02/04/2026 às 12:56, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br, informando o ID **312911** e o código verificador **CD3A6948**.

Referência: [Processo nº 1-359/2026](#).

Docto ID: 312911 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

Solicitação de Compra - Contratação de Serviços

Solicitação Nº: 79/26

Data: 20/03/2026

Descrição:

Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho SST

Centro de Custo: **2 SEC. MUN. FAZENDA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**

Observação:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho SST

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.
1	055.009.121		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (JUNTA MÉDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERICIAIS, SENDO JUNTA MÉDICA COM TRÊS MÉDICOS, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PROFISSIONAL MÉDICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO, VISANDO À AVALIAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDOS PERICIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS, NOS CASOS DE AFASTAMENTOS IGUAIS OU SUPERIORES A 30 (TRINTA) DIAS, BEM COMO PARA ANÁLISE DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL OU SUA CONTINUIDADE, QUANDO NECESSÁRIO OU SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO.	80,00	SÇ
2	055.009.122		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PPP) EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	100,00	SÇ
3	055.009.125		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PCMSO) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PCMSO (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
4	055.009.126		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PGR) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PGR (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
5	055.009.127		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LTCAT) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LTCAT (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
6	055.009.128		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LIP) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LIP (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ
7	055.009.129		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (E-SOCIAL) EM SISTEMA DE GESTÃO INFORMATIZADO ON- LINE DE SEGURANÇA DO TRABALHO E E- SOCIAL SOFTWARE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	12,00	MES

20 de março de 2026.



Documento assinado eletronicamente (CD) por **RONALDO DELAZARI, PREFEITO MUNICIPAL**, em 01/04/2026 às 10:28, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VANDERLEI JOSE DA COSTA, SECRETARIO DE FAZENDA**, em 01/04/2026 às 12:13, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br, informando o ID **315661** e o código verificador **108F318B**.

Referência: [Processo nº 1-359/2026](#).

Docto ID: 315661 v1



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AVENIDA ELZA VIEIRA LOPES, 4803, Centro, , NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO

CNPJ : 63.762.009/0001-50

Página 1 de 6

2.1 - Cadastro de Trabalhadores

01/04/2026 08:16:17

Nome	Idade
LORENA NASCIMENTO CARNEIRO	27
IARA DIAS DO NASCIMENTO	29
WANDERSON MARQUES SPERTI	30
DAIANE FERNANDES DA SILVA COSTA	30
INGRED SOUZA PEIXER	30
POLIANA KLIPEL DUARTE	30
WILLIAN GOMES BRANDAO	30
BRUNA CARLA MARTINHAGO PEREIRA	31
ADRIANA DO CARMO CONSTANCIO	31
KEZIA LORETTE CALAZAM FERNANDES	31
DANIELE PEREIRA BASTOS BORSONI	31
SILMARA FERREIRA DA SILVA	31
JUCIELEN ALBUQUERQUE DE SOUZA	32
ERICA GARCIA DE LIMA	32
JESSICA LOPES DOMINGUES CIQUEIRA	32
UELITON MORANDE DA SILVA	32
MIRIAN FERREIRA MOREIRA	32
EMERSON DOS SANTOS FERREIRA	32
ANDERSON ANTONIO RAMOS	33
SUZILEIA SOUSA DE OLIVEIRA	33
JACQUELINE RONCONI BORBA	33
ANA CLAUDIA REIS DOS SANTOS	33
EVERALDO BAPTISTA BLASER	33
LEOMAR SIMOES DOS SANTOS	34
ERIVELTON INACIO DA SILVA	34
GRACIELE OSOWSKISKIERZINSKI	34
ANGLAJACOMINI ANDRADE	34
VALDIVIA MARTINS GUSMAO	34
JOSE ANTONIO CANDIDO	34
ADAILTO JERONIMO DE SOUSA	34
CRISTIANO NOGUEIRA DE LIMA	35
JEANS CARLOS ALCINO BIANCARDI	35
CLAUDINEI SANTOS GUIMARAES	35
SONAY DE MELLO MENESES	35
ANGELICA NUNES DE MELO	35
JONIEL SILVARES DE OLIVEIRA	35
DAYANE DOS SANTOS SIMOES CARNEIRO	35
FERNANDA LEMES	36
ALEX ALBERTO NAVA	36
MARCIO ALVES FERREIRA	36
RONEI FERREIRA	36
GISELIDA COSTA GOMES	36
ALINE DE OLIVEIRA CARVALHO	37
JOSIAS VIDAL DE ALMEIDA JUNIOR	37
FABRINY CRISTTINA FERRAZ PALONI	37
CHRISTIA RIKELI BORGES TERTO	37
PRICILA VENTURINI	37
CARLA TAVEIRA NUNES	37
JACONIAS CARLOS DE ANDRADE	38
JULIANO ARRUDA MARTINS	38
ANGELICA DE OLIVEIRA SOUZA	38
LUZIELE DA CRUZ ALMEIDA SILVA	38
GILZA FLEGLER RODRIGUES	38
EDSON GUZANSKY DE LIMA	38
VALDINEI LEANDRO FERREIRA	38
ROBSON ARAUJO DA SILVA	38
EVANILSON BARBOZA	39
RONILDO CONCEICAO SOUZA	39
JERRI ADRIANO DE LIMA	39



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AVENIDA ELZA VIEIRA LOPES, 4803, Centro, , NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO

CNPJ : 63.762.009/0001-50

Página 2 de 6

2.1 - Cadastro de Trabalhadores

01/04/2026 08:16:17

Nome	Idade
DANIELA RAMOS	39
SIDNEI FURTADO MENDONÇA	39
LUCINALDO GOMES DA SILVA	39
ELIELZA SIMÕES DOS SANTOS	40
ALINE RIBEIRO DE SOUZA	40
ALAN ATAÍDES ZUCONELLI	40
JULIANA DA CONCEIÇÃO BATISTA	40
VANDERLEIA SKIEZYNSKI	40
SUZANA DONAZZOLO GARCIA SOUZA	41
HAROLDO ALONSO DOS SANTOS	41
RONALDO DE LAZARI	41
JUSSIE DA SILVA GAMBARTÉ	41
JACOB JESUS DA SILVA	41
CLODOALDO DA SILVA GALINDO	41
ELIZANA HELENA DE SOUZA SANTOS	41
ELEANDRO EGGERT	41
DIONES SOARES ANDREOLI	41
ROSELI MIRANDA DA SILVA	42
JUSCELIA RODRIGUES DE SOUZA NASCIMENTO	42
GEZREEL PEREIRA DE OLIVEIRA	42
LUCIENE VENANCIO DE ANDRADE	42
VALQUIRIA JOSE ALVES FONSECA	42
ARSENEIDE FRANCINELY FERNANDES DE MOURA	42
MIRIAN GOMES MACEDO DA SILVA SOARES	42
MARCIO MARTINS SANTOS	42
EDMAR DO CARMO CONSTANCIO	42
MICHELLI CRISTINA GARCIA	42
MARCIO LANA COELHO	42
DGEIME MARCONATO OLIVEIRA	42
SIDNEY JOSE AMADO	42
MARGARETE GOMES DOS SANTOS	43
JULIANA SOARES DA SILVA	43
CLEIA SANTOS MADEIRA	43
QUITERIA DOMINGOS DOS SANTOS	43
ARLETE ROQUE DUARTE	43
ELIANE DE BRITO LIRA	43
CELIA REGINA MACHADO DE SOUZA	43
CLEIA DE OLIVEIRA SILVA PEREIRA	43
VANDELINA JORGE	43
ALESSANDRA DA SILVA LEITE	43
MARCIA SATO	43
EDIVALDO RAFAEL DE SOUZA	43
VALTEIR ALEX DE MOURA	43
MERITEREZINHA ZERFAZ	43
ROZANIA CRISTINA BORSONI	44
MARIA APARECIDA DA SETUBAL	44
JOSUE OTAVIO DE MOURA	44
EDEILSON ELLER	44
FLAVIO DE OLIVEIRA DO NASCIMENTO	44
DANIELI CAMPOIO LOPES	44
IREN ELEN DA COSTA ANTUNES	44
MANOEL LAURENTINO DA SILVA	44
ANGELA MARIA BOARETO VASCONCELOS	44
ELIZANDRA DALAZEN MARQUES	44
ELISANGELA MARIA DA SILVA	44
ALEX SANDRO SCHUAWB	44
REGILENE PEREIRA WELMER	44
ELIANE BARBOSA FERREIRA MACIEL	44
NILZA PONTE RODRIGUES	45



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AVENIDA ELZA VIEIRA LOPES, 4803, Centro, , NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO

CNPJ : 63.762.009/0001-50

Página 3 de 6

2.1 - Cadastro de Trabalhadores

01/04/2026 08:16:17

Nome	Idade
EVANDRO LUIZ LAZARIN	45
VALDEMIR DA SILVA DE OLIVEIRA	45
ROSANGELA REGINA DE OLIVEIRA	45
LEANDRO LOPES DONGUI	45
FABIANO DE LIMA	45
IRLEANE LOOSE KESTER	45
CLEUSA MIRANDA DA SILVA	46
RUTH GARCIA DUARTE OLIVEIRA	46
MARIA IZABEL DE OLIVEIRA FREITAS	46
MARILZA VITOR RIBEIRO	46
ROMILDO APARECIDO MARTINS	46
FRANCISCO DOMINGOS DOS SANTOS	46
ROSINEI FERREIRA DE ALMEIDA	46
KEILA DA SILVA DOS ANJOS	46
SERGIO JOSE FILIPIN	47
TATIANE MARIA PEREIRA COLLA	47
NOELI MARIA DE ARAUJO LIMA	47
APARECIDA NUNES DE MELO SANTANA	47
LUCELIA SILVA LIMA	47
EDU BAUSEN	47
ELISANGELA REGINA DE OLIVEIRA	47
LUCILENE GONCALVES DE SOUZA SILVA	47
JOSE LUIZ LOPES DONGUI	47
ANTONIO MARCOS VIEIRA	47
DIVINA APARECIDA FELICIO	47
MARCIA APARECIDA OVIDIO	47
RONALDO ADRIANO DE OLIVEIRA	48
HERBENIA CARDOSO DOS SANTOS BOREL	48
IZOLINA MARIA DA CUNHA	48
JOSE TEIXEIRA DA SILVA NETO	48
LEILA MIRANDA DE SOUZA	48
ERIKSON VAGNER RECIO GARCIA	48
MARIA APARECIDA GOMES DOS SANTOS	48
SIRLEI MARCELINO DE SOUZA	48
WILKER MARTINS DOS SANTOS GINES	48
VERA RAMOS DE OLIVEIRA FERNANDES	48
LEONETE SILVESTRE FRANCA	49
SERGIO PEREIRA DOS SANTOS	49
ILSON JOSE PEIXER	49
CLAUDIO DE LIMA SILVA	49
ELIANE APARECIDA SAVASSINI	49
EUNICE EVANGELISTA	49
NEIVA ALVES FERREIRA FLEGLER	49
SUELY SILVEIRA DA SILVA	49
MARILENE APARECIDA DIAS DO NASCIMENTO	49
GILCY LAINE FLORES DOS SANTOS	49
ALESSANDRO MARCELINO DE SOUZA	50
MEIDA RAMOS DE ARAUJO BARROS	50
DORVALINA MARTINS BREMBATI SANTOS	50
JOAO CARLOS DA SILVA ALVES	50
IVANILDA ESTEVES DA SILVA NEDEL	50
ANA CRISTINA OLIVEIRA NEVES	50
NEILSON LOPES PINHEIRO	50
ALVINA KAPISCH FERREIRA MIRANDA	50
CARLOS DE SOUZA SILVA	50
SANDRA MARIA ALVES DOS SANTOS	50
MARLY RODRIGUES DOS SANTOS COSTA	50
EDILEUZA NATALIA DOS SANTOS	50
JOEL OSTROWSKI	50



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AVENIDA ELZA VIEIRA LOPES, 4803, Centro, , NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO

CNPJ : 63.762.009/0001-50

Página 4 de 6

2.1 - Cadastro de Trabalhadores

01/04/2026 08:16:17

Nome	Idade
IRENE GOMES MACEDO NOGUEIRA	50
ELIANA CAPISCH	51
ANGELA MARIA ASSIS	51
DEISE FELIX DE OLIVEIRA	51
ELIANA LOPES DONGUI POLATTO	51
SIDINEI POLATTO	51
DEBORA ERNANDES	51
GENILDA SIMOES DE ARAGAO SARAFIM	51
ARLENE REPKE	51
SILVANA SCALZER SILVA	51
JOSUEL LOURENCO DE MIRANDA	51
JOSE BENTO LEODERIO MORAES	51
ADRIANO IAROSI	51
MARCOS ANTONIO DA SILVA	51
SUZANA ALVES DE OLIVEIRA PENHA	51
VILMAR CAVALCANTE PEREIRA	51
ELIETE MARQUES DA COSTA FERREIRA	51
EVA DOS SANTOS PLASTER	52
SONIA MARIANO DE SOUZA MENEZES	52
MARIA MADALENA OLIVEIRA SILVA	52
MARILEI ROCHA DONAZZOLO	52
ARLINDO ANDRADE JUNIOR	52
RONALDO LEITE BRITO	52
LAERTE PEREIRA DE ASSIS	52
ZELIA SILVA BARBOSA	52
LEIA LORETTE CORDEIRO	52
ELIENAI MARQUES DA COSTA	52
TATIANA NEVES FREIRE	52
EDE LMA SOUZA LIMA	52
JOSE ALMIRO DE MELLO	52
VILSON GUABIRABA BOMFIM	53
WAGNER BARRETO DOS SANTOS	53
VANILDA MONTEIRO GOMES	53
CARLINDO KLUG	53
JOAQUIM CONCEICAO DE SOUZA	53
LUIZ NILDON DA SILVA	53
IVANI RODRIGUES DO NASCIMENTO	53
MARCIA PLASTER	53
ADILSON HENRIQUE SANTANA	53
JOSE ROBERTO DE FREITAS	53
ANTONIO OSTROSKI	53
JOAO FERNANDES DE LIMA	53
ELIZABETE ROSA SANTANA CLASTE	53
SONIA DA SILVA SOBLINHO MARTINHAGO	53
ELIZETE MARIANO DOS SANTOS SILVA	54
ANTONIA LEITE DANTAS NETA SANTOS	54
MANOEL LEANDRO VEIGA	54
JOSINO MARCIO DE OLIVEIRA	54
ROMILDO FERREIRA	54
LEILA REGINA DE SOUZA CARVALHO	54
ADRIANA TEIXEIRA DE SOUZA	54
JUCARA RAMOS LISBOA	54
JOAO SILVA DOS SANTOS	54
NELMA APARECIDA RODRIGUES	54
SILVIO SOARES DO NASCIMENTO	54
MARIA DAJUDA SILVA DE JESUS	55
VILMAR CORREIA DE SOUZA	55
APARECIDA REVESSE	55
VANDERLEI PATUSINA LOCARDI	55



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AVENIDA ELZA VIEIRA LOPES, 4803, Centro, , NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO

CNPJ : 63.762.009/0001-50

Página 5 de 6

2.1 - Cadastro de Trabalhadores

01/04/2026 08:16:17

Nome	Idade
NILDO DA SILVA	55
VALDINEI DE SOUZA BRITO	55
EDINILSON PROCOPIO GEREMIAS	55
ANTONIO AUGUSTO NEVES J UNIOR	55
LUCINEIDE ALVES DA COSTA	55
IZABEL SIMOES DE ARAGAO SILVA	55
LUCIA BARBOSA DOS SANTOS	56
LAIZIR PEREIRA DA COSTA GARCIA	56
MAURA IS MENIA SERAFIM	56
SERGIO FRANCISCO DE LIMA	56
ELIZABETH MACIEL DE CAMARGO	56
WILSON APARECIDO CARRETA	56
EDNA BONAZZI GOULART	56
PAULO SILVA DOS SANTOS	56
IVANETE DOS SANTOS SILVA SOUZA	56
MARIA APARECIDA MESQUITA DE OLIVEIRA	56
NELSON BENTO SARAFIM	56
AZOR MARTINS TARIFA	56
ADENISE MARTINS DA SILVA GUIMARAES	56
ELISEU DE DEUS SANTANA	56
LEONETE MARIA DA SILVA	56
SIDINEIS BARBOSA DE CAMARGO	56
AILTON PEREIRA DA SILVA	56
TERESA MIRANDA PRUDENTE	56
LUIZ PAULO FANK	57
IZAURA DE LIMA GARCIA EINIK	57
ROSELI COLLA	57
JOSE MARCOS GARCIA	57
PAULO JOAO DE OLIVEIRA	57
MARIA DE FATIMA MACIEL DA SILVA	58
MARIA NUNES DE JESUS MACHADO	58
ODETE DO CARMO BARBOSA SOARES	58
ELETE MARIA DE OLIVEIRA LIMA DOS SANTOS	58
VILSON PREVE PEIXER	58
ELENIR DE FATIMA SANTOS PIRES	58
EDNA DE DEUS SANTANA	58
VALDECIR TEIXEIRA DA COSTA GOMES	58
ELETE MARIA DE OLIVEIRA LIMA DOS SANTOS	58
CILENE NUNES DA SILVA CONSTANCIO	58
ROSILENE DE LIMA BEZERRA SILVA	58
VALDECIR TEIXEIRA DA COSTA GOMES	58
VANILDA ALVES DA SILVA JUVINO	59
ITAMAR ANIDALVO DA SILVA	59
LUCIA APARECIDA BATISTA DA SILVA SOUZA	59
DURVALINA GERALDO	59
EONICE TROMMINI DOS SANTOS GOMES	59
IVETE GOMES DE LIMA DOS SANTOS	59
VILMA DOMICIANO	59
ANTONIO CESAR SIQUEIRA	59
FRANCISCO LUCAS DA SILVA	59
MARIA APARECIDA RODRIGUES	59
NIVALDO BENTO SARAFIM	59
DORVALINO RODRIGUES	60
VALDENILSON LUIZ RODRIGUES	60
MARIA APARECIDA ALVES BARROS	60
ADELINA FLEGLER PEREIRA	60
ELISABETE LEITE DE CAMPOS	60
MANOEL COSTA DE ALMEIDA FILHO	60
VITALINO PIOVESAN FRANCISCO	60



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

AVENIDA ELZA VIEIRA LOPES, 4803, Centro, , NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO

CNPJ : 63.762.009/0001-50

Página 6 de 6

2.1 - Cadastro de Trabalhadores

01/04/2026 08:16:17

Nome	Idade
RAFAEL PEREIRA DA SILVA	60
EDIVALDO SOARES DE MOURA	61
WALDIMERIO DE SOUZA LANA	61
RAIMUNDA JOSEFA DE SOUZA MARTINS	61
MARLEIDE AJALA DA SILVA	61
ZENILDE MARIA CARVALHO DA SILVA DE FARIAS	62
MARIA DA ATIVIDADE DUARTE DA SILVA	62
GENILZO ALVES CHALEGRA	62
MARIA DO CARMO FARIAS	62
NATAL MACHADO DE SOUZA	63
APARECIDO PRUDENTE DE ALMEIDA	63
CLACIDIO DOS SANTOS	63
SALVADOR DUARTE	64
INES FERREIRA GOMES	64
VALDIR DONIZETTI DA SILVA	64
ALIETE HARTWIG COSTA	64
DEONILIA OLIVEIRA DOS SANTOS MOURA	65
WALDEMAR RAASCH	65
JOEL BATISTA DA SILVA	65
INES TEODORO RICCI	65
OSENEIDE SILVA DE LIMA	66
DELMIRO DONIZETE NUNES	66
CALISBERTO MARTINS NICOLA	68
JOSE J ANUARIO FILHO	69
JOSUE FORTUNATO GOMES	70
FIDELCINO BENEDITO DA SILVA	72

Quantidade Total: 321



Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ANEXO I	Quadro de Servidores	01/04/2026

ID: 315902

CRC: DF47CAF1

Processo: 1-359/2026

Usuário: JUCILENE ALBUQUERQUE DE SOUZA

Criação: 01/04/2026 13:37:13 Finalização: 01/04/2026 13:38:59

Processo



Documento



MD5: 6E5B65E41BA7438D6DB7CAB20B72A18C

SHA256: EC0FABA864260EC2184016E544589862BC526115EBD5BF34B1EEE017AB281A31

Símbolo/Objeto:

Quadro de Servidores

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	01/04/2026 13:37:13
----------------------	-------------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho - SST	01/04/2026 13:37:13
--	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br informando o ID 315902 e o CRC DF47CAF1.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026			
Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: dia 10/04/2026 às 09h (horário de Brasília) , no sítio https://licitanet.com.br/		Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 07/04/2026.	
Objeto: O objeto da licitação é a contratação de empresa para a prestação de serviços de profissionais especializados em elaboração de laudos de perfil profissiográfico previdenciário - PPP, Laudo técnico das condições do ambiente de trabalho - LTCAT, entre outros serviços descritos no Termo de Referência, os quais atenderão as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.			
Valor Total Estimado: R\$ 463.589,68 (quatrocentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais e sessenta e oito centavos)			
Registro de Preços:	Vistoria:	Instrumento contratual:	
Não	Não	Contrato	
Forma de Adjudicação:	Modo de Disputa:	Intervalo mínimo entre lances:	
Menor Preço Por Lote	Aberto	R\$ 50,00	
Os documentos de habilitação são os solicitados no item 8.5 ao item 8.37 do Termo de Referência, Anexo I do Edital			
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva Cota ME/EPP?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?
Não	Não	Não	Não
Prazo para envio da proposta definitiva: 02 (duas) horas após convocação do Pregoeiro; e Prazo para envio dos documentos de habilitação: 02 (duas) horas após convocação do Pregoeiro.			
Telefone para contato: (69) 3418-2239		E-mail: cpl@novabrazilandia.ro.gov.br	



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS

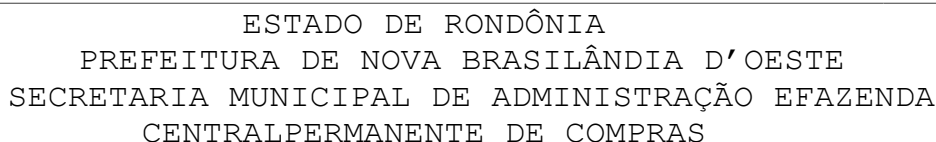


EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	9
6. DA FASE DE JULGAMENTO	12
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
8. DO TERMO DE CONTRATO	15
9. DOS RECURSOS	16
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	17
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	19







ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.12. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio - a vedação à participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços e nas aquisições de pequenos vultos, não se torna interessante a participação de grandes empresas, sendo comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza

2.7.13. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.4.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item;





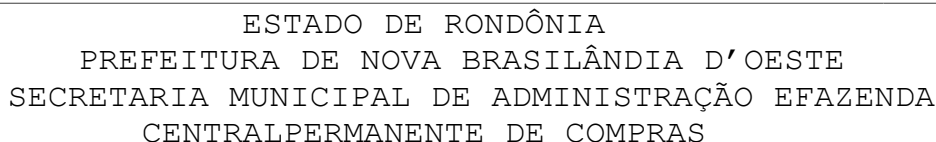
ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS

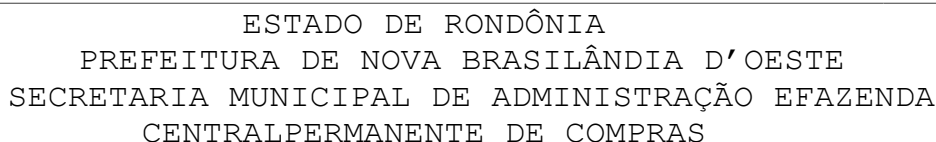


EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

- 4.1.2. Marca, exceto para obras e serviços
- 4.1.3. Fabricante, exceto para obras e serviços
- 4.1.4. Quando a licitante for a fabricante do produto, informará nos campos marca e fabricante "marca própria"
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Órgãos de Controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.









ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.19.2.5. Caso não seja atendido nenhum dos critérios estabelecidos será realizado sorteio por meio da plataforma.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. Caso a licitação tenha como critério de julgamento o menor preço por lote, a licitante no envio da proposta deverá observar os valores máximos unitários dos itens que compõem o lote e caso necessário eventuais arredondamentos no valor global da proposta, este deverá ocorrer para menor.

5.20.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.20.6.1. Estando o chat fechado para envio de mensagens as licitantes poderão enviar sua solicitação no e-mail descrito no preâmbulo deste edital.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, quando se tratar de recursos estaduais (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>); e

6.1.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

6.2. A consulta ao cadastro do item 7.1.5 será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

- 7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 7.4. Os documentos solicitados no Termo de Referência para fins de habilitação serão enviados mediante funcionalidade disponível na plataforma do Licitanet na opção HABILITANET.
- 7.4.1. **O prazo para envio dos documentos de habilitação é de 2h**, podendo ser prorrogado nos termos do item 5.20.6 deste edital.
- 7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 7.10. As declarações descritas nos itens anteriores serão assinaladas na plataforma do licitanet no momento do cadastramento da licitação pelo licitante e serão consultadas pelo Pregoeiro e inseridas no processo licitatório, dispensando os licitantes do seu envio.
- 7.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

7.13. A verificação no CRC ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 2 horas**, para:

7.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

7.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

7.15. **Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.**

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

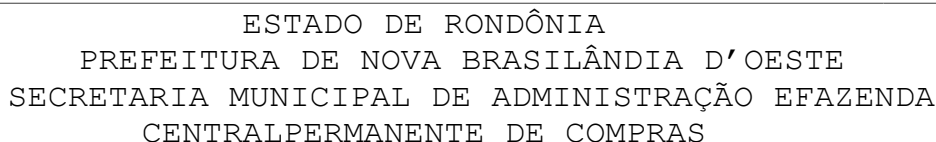
9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados. A solicitação para acesso ao link do processo será realizada por meio do e-mail cpl@novabrasilandia.ro.gov.br.







ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por intermédio da plataforma de realização do certame (Licitanet), por meio do seguinte endereço: <https://licitanet.com.br/sessao-publica?codCity=4374&codState=21&limit=10&page=1>

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site oficial do município e no site da plataforma de realização do certame, nos seguintes endereços eletrônicos, respectivamente:

- a) <https://www.gov.br/pncp/pt-br>;
- b) <https://transparencia.novabrasilandia.ro.gov.br/portaltransparencia/1/licitacoes>;
- c) <https://licitanet.com.br/sessao-publica?codCity=4374&codState=21&limit=10&page=1>

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 12.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
- 12.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Final
- 12.11.3. ANEXO III – Preço De Referência E Especificações
- 12.11.4. ANEXO IV – Minuta Contratual

Nova Brasilândia DOeste, 25 de março de 2026.

Vildimark Cardoso dos Santos
Agente de Contratação
Portaria 231/2025
(Assinado eletronicamente)





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Estes documentos serão disponibilizados às empresas após aprovação do Edital e será inserido no Portal da transparência, portal do Licitanet e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
CENTRAL PERMANENTE DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

ANEXO III – PREÇO DE REFERÊNCIA E ESPECIFICAÇÕES

Valor Máximo do Lote: R\$ 355.207,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e sete reais).

Ordem	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total (R\$)
1	Atendimento Médico de Saúde Ocupacional para os funcionários públicos, contemplando exames médicos clínicos demissionais, mudança de função, retorno ao trabalho, exame toxicológico (no caso motorista), com emissão de ASO, (sendo o dia do atendimento determinado pela Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste/RO)	SERV	750	R\$ 184,66	R\$ 138.495,00
2	Atendimento Médico Ocupacional Consulta Clínica para Avaliação de Laudos e Readaptados.	SERV	100	R\$ 269,12	R\$ 26.912,00
3	Consulta Ocupacional Periódica (2 vezes ao ano)	SERV	1.460	R\$ 130,00	R\$ 189.800,00

LOTE 2

Valor Máximo do Lote: R\$ 108.382,68 (cento e oito mil, trezentos e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos).

Ordem	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Máx. Unit. (R\$)	Valor Máx. Total (R\$)
1	Elaboração, implementação, administração e execução do PCMSO (730 servidores da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste).	SERV	1	R\$ 17.648,02	R\$ 17.648,02
2	Elaboração, implementação, administração e execução do PGR (730 servidores da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste).	SERV	1	R\$ 17.636,12	R\$ 17.636,12
3	Visitas Técnicas para Gerenciamento do Plano de Ação do PGR	SERV	4	R\$ 2.351,40	R\$ 9.405,60
4	Treinamentos e Capacitações Pautados no Plano de Ação do PGR	SERV	4	R\$ 2.757,69	R\$ 11.030,76
5	Elaboração, implementação, administração e execução do LTCAT (730 servidores da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste).	SERV	1	R\$ 17.636,12	R\$ 17.636,12
6	Elaboração, implementação, administração e execução do LTIP, Laudo de Insalubridade e Periculosidade (730 servidores da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia D'Oeste).	SERV	1	R\$ 26.318,06	R\$ 26.318,06
7	Elaboração Profissiográfico PPP do Perfil Previdenciário	SERV	50	R\$ 174,16	R\$ 8.708,00





EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2025

ANEXO IV – MINUTA CONTRATUAL

Documento que será disponibilizado nos mesmos moldes do Anexo I





CONTRATO 029/2.025

PROCESSO ADMINISTRATIVO 1146/SEMAD/2.025

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS - RO E A EMPRESA J. H. DA SILVA CLINICA LTDA - ME, PARA OS FINS QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE ESPECIFICAM.

O MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.969/0001-03, neste ato representado por seu Prefeito, Srº CICERO APARECIDO GODOI, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG Nº 3*****3/SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob Nº 3**.*.***.***2-**, domiciliado e residente nesta Cidade de Castanheiras, Município do Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa J. H. DA SILVA CLINICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 47.063.974/0001-88, neste ato representada pela Sr. JULIANO SILVA DOS PASSOS, inscrito no CPF nº 00*.*.***.***2-**, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente Do Processo nº 1146/2025, nos termos da Lei nº. 14.133/21, da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor, legislação correlata e demais normas que regem a matéria, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE PRESTA SERVIÇOS DE PERICIA MEDICA ATRAVES DE JUNTA MEDICA COMPOSTA PARA CONCESSAO/MANUTENÇÃO DE BENEFICIOS, COMO OBJETIVO DE EFETUAR PERICIAS NOS SERVIDORES MUNICIPAIS VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DOS SEGURADOS E BENEFICIARIOS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS/RO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração, que serão entregues conforme as condições do anexo do Edital, PELO PERIODO DE 12 (doze) meses, estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se inteiramente a todos os documentos do Processo Administrativo nº 1146/2025, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT.	V. UNT	V. TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE PRESTA SERVIÇOS DE PERICIA MEDICA ATRAVES DE JUNTA MEDICA COMPOSTA PARA CONCESSAO/MANUTENÇÃO DE BENEFICIOS, COMO OBJETIVO DE EFETUAR PERICIAS NOS SERVIDORES MUNICIPAIS VISANDO SUPRIR AS NECESSIDADES DOS SEGURADOS E BENEFICIARIOS DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRAS/RO	30	R\$ 1.500,00	R\$ 45.000,00

1.4. São anexos a este instrumento e vinculam está contratação, independentemente de transcrição:

de transcrição:

1.5. O Termo de Referência;

1.6. O Edital da Licitação;

1.7. A Proposta do contratado;



1.8. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

2.1. O prazo de vigência da contratação será a partir da data assinatura por até 12 (doze) meses, com início em 03/12/2025 e término em 02/12/2026, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total deste contrato é de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 19/05/2025.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s)





definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo. 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração terá o prazo de 60 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis.

8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência: 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Realizar atendimentos médicos solicitados pelo Município de Castanheiras dentro dos limites da região geográfica local, preferencialmente no próprio município;





9.4. Proceder agendamento e realização da perícia em no máximo 72 (setenta e duas) horas a partir da solicitação da Prefeitura Municipal de Castanheiras e entregar o resultado das perícias em até 48 horas após a realização da mesma;

9.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; 9.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.7. Realizar perícias médicas através de junta médica oficial, composta por 03 médicos, sendo no mínimo 01 médico do Trabalho e um médico especialista conforme a enfermidade acometida ao servidor, ambos devendo apresentar o Registro de Qualificação de Especialista (RQE) emitido pelo Conselho Regional de Medicina em suas respectivas áreas de atuação;

9.8. Realizar perícias médicas através de 01 médico perito que deverá ter a especialidade comprovada através de Registro de Qualificação de Especialista (RQE) emitido pelo Conselho Regional de Medicina em suas respectivas áreas de atuação;

9.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.10. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.12. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.13. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.





- 9.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

- 10.1. Consultas, perícias médicas e exames - realização de exames médicos ocupacionais dos servidores do município de Castanheiras com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional conforme norma regulamentadora adequada, para fins: Admissionais Demissionais Retorno ao Trabalho Readaptação Funcional Perícia médica para validação de atestado médico
- 10.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - d) Multa:
 - (1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;
 - (2) Moratória de 1% (um. por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - i. O atraso superior a 60 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por





descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2014.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o Município de Castanheiras.





12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas: PODER EXECUTIVO 02.002 – SEC. MUN. ADM E FAZENDA 04.122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL 0002.2.2.005 – MANUT. DAS ATIV. DA SEMAF 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

13.2. Para cobertura da despesa foi emitida a(s) Nota(s) de Empenho(s) nº587 /2025.

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou





CASTANHEIRAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Gabinete do Chefe do Poder Executivo

Av. Jacarandá, 100

CEP: 76948-000

Castanheiras – Rondônia

CNPJ 63.761.969/0001-03

contato@castanheiras.ro.gov.br

supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na imprensa oficial e/ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Presidente Médici, Estado de Rondônia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E assim, por estarem assim justas e acordadas, após lido e achado conforme, as partes assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, na presença das testemunhas abaixo nominadas.

Castanheiras/RO, aos 03 de dezembro de 2025.

CICERO
APARECIDO
GODOI:32546963
287
MUNICÍPIO DE CASTANHEIRAS/RO
CICERO APARECIDO GODOI
Prefeito

Assinado de forma
digital por CICERO
APARECIDO
GODOI:32546963287

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANO SILVA DOS PASSOS
Data: 08/12/2025 12:42:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

J. H. DA SILVA CLINICA LTDA - ME
JULIANO SILVA DOS PASSOS

Testemunhas:

1ª _____ CPF/MF: _____

2ª _____ CPF/MF: _____



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CONTRATO Nº 74/2025/PMNBO/RO

***CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA
D'OESTE – RO E A EMPRESA GIZELI
FABIANA DE OLIVEIRA LTDA, PARA OS FINS
QUE ESPECIFICA.***

Aos 10 dias do mês de dezembro do ano de 2025, o **MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE**, inscrito no CNPJ sob o nº 15.884.109/0001-06, com sede administrativa na Rua Riachuelo, nº 2552, Setor 14, nesta cidade de Nova Brasilândia D'oeste/RO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração e Fazenda, conforme Decreto Municipal nº 1902/2025, o senhor **ABIMAEAL ALONSO ARANDA**, inscrito no CPF/MF nº 349.815.352-87, junto ao **FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE/RO – FUNPREV/NBO**, inscrito no CNPJ sob o nº 53.391.862/0001-59, com sede administrativa na Rua Riachuelo, nº 2571, Setor 14, nesta cidade de Nova Brasilândia D'oeste/RO, neste ato representado pelo Diretor Executivo Superintendente do Fundo Previdenciário do Município de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, o senhor **FLAVIO LUIZ RIBEIRO**, inscrito no CPF/MF nº 557.912.712-04, ambos doravante designados CONTRATANTES; e a empresa **GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 50.903.369/0001-82, com sede na R Antônio de Paula Nunes, número 3309, Bairro Floresta, município de Cacoal/RO – CEP: 76.965-798, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA**, representante legal da empresa, inscrito(a) no CPF sob o nº 824.630.342-20, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 1494/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº 16/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente termo contratual é a prestação de serviços para realização de perícias médicas administrativas por junta médica composta por um especialista com Pós-graduação em Medicina do Trabalho e dois em Clínica Médica regularmente registrados no CRM, com a



Assinado de forma
digital por GIZELI
FABIANA DE OLIVEIRA
LTDA:50903369000182

Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste

Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEAL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e
ID: 316557pedeRcvBQAB6dEQR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmnvbrasilandia.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/124737>. Folha 1 de 15



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

finalidade de subsidiar o Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste – FUNPREV-NBO na análise de processos relativos à concessão, revisão, manutenção ou suspensão de benefícios previdenciários, nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 1.836/2023, conforme exposto abaixo:

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Serviços de Junta Médica: A junta deverá conter 3 médicos, sendo: 1 pós-graduado em medicina do trabalho e 2 em clínica médica, para emissão de laudos de avaliação para readaptação laboral, auxílio-doença, e avaliação de aposentadoria.	SERV.	20,00	R\$ 1.750,00	R\$ 35.000,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência (id nº 235105, processo adm. 1494/2025);
- 1.3.2.** O Edital da Dispensa nº 16/2025;
- 1.3.3.** A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA– DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. O regime de execução do serviço se dará na modalidade de Empreitada por Preço Unitário.

CLÁUSULA QUARTA – VALOR ([art. 92, V](#))

4.1. O valor total da contratação é de **R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)**, observados os valores unitários e totais constantes no item 1.2 deste contrato.



LI

ANA DE
EIRA

509033

0182

ID: 316557

Assinado de forma
digital por GIZELI
FABIANA DE OLIVEIRA
LTDA:5090336900018

Assinado de forma
digital por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAE

Assinado de forma
digital por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAE

Assinado de forma
digital por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAE



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. A despesa decorrente da pretensa contratação correrá por conta dos recursos consignados ao Município de Nova Brasilândia D'Oeste na seguinte funcional programática:

Órgão	02.	Prefeitura Municipal
Unid. Orçamentária	02.011.	Fundo Previdenciário de Nova Brasilândia D'Oeste - FUNPREV
Prog. Trabalho	09.272.0015.2.555.	Manutenção das Atividades Administrativas do Fundo Previdenciário
Natureza da Despesa	3.3.9.0.39.00.00.	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Desdobramento	05 00	Serviços Técnicos Profissionais

Nota de Empenho nº 77/2025.

CLÁUSULA SEXTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá dinâmica estabelecida no item 5 do Termo de Referência (id nº 235105, processo adm. 1494/2025).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA OITAVA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

8.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.2. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Assinado de forma digital por GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA
CPF: 50903369

Dados: 2025.12.16 08:23:25-0400

Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEAL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e ID: 316557pedeRcvaB36dEQR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmnvbrasilandia.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/124737>. Folha 3 de 15



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

8.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.5. O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, houver erro na fatura, ou se os fornecimentos não estiverem em perfeitas condições ou de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

8.6. Saneadas as condições impeditivas do pagamento, serão contabilizados os dias decorridos desde a sua comunicação formal, e adicionados ao prazo de pagamento restante.

8.7. Na ocasião do pagamento, existindo pendências contratuais ou procedimento administrativo para apuração de responsabilidade do contratado, a Administração poderá motivadamente adotar providências acauteladoras visando resguardar o erário, sem a prévia manifestação do interessado.

8.8. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.



FABIANA
VEIRA
0903369

Prefeitura de Nova Brasilândia d'Oeste

Assinado de forma digital por GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA LTDA:50903369000182
Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e ID: 316557



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita entrega do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

9.2. Atender as demandas da contratante dentro dos prazos estabelecidos, prestando serviços de forma tempestiva e eficiente.

9.3. Assegurar a disponibilidade de atendimento remoto e/ou presencial, conforme a necessidade da Contratante, arcando a contratada com todos os custos deste atendimento.

9.4. Manter um canal de comunicação ativo para esclarecimento de dúvidas e orientações, garantindo resposta em tempo hábil.

9.5. Elaborar e entregar relatórios técnicos e pareceres sobre os serviços prestados, dentro dos prazos estipulados.

9.6. Fornecer relatórios sobre os serviços realizados.

9.7. Manter registros organizados de todos os atendimentos e serviços prestados, para fins de auditoria e fiscalização.

9.8. Corrigir eventuais falhas apontadas pelo fiscal do contrato dentro dos prazos estabelecidos

9.9. Aceitar eventuais redimensionamentos nos valores a serem pagos em caso de descumprimento dos indicadores.

9.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.11. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente



ELI FABIANA OLIVEIRA
Assinado de forma digital por GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA
A:50903369
Prefeitura de Nova Brasilândia d'Oeste
LTDA:50903369000182
Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEAL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e ID: 316557peCvE2A36dEQR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmnvbrasilandia.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/124737>. Folha 5 de 15



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

9.19. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116).

9.21. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único).

9.22. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.23. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.24. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.25. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.26. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

9.27. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.



LI FABIANA
OLIVEIRA
Assinado de forma
digital por GIZELI
FABIANA DE OLIVEIRA
LTDA:50903369000182
Prefeitura de Nova Brasilândia d'Oeste

Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e
ID: 316557 de 82



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

9.28. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.29. A Proponente obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Efetuar o recebimento dos serviços verificando se os mesmos estão em conformidade com o Termo de Referência e as cláusulas contratuais.

10.2. Designar, como fiscais do contrato, servidores para executar operacionalmente as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização do contrato, desempenhando o papel de "Representante da Administração" aos termos do art. 177 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Contratada das obrigações contratuais assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

10.4. Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais onde irão executar suas atividades.

10.5. Prestar as informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

10.6. Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

10.7. Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de sanções administrativas.

10.8. Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.



Assinado de forma
digital por GIZELI
FABIANA DE OLIVEIRA
LTDA:5090336900018

182 Prefeitura de Nova Brasilândia d'Oeste

Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e
ID: 316557peCEvE2A36dEQR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmnvbrasilandia.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/124737>. Folha 8 de 15



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

10.9. Fornecer cópia do respectivo Termo de Referência aos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços para assegurar o controle da qualidade dos serviços prestados, com comprovação de recebimento.

10.10. Exercer a fiscalização dos serviços realizados pela CONTRATADA, emitindo relatórios sobre a qualidade dos serviços prestados.

10.11. Exercer a fiscalização de modo a assegurar a execução do serviço contratado, verificando o cumprimento dos horários estabelecidos, utilização de uniformes, de equipamentos e EPis dentre outros elementos necessários a fiel execução do contrato.

10.12. Executar a medição dos serviços efetivamente prestados, descontando o equivalente aos não realizados, desde que, por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas no contrato.

10.13. Recusar os materiais e serviços que não estiverem de acordo com as especificações descritas neste Termo de Contrato. A ocorrência de não conformidades implicará na não aceitação dos materiais e serviços, devendo a CONTRATADA adotar as medidas necessárias para a sua correção e/ou substituir por produto igual ou similar com anuência da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma e sem prejuízo das sanções cabíveis.

10.14. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

10.15. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.16. Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo



FABIANA
VEIRA
0903369

Assinado de forma
digital por GIZELI
FABIANA DE OLIVEIRA

LTDA:50903369000182

Dados: 2025.12.16
06:31:04-0200

Prefeitura de Nova Brasilândia D'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e
ID: 316557pedeRCvE2436dEQR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmnvbrasilandia.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/124737>. Folha 9 de 15



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data,



Assinado de forma
digital por GIZELI
FABIANA DE OLIVEIRA
A:50903369 LTDA:50903369000182
Data: 18/12/2025 11:16
Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e
ID: 316557pedccvab36deor Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmnvbrasilandia.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/124737>. Folha 10 de 15



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata [o § 1º do art. 26 da LGPD](#) deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

12.1. O objeto deste contrato será recebido nos moldes do item 7 do Termo de Referência (id nº 235105, processo adm. 1494/2025).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções administrativas são aquelas definidas no item 8 do Termo de Referência (id nº 235105, processo adm. 1494/2025).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021



Assinado de forma digital por GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA
ID: 316557
Assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAE ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e
ID: 316557



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de extinção do contrato por ato unilateral da Administração, conforme disposto nos artigos 139 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. A rescisão deste contrato será formalmente motivada nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

15.4. O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão Administrativa prevista no art. 138 da Lei 14.133/2021.

15.5. A rescisão de que trata o, inciso I desta cláusula acarreta a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Fica designado para Gestor de Contrato a servidora **HELENA FREIRE FELIZ**, matrícula nº 4998.



Assinado de forma digital por GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA
A:50903369 LTDA:50903369000182
Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEAL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e ID: 316557



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

17.1.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

17.1.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

17.1.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

17.1.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

17.1.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

17.1.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



GIZELI FABIANA
DE OLIVEIRA
LTDA:50903369
Assinado de forma
digital por GIZELI
FABIANA DE OLIVEIRA
LTDA:50903369000182

Prefeitura de Nova Brasilândia d'Oeste
Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEAL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e
ID: 316557peRCvE2A36dEQR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmnvbrasilandia.lxsistemas.com.br/documento/Assinado/124737>. Folha 13 de 15



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

17.1.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17.1.8. O gestor do contrato deve acompanhar sistematicamente o desenvolvimento do contrato fiscalizar o cumprimento de encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários, o atendimento às normas de segurança do trabalho, a regularidade de pagamentos, do reequilíbrio econômico-financeiro, de incidentes relativos a pagamentos, de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento, de prorrogação, eventuais irregularidades ou distorções existentes.

17.2. Fica designado para a função de Fiscal do Contrato o servidor **CARLOS ALEXANDRE DELGADO**, matrícula nº **5076**.

17.2.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

17.2.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

17.2.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133 de 2021.



GIZELI
FABIANA DE
OLIVEIRA
LTDA:5090336
2

Assinado de forma
digital por GIZELI
FABIANA DE OLIVEIRA
LTDA:5090336900018

Prefeitura de Nova Brasilândia d'Oeste
9000182
Dados: 2025.12.16
06:33:11 -04'00'

Este documento foi assinado digitalmente por FLAVIO LUIZ RIBEIRO (CPF ###.###.712-##), ABIMAEAL ALONSO ARANDA (CPF ###.###.352-##), em 18/12/2025 - 08:24, e
ID: 316557pedeRCvaB2A36dEQR Code ao lado e ou pelo link: <https://signpmnvbrasilandia.lxsistemas.com.br/documento/documentoAssinado/124737>. Folha 14 de 15



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Nova Brasilândia D'Oeste/RO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Nova Brasilândia D'Oeste/RO, 10 de dezembro de 2025.

(assinado eletronicamente)

ABIMAEAL ALONSO ARANDA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Portaria nº 002/GP/2025

GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA
LTDA:50903369
000182

Assinado de forma digital por GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA
LTDA:50903369000182
Dados: 2025.12.16 06:33:40 -04'00'

GIZELI FABIANA DE OLIVEIRA

Representante Legal da Empresa

CPF nº 824.630.342-20

(assinado eletronicamente)

FLAVIO LUIZ RIBEIRO

Diretor Executivo Superintendente do Fundo Previdenciário
do Município de Nova Brasilândia D'Oeste - RO

Portaria nº 008/GP/2025





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

ADVERTÊNCIA

A **Municipalidade de Mirante da Serra** adverte a todos os licitantes que **não se furtará à aplicação das penalidades previstas em lei** às empresas que vierem a descumprir as obrigações assumidas no certame.

Diante disso, **solicita-se que as empresas apresentem suas propostas e lances de forma responsável e consciente**, somente quando houver plena condição de cumprir integralmente o objeto licitado, conforme as exigências estabelecidas no edital, especialmente quanto a **prazos, preços, especificações técnicas e padrões de qualidade**.

Ressalta-se, ainda, que **os pedidos de realinhamento de preços constituem exceção à regra**, sendo admitidos apenas em **situações devidamente comprovadas, de caráter excepcional**, e desde que **estritamente em conformidade com a legislação vigente**.

Dessa forma, **reitera-se a necessidade de que as propostas sejam formuladas com seriedade e responsabilidade**, a fim de evitar transtornos tanto à Administração Pública quanto às empresas participantes do certame.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 015/PMMS/2026

GRUPO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

SENHORES LICITANTES
DEDIQUEM O MÁXIMO DE
ATENÇÃO ÀS REGRAS
ESPECÍFICAS PARA
CADASTRAMENTO DE
PROPOSTAS NO SISTEMA
(FICHA TÉCNICA).

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências contidas neste edital e seus anexos, principalmente quanto ao credenciamento, objetivando evitar conflitos que o prejudique e que possam ocasionar sua desclassificação no certame.

Dúvidas: (69) 99366-5739.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO
Nº 015/PMMS/2026

(Segurança e Medicina do Trabalho)

PREÂMBULO

Processo nº **127/SEMAFP/2026**
Modalidade: **Pregão**
Edital nº: **015/PMMS/2026**
Forma: **Eletrônica**

Julgamento do tipo: **Menor preço Global**
Modo de disputa: **ABERTO**
Valor estimado: **R\$ 65.406,29**
Amostra: **NÃO**

GRUPO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO

A **Prefeitura de Mirante da Serra**, por meio do Setor de Licitações, sediada na Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, CEP. 76.926-000 Mirante da Serra – RO, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº: **7365/2025** torna público para aos interessados, que está autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, no site www.licitanet.com.br, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, adjudicação **GLOBAL**, método de disputa **ABERTO**, aplicando a **GRUPO DE AMPLA PARTICIPAÇÃO**, Visa qualificar empresas e selecionar a proposta mais vantajosa, Conforme as regras do edital e anexos, em conformidade com a [Lei nº 14.133/2021](#), do [Decreto Municipal nº 3.425/2023](#), [Decreto Municipal 2.125/2017](#), [Lei Federal 123/2006](#), e demais legislações aplicáveis.

Com fundamento na [Lei Federal 123/2006](#), asseguramos o critério preferencialmente para (MEIs) Microempreendedor Individual, Microempresas (MEs) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs), âmbito local e regional conforme [Decreto Municipal 2.125 de 30 de outubro de 2017](#), que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das compras públicas municipais (**se for o caso**).

Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, foi cuidadosamente examinado pelas **LICITANTES**, sendo assim, não se isentaram do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal Nacional de Compras Públicas (**PNCP**) (www.pncp.gov.br/), no Portal da Transparência desta Prefeitura (<http://www.transparencia.mirantedaserra.ro.gov.br>), e na Plataforma **LICITANET** licitações online (www.licitanet.com.br).

Qualquer dúvida em relação ao acesso na Plataforma operacional poderá ser esclarecida pelo Suporte pelo telefone: **(34) 2512-6500**- suporte aos fornecedores e/ou pelo e-mail (fornecedor@licitanet.com.br).





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

1 DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho**, a fim de elaborar, implementar, e executar o Programa de Gerenciamento de Riscos e GRO (Gerenciamento de Riscos ocupacionais), conforme NR-01, Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho LTCAT, Laudo técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO, Gestão de SST para o eSocial, diagnóstico dos fatores de Riscos Psicossociais relacionados ao trabalho, avaliações de agentes físicos: Calor/ Frio 6 a 8 horas, Ruído 6 a 8 horas, Vibração corpo inteiro, Vibração mãos e braços, Iluminamento por ponto, AET (Análise Ergonômica do Trabalho, para atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/ RO, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 A licitação será dividida por **ITENS**, conforme tabela constante do **TERMO DE REFERÊNCIA**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2 ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS

- 2.1 A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 25/02/2026

LIMITE DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 11/03/2026 às 09hrs00min.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETR.: 11/03/2026 às 09hrs01min.

Todas as referências de tempo serão observados o horário de Brasília (DF).

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

- 2.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.
- 2.3 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.
- 2.4 Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade dos setores requisitantes que os efetuaram, não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro ou à Comissão com relação aos mesmos.
- 2.5 A elaboração do Termo de Referência contendo as especificações técnicas dos





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

produtos e/ou serviços, os quantitativos, condições, locais de execução e demais cláusulas, assim como a média de valores obtidos na pesquisa de preços são de inteira responsabilidade do setor solicitante cabendo ao mesmo responder pela legalidade, impessoalidade e veracidade de seus atos, ou por qualquer irregularidade futura decorrente da má elaboração dos mesmos, inclusive quando das exigências e especificações dos bens/serviços que por excesso possam estar direcionando a alguma marca/fornecedor ou restringindo a própria competição, uma vez que esta CPL não tem pessoal qualificado com conhecimento técnico para estar arbitrando sobre as especificações e qualificações técnicas dos bens/serviços elaborados pelo setor requisitante. Cabendo a esta CPL apenas licitar o objeto nas condições estabelecidas, aprovadas e já autorizadas no Termo de Referência.

- 2.6** Segundo o TCU, “a comissão permanente de licitação (CPL) não pode ser responsabilizada por superfaturamento decorrente de projeto básico mal elaborado ou outras irregularidades não conexas com as suas atribuições legais, em especial se a sua atuação se cingiu a verificar a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos do edital e com as estimativas prévias elaboradas pela unidade interessada no certame” (**Acórdão 8017/16 – 2ªC**).

3 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, com o seguinte endereço na Web: (www.licitanet.com.br).
- 3.2** O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor da plataforma ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 DAS COTAS E DOS BENEFÍCIOS ÀS ME E EPP

- 4.1** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

4.2 Para esta licitação aplica à **AMPLA PARTICIPAÇÃO**

4.3 Em razão da natureza do objeto, que envolve a **prestação integrada de serviços especializados em segurança e medicina do trabalho**, com elaboração e execução de programas, laudos e avaliações técnicas interdependentes, a contratação deverá ocorrer de forma **global e integrada**. A divisão do objeto em cotas ou lotes poderia comprometer a **padronização dos procedimentos**, a **coerência técnica das informações** e a **responsabilização única** pelos serviços prestados, inclusive quanto às obrigações perante o eSocial. Assim, **não será adotada cota exclusiva para MEI/ME/EPP**, sendo a licitação realizada em **lote único, pelo critério de menor valor global, com ampla participação**.

4.4 Embora a presente licitação não se enquadre na aplicação do benefício local e regional por ser realizada em ampla participação, mantém-se esta redação apenas para conhecimento dos licitantes. Conforme art 47 da lei **Complementar Federal 123/2006**, **somente itens de participação exclusiva têm direito ao benefício local e regional**. Nos termos do [Decreto Municipal nº 2.125/2017](#), terá direito a preferência na contratação às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, nos seguintes termos:

Art. 1º - Nas contratações públicas municipais de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - Ampliar a eficiência das políticas públicas; e

III - incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º - Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - âmbito local - os limites geográficos do território do município de **Mirante da Serra**;

II - âmbito regional - os limites geográficos dos Municípios de **Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Nova União, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso, previstos na Microrregião de Ji-Paraná do IBGE, acrescido do Município circunvizinho Estância Turística Ouro Preto do Oeste**.

Art. 2º - Para atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º deste decreto e no **artigo 47 da Lei Complementar Federal 123/2006**, os benefícios referidos neste





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

decreto deverão priorizar a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observando o seguinte:

I - A prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Mirante da Serra - RO;

II - Não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Mirante da Serra - RO, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto neste parágrafo, a prioridade poderá ser dada para as micro empresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas conforme art. 1º, § 1º, II.

5 NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

- 5.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 5.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 5.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 5.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 5.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 5.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 5.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 5.8** Agente público do órgão ou entidade licitante;
- 5.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 5.10** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.11** O impedimento de que trata o item **5.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 5.12** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **5.2 e 5.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 5.13** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 5.14** O disposto nos itens **5.2 e 5.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 5.15** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 5.16** A vedação de que trata o item **5.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3** Caso a Administração opte, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

proposta com o preço ou o percentual de desconto.

- 6.4** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 6.4.1** Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 6.4.2** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 6.4.3** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 6.4.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.6** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.6.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - 6.6.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7** A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 ou 6.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 6.8** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 6.12** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2** Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 6.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, CEP. 76.926-000- Mirante da Serra – RO
CNPJ: 63.787.071/0001-04- Fone: (69) 99366-5739
E-mail: pregoeiro@mirantedaserra.ro.gov





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

7.1.1 Valor unitário do **ITEM**;

7.1.2 Marca; (sendo a licitante a mesma fabricante do produto ofertado, a mesma deverá preencher o campo marca com: “marca própria”);

7.1.3 Modelo:

- Para melhor análise da **PROPOSTA FINAL**, o licitante vencedor deverá encaminhar a mesma, acompanhada de folders/prospecto/catálogo, ou outros meios que contenham as especificações dos objetos ofertados. “Quando for o caso”

- Tratando-se de serviços, poderá o licitante inserir a palavra **SERVIÇOS** no campo marca/modelo, não sendo motivo para desclassificação à falta dela;

7.1.4 Descrição detalhada dos itens ofertados, ficando expressamente vedado a indicação de 02 (duas) ou mais marcas para cada item do lote, exceto quando determinar o edital; (se este for o caso).

7.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5 Se o regime tributário da empresa implica o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7.9 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

7.10 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no **ITEM 6.9**.

- 7.11** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município de Mirante da Serra e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 7.12** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 7.13** Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

8 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.2.1** Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 8.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 8.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.6** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.8 O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme informado pela administração na plataforma LICITANET;
- 8.10 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15s (quinze segundos) após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 8.11 O Município de Mirante da Serra adota para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 min (dez minutos)** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **02 min. (dois minutos)** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 8.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 8.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 8.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

8.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, **OBRIGATORIAMENTE EM VALOR INFERIOR AO DA PRIMEIRA COLOCADA**, no prazo de 05 min (cinco minutos) controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) de acordo com o previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 60 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.19.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.19.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.19.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.19.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.19.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.19.5.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.19.5.2 empresas brasileiras;

8.19.5.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.19.5.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.19.6 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.21 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02h (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente assinada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, tais como, folders, banner's, e demais documentos que possam apresentar o produto ofertado. **A NÃO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA FINAL ASSINADA, ACARRETERÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO DO LICITANTE.**

8.22 Poderá a proposta final ser emitida e assinada digitalmente, em campo próprio,





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

através da plataforma LICITANET, tornando o procedimento célere e menos burocrático;

8.22.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.22.2 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 DA FASE DE JULGAMENTO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>). A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.1.1 Fica facultado ao pregoeiro realizar a consulta Consolidada no Tribunal de Contas da União. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.3 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.4 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.5 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.6 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.7 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com **O ITEM 6.6** deste edital.

9.8 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.9 SERÁ DESCLASSIFICADA A PROPOSTA VENCEDORA QUE:

9.9.1 Contiver vícios insanáveis;

9.9.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.9.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.9.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.9.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.10 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração **(conforme Normativa nº 73/2022)**.

9.11 A inexequibilidade, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.11.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.11.2 Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.12 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.12.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.12.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

9.12.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 9.13** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 9.14** Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 9.15** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 9.16** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 9.17** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 9.17.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 9.17.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 9.18** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- a) A depender do **OBJETO**, o pregoeiro poderá **SOLICITAR EM QUALQUER FASE**, para o licitante vencedor, que disponibilize o folder, banner, ou qualquer outro tipo de documento que auxilie na comprovação de que o objeto ofertado atende as especificações do termo de referência.
- 9.19** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

- 9.19.1** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 9.19.2** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 9.19.3** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 9.19.4** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no **Termo de Referência**.

10 DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 10.1** Os documentos previstos nos itens **10.19, 10.20, 10.21, 10.22 e 10.23** são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação e serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 10.2.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 10.3** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por digitalização, não sendo aceitos documentos ilegíveis. O pregoeiro abrirá o prazo para envio da documentação de habilitação, bem como da proposta final atualizada e assinada pelo(os) licitante(s) vencedor(es), com prazo de **2 (duas) horas**. A não observância da documentação necessária constantes neste edital, acarretará em sua desclassificação.
- 10.4** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 10.5** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.6 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

10.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9.1 Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, sendo facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo.

10.9.2 Na hipótese da Administração optar, os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.10 A verificação no **LICITANET** ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.10.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- 10.11.1** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 10.11.2** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 10.12** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação e equipe de apoio, poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 10.13** As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas. EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA E VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.
- 10.14** EM NENHUMA HIPÓTESE SERÁ ADMITIDA A INCLUSÃO DE DOCUMENTO NOVO EM SEDE DE DILIGÊNCIA, QUE SE DESTINA UNICAMENTE A ESCLARECER E COMPLEMENTAR A INSTRUÇÃO PROCESSUAL
- 10.15** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 10.9.1.
- 10.16** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.17** As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 10.18** Os (as) licitante(s) deverão apresentar documentações digitalizadas, não sendo aceitos documentos ilegíveis.

10.19 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 10.19.1** A Empresa deve possuir Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) no CNPJ compatível com a prestação do serviços.
- 10.19.2** Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.
- 10.19.3** Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO SOCIAL em vigor,





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social.

10.19.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.19.5 Cédula de identificação dos sócios (RG e CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

10.19.6 Se a empresa se fizer representar por PROCURADOR, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

10.19.7 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

10.19.8 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no [sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

10.20 DA REGULARIDADE FISCAL SOCIAL E TRABALHISTA

10.20.1 Para o fiel cumprimento da legislação trabalhista, a administração pública exigirá por meio do gestor e fiscal do contrato as seguintes documentações, antes de cada pagamento:

10.20.2 Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos FEDERAIS e à Dívida Ativa da União.

10.20.3 Certidão Negativa de Tributos ESTADUAIS.

10.20.4 Certidão Negativa de Tributos MUNICIPAIS.

10.20.5 Certidão de Regularidade Fiscal (CRF) do FGTS.

10.20.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, emitida através do link <https://tst.jus.br/certidao1> Lei 12.440 de 07 de julho de 2011. Art. 642-A. É instituída a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT),





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011). § 2º Verificada a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa, será expedida Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT.

10.20.7 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.20.8 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20.9 A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, é facultado ao (a) pregoeiro (a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

10.20.10 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.20.11 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10.20.12 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

10.21 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

10.21.1 **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, comprovando que a empresa não está em processo de falência;

10.21.2 A Certidão Negativa de Falência, Concordata, do Cartório





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

Distribuidor da Comarca sede da proponente, deverá estar válida na data da CONVOCAÇÃO. A certidão deverá conter expressamente o prazo de validade, ou quando ausente será considerada válida por um período de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data da sua emissão pelo órgão expedidor, salvo disposição legal em contrário comprovada pelo proponente.

10.21.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.21.4 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.21.5 Em se tratando de **Microempreendedor Individual (MEI)**, aplicam-se as seguintes regras complementares: Documentação Contábil:

10.21.5.1 Fica dispensada a apresentação de **balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício (DRE)**, substituídos por: Declaração Anual do MEI (**DASN-SIMEI**) dos últimos 2 (dois) exercícios;

10.21.5.2 Relatório Contábil Simplificado (**quando existente**), com indicação de receitas, despesas e obrigações.

10.22 DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.22.1 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o licitante prestou ou está prestando, a contento, fornecimento com características técnicas, quantidade e prazos compatíveis com o objeto licitado.

10.22.2 O(a) pregoeiro (a) diligenciará a veracidade do atestado apresentado, podendo solicitar ao menos um dos documentos abaixo:

10.22.2.1 NOTA FISCAL, NOTA DE EMPENHO, CONTRATO, PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL OU OUTRO DOCUMENTO HÁBIL, que comprove a origem do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela empresa.

10.22.2.2 O(s) atestado(s)/certidões deverão ser apresentados assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

10.22.3 É exigida da empresa a comprovação de qualificação técnica compatível com o objeto da contratação:

a) Certidão de registro/quitação da licitante junto ao Conselho Regional de





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

Engenharia e Arquitetura CREA/RO, engenheiro de segurança do trabalho ou engenheiro com especialização em segurança do trabalho, da qual deverá constar o nome do profissional que poderá atuar como responsável técnico pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Lei nº. 12.378/2010, § 2;

b) Caso a licitante tenha sede em outro Estado da Federação, deverá comprovar visto do **CREA/RO no verso da Certidão, conforme Resolução CONFEA nº 336/89**. A comprovação aqui estabelecida deverá ser realizada apenas pela licitante vencedora quando da assinatura do respectivo contrato;

c) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de **uma ou mais certidões de acervo técnico, expedida pelo CREA**, em nome dos profissionais que exercerão a função de autores dos projetos, comprovando a execução de pelo menos um projeto com características similares ao objeto desta licitação;

d) Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços não seja sócio da licitante, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo.

e) Para elaboração dos serviços será **admitida a indicação de engenheiros civis, arquiteto, segurança do trabalho, como responsáveis técnicos pelos serviços objeto do contrato**, podendo ser utilizados para caso específicos (**técnico em segurança do trabalho**);

f) A licitante deverá apresentar declaração formal que possui disponibilidade de aparelhamento técnico, instalações prediais e profissionais com capacidade técnica e gerencial dos serviços a ser contratados;

g) A licitante deverá apresentar declaração como nome e qualificação técnica do profissional habilitado para prestar os serviços de assessoria técnica, acompanhados de seus Certificados demonstrando conhecimento das atividades afins;

h) Registro nos respectivos conselhos profissionais CRM (Conselho Regional de Medicina), RQE (Registro de Qualificação de Especialista).

i) Contrato de prestação de serviços ou vínculo.

10.23 DAS DECLARAÇÕES

10.23.1 O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema **LICITANET**:

10.23.1.1 Declaração que não Emprega Menor, conforme inciso XXXIII

Rua Dom Pedro I, 2389, Centro, CEP. 76.926-000- Mirante da Serra – RO

CNPJ: 63.787.071/0001-04- Fone: (69) 99366-5739

E-mail: pregoeiro@mirantedaserra.ro.gov





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

do artigo 7º da Constituição Federal.

10.23.1.2 Declaração de Microempresa ou EPP, quando aplicável.

10.23.1.3 Declaração de Fato Superveniente e Impeditivo da habilitação.

10.23.1.4 Declaração de Habilitação e Elaboração Independente de Proposta.

10.23.1.5 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.23.2 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006. No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.23.3 Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.

10.23.4 **Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.**

10.23.5 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.23.6 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10.23.7 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2 O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 11.3** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante;
- 11.4** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.5** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.6** Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento
- 11.7** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.8** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.9 OS RECURSOS INTERPOSTOS FORA DO PRAZO NÃO SERÃO CONHECIDOS.**
- 11.10** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada à vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.11** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.12** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.
- 12.1.2.2** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

12.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4 Ou deixar de apresentar amostra

12.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5 Fraudar a licitação

12.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 Advertência;

12.2.2 Multa;

12.2.3 Impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 12.3.2** As peculiaridades do caso concreto
- 12.3.3** Circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.3.4** Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.3.5** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (**cinco**) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.5** Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 12.6** Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.7** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.8** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.9** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.10** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.11** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 12.12** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão



ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

- 12.13** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.14** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.15** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.16** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas.
- 13.4** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.5** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.6** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14 DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

14.1 DA CONTRATADA





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

14.1.1 O(a) Contratado(a) deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

14.1.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

14.1.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#))

14.1.1.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.1.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

14.1.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.1.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da confecção do **objeto/serviço**, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade do objeto/serviço, que ficará autorizado a contratante descontar do pagamento devido ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.1.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no **Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF**, o contratado deverá entregar a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 14.1.1.8** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 14.1.1.9** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto/serviço contratual;
- 14.1.1.10** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 14.1.1.11** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 14.1.1.12** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021) quando for o caso;
- 14.1.1.13** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 14.1.1.14** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.1.1.15** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto/serviço da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.1.1.16** Apresentar tecnologia e software especializados para a gestão de informações de SST, com acesso seguro e relatórios detalhados.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

a) O software de gestão de SST deverá permitir integração com sistemas de RH existentes ou futuros, por meio de API, web services ou importação de dados, visando à atualização de informações de colaboradores, cargos, setores e vínculos.

b) Os arquivos de importação deverão ser gerados em formatos estruturados amplamente utilizados no mercado (no mínimo CSV, XLS ou XLSX), devendo ser compatíveis, mediante parametrização ou conversão, com o sistema de RH da contratante.

c) Disponibilizar, mensalmente, comprovante de envio das informações de SST ao eSocial, geradas e gerenciadas pelo software especializado de SST, seja por transmissão direta ou por integração com sistemas corporativos responsáveis pela transmissão, bem como, quando aplicável, o arquivo correspondente para importação no sistema de RH da contratante, em formato compatível.

14.1.2 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

14.2 DA CONTRATANTE:

14.2.1 São obrigações do Contratante:

14.2.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;

14.2.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.2.4 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

14.2.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.2.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

14.2.7 Aplicar à Contratada as penalidades previstas no Termo de Referência, no Contrato, no Edital e na legislação pertinente, quando for o caso.

14.2.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

interesse para a boa execução do ajuste.

- 14.2.9** Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 01(um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 14.2.10** Responder eventual pedido de restabelecimento do equilíbrio-financeiro feito pelo contratado no prazo máximo de 1(um) mês, de acordo com o art. 123, parágrafo único, da Lei nº.14.133, de 2021.
- 14.2.11** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 14.2.12** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art.93, §2º, da Lei nº14.133/2021.
- 14.2.13** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 14.2.14** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 14.2.15** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

15 DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

- 15.1.1** A execução dos serviços deverá ter início em **até 30 (trinta) dias úteis contados da assinatura do contrato**, deverão ser executados na unidade solicitante, sendo endereço Rua Dom Pedro I, nº 2389, centro Mirante da Serra/RO - CEP: 76.926-000, preferencialmente no horário de expediente (07h30 às 13h30), podendo ocorrer fora deste quando necessário para a correta avaliação dos riscos.
- 15.1.2** A prestação do serviço será contínua e ininterrupta durante toda a vigência contratual, abrangendo
- 15.1.3** Apresentação, **em até 15 (quinze) dias corridos**, de cronograma contendo as datas programadas para as visitas técnicas, coletas de dados e previsão de entrega dos programas e laudos obrigatórios.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

15.1.4 O prazo para entrega dos laudos não poderá ser superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da coleta de dados, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa da contratada e decisão da Administração;

15.1.5 Verificar o disposto no Termo de Referência, **item 6 – Modelo de Execução do Objeto.**

15.2 GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

15.2.1 Os produtos/bens ou serviços fornecidos deverão possuir garantia mínima conforme o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sendo de inteira responsabilidade da contratada a substituição, reparo ou correção, sem ônus para a Administração, de quaisquer vícios, defeitos ou irregularidades constatadas durante o período de garantia.

16 RECEBIMENTO

16.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

16.2 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

16.3 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

16.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

- 16.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução dos serviços, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 16.8** Os **materiais/serviços** poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estabelecido, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 16.9** O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço e/ou bem, nem a ético-profissional pela perfeita entrega dos bens adquiridos, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento

16.10 DA FISCALIZAÇÃO

- 16.10.1** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 16.10.2** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 16.10.3** O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 16.10.4** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 16.10.5** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

- 16.10.6** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

16.10.7 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

16.10.8 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

16.10.9 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

16.11 DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

16.11.1 O Recebimento dos bens será acompanhada pela Comissão de Recebimento, que promoverá o acompanhamento e a fiscalização da sua execução devendo obedecer sempre ao prazo previsto, estando em acordo deve apresentar a nota fiscal acompanhada das certidões, em conformidade com o Art. 117 da Lei federal 14.133/2021.

16.11.2 As decisões e providências que ultrapassem a competência da comissão designada para o acompanhamento e a fiscalização dos serviços deverão ser solicitadas ao secretário da pasta, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

16.11.3 O Chefe do Poder Executivo, bem como o Gestor designado, poderá nomear fiscal de contrato.

16.12 GESTOR DO CONTRATO

16.12.1 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 16.12.2** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 16.12.3** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 16.12.4** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 16.12.5** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 16.12.6** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 16.12.7** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

16.13 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 16.13.1** Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no artigo 96 e nos dispositivos que o complementam na Lei nº 14.133, de 2021, conforme as razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

16.14 DAS EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

- 16.14.1** O material/serviço fornecido pela Contratada deverá ser de Primeira Qualidade. Caso o produto apresente características fora da qualidade exigida ou das especificações previstas, situação está perceptível apenas





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

durante a sua utilização/aplicação, a Contratada deverá prestar todo o apoio técnico necessário visando a substituição do produto pelo que atenda as especificações previstas, inclusive se responsabilizando pela intermediação junto ao fabricante, caso necessário.

- 16.14.2** Os materiais/serviços deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal.

17 DO CONTRATO E DA ASSINATURA

17.1 DO CONTRATO

- 17.1.1** O Termo de Contrato **poderá ser substituído por Nota de Empenho, a critério da administração**, com fundamento no [art. 95, I, da Lei nº 14.133/2021](#), em virtude de se tratar de aquisição de serviços especializados, cuja solicitação de fornecimento ocorrerá conforme a necessidade, quando solicitado com entrega integral dos bens/serviços adquiridos.
- 17.1.2** A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão participante deste certame, será formalizada por intermédio de Instrumento Contratual e ocorrerá no momento em que surgir a necessidade de aquisição, bem como quando conveniente e oportuno à Administração Contratante;
- 17.1.3** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.1.4** O prazo de vigência do contrato será definido pela Administração no momento da contratação, contado a partir da data de sua assinatura, podendo, **a critério exclusivo da Administração Pública**, ser **prorrogado** mediante termo aditivo, desde que devidamente justificado e observado o interesse público, nos termos do **art. 105 da Lei nº 14.133/2021**).
- 17.1.5** A prorrogação poderá ocorrer para assegurar a continuidade da execução contratual, **quando comprovada a vantajosidade**, a manutenção das condições originais e o atendimento do interesse da Administração, observadas as hipóteses legais e os limites temporais previstos na legislação pertinente.
- 17.1.6** A Administração poderá, ainda, promover a **redução, ampliação, alteração ou extinção do contrato**, conforme o disposto nos **arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133/2021**, respeitados o equilíbrio econômico-financeiro e o interesse público.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

17.1.7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 17.1.7.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.1.7.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.1.7.3** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 17.1.7.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.1.7.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

18 SUBCONTRATAÇÃO

- 18.1** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

19 DO FORNECIMENTO

- 19.1** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo, essencial ao cumprimento de obrigações legais permanentes da Administração.

20 DO PAGAMENTO

- 20.1** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente à vista da fatura/nota fiscal por ela apresentada devidamente certificada, indicados pelo contratado e que seja **VINCULADO AO CNPJ** da empresa, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade, com fulcro nas [Instruções Normativas RFB/1234/2012 e RFB 2.145/2023](#), como se segue:

"Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil".

- 20.2** O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir do recebimento definitivo do objeto da Ordem de Fornecimento e da liquidação da despesa.
- 20.3** Será procedida consulta ON-LINE junto aos órgãos os quais são exigidas as documentações fiscais, antes de cada pagamento a ser efetuado à Contratada, para verificação da situação da mesma relativa às condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 20.3.1** Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 20.3.2** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.
- 20.4** A Administração deste Município só autorizará a realização dos pagamentos, se houver por parte do setor requisitante das mercadorias, o necessário RECEBIDO dos mesmos entregues pela empresa vencedora.
- 20.5** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial do IRF, conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 3402/2023, anexo I, que recepcionou a IN n. 1.234/2012 da RFB.
- 20.6** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 20.7** O contratado que é MEI, e/ou estar regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 20.8** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da do órgão requisitante, conforme o caso.
- 20.9** A fatura/nota fiscal deverá descrever de forma circunstanciada a descrição dos produtos/materiais e valores conforme o empenho.
- 20.10** A fatura/nota fiscal de serviço e de aquisição de peças/acessórios deverá ser expedida separadamente uma da outra.
- 20.11** Deve acompanhar a fatura toda a documentação necessária à comprovação de que a CONTRATADA se mantém regular em todas as condições previstas para habilitação no certame.
- 20.12** O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação do Recebimento do Responsável pelo Almoxarifado na fatura/nota fiscal. Se a fatura/nota fiscal não for apresentada ou for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades, o prazo para o pagamento será interrompido até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias à sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Prefeitura.
- 20.13** Saneadas as irregularidades, o prazo de pagamento será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pela CONTRATADA. Tudo em conformidade com que dispõe sobre a Ordem Cronológica de Pagamentos, no âmbito do Departamento Financeiro da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/RO.
- 20.14** Para o caso de crédito em conta corrente, no texto da Nota Fiscal deverão constar as seguintes referências:

<p style="text-align: center;">NOME DO BANCO; NÚMERO E NOME DA AGÊNCIA BANCÁRIA E O NÚMERO DA CONTA CORRENTE.</p>

- 20.15** Considera-se data do pagamento o dia do depósito em conta com a respectiva emissão da ordem bancária;
- 20.16** A nota fiscal ou nota fiscal-fatura deverá ser entregue na sede do CONTRATANTE, aos cuidados do fiscal do contrato.
- 20.17** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

21 DA LIQUIDAÇÃO

- 21.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, para fins de liquidação, na forma desta seção.
- 21.2** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato ou nota de empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato ou entrega do objeto;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

21.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

21.4 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

21.5 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para:

- a) Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) Identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

21.6 Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#) a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

21.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

21.8 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

- 21.9** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

22 DO REAJUSTE DE PREÇO

- 22.1** Somente será admitido o reajuste dos preços contratados em caso de comprovado **desequilíbrio econômico-financeiro**, devidamente demonstrado pela contratada. Para tanto, deverão ser apresentados documentos comprobatórios da época da realização do Pregão Eletrônico — que evidenciem a composição do preço ofertado —, bem como documentos atuais que comprovem de forma objetiva o desequilíbrio ocorrido no período, de modo a permitir a análise e a eventual recomposição do equilíbrio contratual.

23 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura do Município de Mirante da Serra/RO, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação
- 23.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o **horário de Brasília - DF**.
- 23.4** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.5** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.6** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.7** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.8** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

23.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios eletrônicos www.licitanet.com.br, pelo e-mail forneecedor@licitanet.com.br ou <http://www.transparencia.mirantedaserra.ro.gov.br> na aba licitações.

24 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Declaração Unificada - MODELO (Termo de Compromisso)
ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Estudo Técnico Preliminar
ANEXO III	Minuta de Contrato

Mirante da Serra-RO 25 de Fevereiro de 2026

RAULDINEI SILVEIRA REZENDE DE OLIVEIRA

Agente de Contratação (Pregoeiro)

Portaria nº 7365/2025

(Assinado Eletronicamente)





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

ANEXO I

TERMO DE COMPROMISSO (DECLARAÇÃO CONJUNTA)

AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO(PREGOEIRO) e EQUIPE DE APOIO,

Pelo presente, a **empresa (razão social)**, inscrita no **CNPJ/MF (nº)**, com sede administrativa na **(endereço completo)**, neste ato representado por **(nome completo)**, CPF nº **x**, propomos-nos a entregar/executar o **(objeto resumido)** de que trata o Edital de PREGÃO ELETRÔNICA NO *****/PMMS/*****, pelos preços constantes da nossa PROPOSTA DE PREÇOS e de acordo com os Quantitativos especificados no Edital e seus Anexos.

DECLARAMOS, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a)** A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b)** O enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- c)** O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- d)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021;
- e)** O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
- f)** O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- g)** A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- h)** A proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- i)** Cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021;
- j)** Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- k)** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;





ESTADO DE RONDÔNIA

MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - SEMUG

l) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

m) Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21);

n) Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

O) Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Local e data:***de*****de*****2026**

Assinatura do Representante Legal

CARIMBO DE CNPJ







Município de Mirante da Serra

63.787.071/0001-04

Rua Dom Pedro I

www.mirantedaserra.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Minuta de Edital de Pregão Eletrônico	Minuta de Edital de Pregão Eletrônico	25/02/2026
ID: 359726	Processo	Documento
CRC: 32A96AAE		
Processo: 1-127/2026		
Usuário: RAULDINEI SILVEIRA REZENDE DE OLIVEIRA		
Criação: 25/02/2026 10:44:07	Finalização: 25/02/2026 10:44:37	
MD5: 027FCB0A658B9F5F5EFB188AE88A592F		
SHA256: 2B696B8331D26BCD2CA23EFC4AC989E4A85C9EEBCC8D550AC99EE92D9E28CF4		
Símbula/Objeto:		
Minuta de Edital de Pregão Eletrônico		

INTERESSADOS

SEMAFP - GABINETE SEC. DE ADM. FINANÇAS E PLAN	Mirante da Serra	RO	25/02/2026 10:44:07
--	------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	25/02/2026 10:44:07
------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 RAULDINEI SILVEIRA REZENDE DE OLIVEIRA	PREGOEIRO OFICIAL	25/02/2026 10:44:41
---	-------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br informando o ID 359726 e o CRC 32A96AAE.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 127/2026

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho, a fim de elaborar, implementar, e executar o Programa de Gerenciamento de Riscos e GRO (Gerenciamento de Riscos ocupacionais), conforme NR-01, Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho LTCAT, Laudo técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO, Gestão de SST para o eSocial, diagnóstico dos fatores de Riscos Psicossociais relacionados ao trabalho, avaliações de agentes físicos: Calor/ Frio 6 a 8 horas, Ruído 6 a 8 horas, Vibração corpo inteiro, Vibração mãos e braços, Iluminamento por ponto, AET (Análise Ergonômica do Trabalho, para atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/ RO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e GRO (Gerenciamento de Riscos ocupacionais), incluindo as seguintes avaliações: <ul style="list-style-type: none">• Avaliação de agentes físicos – calor/ frio 6 a 8 horas.• Avaliação de agentes físicos – ruído 6 a 8 horas.• Avaliação de agentes físicos – vibração corpo inteiro.• Avaliação de agentes físicos – vibração mãos e braços.• Avaliação de agentes físicos – iluminamento por ponto.	Serviço	01	R\$ 6.039,75	R\$ 6.039,75
2	Programa de Controle Médico de Saúde e Ocupacional (PCMSO).	Serviço	01	R\$5.921,80	R\$ 5.921,80
3	Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho (LTCAT)	Serviço	01	R\$5.774,40	R\$ 5.774,40
4	Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP).	Serviço	01	R\$ 5.946,60	R\$ 5.946,60





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

5	Avaliação de fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho	Serviço	347	R\$ 29,83	R\$10.351,01
6	Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho para o e-social (acompanhamento de 12 meses).	Serviço	12	R\$ 2.194,95	R\$26.339,40
7	AET - Análise Ergonômica do Trabalho.	Serviço	01	R\$ 5.033,33	R\$ 5.033,33
TOTAL					R\$65.406,29

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os serviços de elaboração de programas e laudos possuem caráter pontual, enquanto a Gestão de SST para o eSocial possui caráter contínuo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A demanda não consta no Plano de Contratação Anual (PCA), mas será incluída no PCA do próximo exercício, conforme art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. PRAZO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável sucessivamente, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo, essencial ao cumprimento de obrigações legais permanentes da Administração.

4.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 SUBCONTRATAÇÃO:





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

5.1.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.2 GARANTIA DA CONTRATAÇÃO:

5.2.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5.3 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.3.1. Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e LGPD;

5.3.2. Manter sigilo das informações médicas e empresariais;

5.3.3. Disponibilizar relatórios técnicos e documentação atualizada;

5.3.4. Atender fiscalizações e auditorias;

5.3.5. Alimentar e manter informações no eSocial;

5.3.6. Responsabilizar-se tecnicamente pelos documentos emitidos.

5.3.7. Dispor de equipe técnica qualificada, composta por médicos do trabalho, engenheiros de segurança, técnicos em segurança do trabalho e demais profissionais necessários para a execução das atividades.

5.3.8. Oferecer suporte técnico e operacional para a gestão do Esocial, garantindo a correta remessa de eventos obrigatórios.

5.3.9. Apresentar tecnologia e software especializados para a gestão de informações de SST, com acesso seguro e relatórios detalhados.

5.3.9.1. O software de gestão de SST deverá permitir integração com sistemas de RH existentes ou futuros, por meio de API, web services ou importação de dados, visando à atualização de informações de colaboradores, cargos, setores e vínculos.

5.3.9.2. Os arquivos de importação deverão ser gerados em formatos estruturados amplamente utilizados no mercado (no mínimo CSV, XLS ou XLSX), devendo ser compatíveis, mediante parametrização ou conversão, com o sistema de RH da contratante.

5.3.9.3. Disponibilizar, mensalmente, comprovante de envio das informações de SST ao eSocial, geradas e gerenciadas pelo software especializado de SST, seja por transmissão direta ou por integração com sistemas corporativos responsáveis pela transmissão, bem como, quando aplicável, o arquivo correspondente para importação no sistema de RH da contratante, em formato compatível.

5.3.10. Cumprir rigorosamente os prazos para emissão e atualização de laudos, programas e demais documentos obrigatórios e disponibilizar estes a Administração sempre que for solicitado.

5.3.11. Garantir atendimento presencial e remoto, conforme necessidade da Administração, assegurando a continuidade dos serviços contratados.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

5.3.12. Estar em conformidade com as normas regulamentadoras (NRs) aplicáveis.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 FORMA DE EXECUÇÃO:

6.1.1. A execução do objeto dar-se-á de forma mista, compreendendo serviços contínuos e serviços por demanda, conforme especificado neste Termo de Referência.

6.1.2. A empresa contratada deverá disponibilizar equipe técnica habilitada, recursos materiais e metodologia adequada para o pleno atendimento das obrigações contratuais.

6.2 ETAPAS DA EXECUÇÃO:

6.2.1 DIAGNÓSTICO INICIAL

6.2.1.1. A contratada deverá realizar levantamento técnico preliminar nos ambientes de trabalho do órgão, contemplando:

- a) Reconhecimento dos riscos ocupacionais;
- b) Análise dos processos, atividades e postos de trabalho;
- c) Levantamento do quantitativo de servidores, funções e jornadas.
- d) Identificação preliminar de fatores de risco ergonômicos e psicossociais, considerando a organização do trabalho, as condições ambientais, as relações sócio - profissionais e as características das atividades desenvolvidas.

6.2.2. ELABORAÇÃO E GESTÃO DOS PROGRAMAS DE SST

6.2.2.1. Com base no diagnóstico, a contratada deverá:

- a) Elaborar, implantar e manter atualizado o **PGR**, conforme NR-01, contemplando o **GRO**;
- b) **Elaborar e acompanhar o PCMSO**. O programa deve ser desenvolvido por um Médico do Trabalho, podendo contar com o apoio de outros profissionais legalmente habilitados, conforme NR-07, com definição de exames e ações de saúde;
- c) Promover a **gestão integrada de SST**, com acompanhamento periódico e atualização sempre que houver alterações nos ambientes ou processos.

6.2.3. Elaboração de laudos técnicos

6.2.3.1. Elaboração do LTCAT: O LTCAT deve ser elaborado por uma equipe composta por um Engenheiro de Segurança do Trabalho e um Médico do Trabalho;

6.2.3.1.1. O Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) é um documento destinado a registrar e avaliar os agentes nocivos presentes no ambiente de trabalho, determinando a exposição a agentes nocivos para fins previdenciários. O LTCAT é um instrumento fundamental para a segurança e saúde ocupacional, o LTCAT não possui prazo de validade previamente definido, devendo ser atualizado sempre que houver alterações.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

- a) Documentar a presença de agentes nocivos e avaliar o risco de insalubridade.
- b) Cumprir exigências legais, como as dispostas na Lei 8213/91 e suas alterações, evitando penalidades por falta de um laudo atualizado.

· **6.2.3.1.2.** O LTCAT deve atender à Instrução Normativa PRES/INSS Nº 128/2022 e demais legislações pertinentes, incluindo informações sobre:

- a) Tecnologia de proteção coletiva ou individual.
- b) Identificação da empresa, setor e função.
- c) Descrição das atividades e agentes nocivos.
- d) Localização das fontes geradoras e periodicidade de exposição.
- e) Metodologia de avaliação e medidas de controle existentes.
- f) Conclusão do laudo, assinada por um profissional qualificado (médico do trabalho ou engenheiro de segurança).

6.2.3.1.3. O levantamento deve incluir visitas in loco às instalações, considerando as diferentes unidades, ambientes e cargos.

6.2.3.1.4. As avaliações devem envolver ao menos um ocupante de cada função, junto com seus supervisores, para garantir a coleta precisa de informações.

6.2.3.1.5. O laudo deve ser atualizado sempre que ocorrerem mudanças no ambiente de trabalho, como: Alterações no layout. Substituição de máquinas ou equipamentos. Mudanças na tecnologia de proteção.

6.2.3.2. Elaboração do LTIP: O LTIP deve ser elaborado por dois profissionais qualificados, como um Engenheiro de Segurança do Trabalho e um Médico do Trabalho, ou outras combinações de especialistas.

6.2.3.2.1. O Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP) tem como objetivo avaliar as condições do ambiente de trabalho e determinar a existência de insalubridade ou periculosidade, verificando a exposição dos servidores a agentes físicos, químicos e biológicos.

- a) Avaliar se os servidores estão expostos a condições insalubres ou perigosas.
- b) Determinar a necessidade de pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade.
- c) O laudo deve atender às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e legislações vigentes.

6.2.3.2.2. O LTIP deve estabelecer o percentual do adicional a ser pago:

- a) Insalubridade Máxima: 40%
- b) Insalubridade Média: 20%





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

c) Insalubridade Mínima: 10%

6.2.3.2.3. O adicional de periculosidade será de 30%, prevalecendo o maior percentual em casos de sobreposição.

- a) O levantamento deve incluir visitas in loco às instalações, avaliando cada unidade, ambiente e cargo.
- b) As avaliações devem ser realizadas com a participação de ocupantes de cada função e seus supervisores, focando nos trabalhadores expostos ao maior risco.
- c) O laudo deve ser revisado anualmente ou sempre que houver mudanças significativas no ambiente de trabalho, como alterações de layout ou equipamentos.
- d) O laudo serve para assegurar o direito ao adicional de insalubridade, evitando pagamentos indevidos e promovendo a melhoria das condições de trabalho.
- e) Pode ser utilizado como base para ações que visem neutralizar ou reduzir agentes nocivos no ambiente laboral.

6.2.3.2.4. Demais laudos técnicos exigidos pela legislação previdenciária, trabalhista e de SST. Os laudos deverão conter fundamentação técnica, medições quando necessárias e assinatura do responsável técnico legalmente habilitado.

6.2.4. Avaliação Ergonômica do Trabalho AET

6.2.4.1. A contratada deverá realizar **Avaliação Ergonômica do Trabalho (AET)**, conforme disposto na **NR-17**, sempre que identificado risco ergonômico ou quando demandado pelo órgão contratante, contemplando, no mínimo:

- a) Análise das tarefas, atividades e postos de trabalho;
- b) Avaliação das exigências físicas, cognitivas e organizacionais;
- c) Identificação de inadequações ergonômicas;
- d) Proposição de medidas corretivas e preventivas.
- e) Condições ambientais, como níveis de ruído, iluminância e temperatura.

6.2.4.2. Métodos e Técnicas: Descrição e justificativa para os métodos e ferramentas utilizados na análise. Estabelecimento de um diagnóstico e sugestões para melhorar as situações de trabalho analisadas. Visitas in loco para coleta de dados qualitativos e quantitativos, considerando diferentes unidades e funções. A AET deve ser revisada anualmente ou sempre que houver mudanças no ambiente de trabalho

6.2.4.3. A AET deverá ser elaborada por profissional legalmente habilitado (médicos, fisioterapeutas, educadores físicos com habilitação em ergonomia ou engenheiros de segurança do trabalho profissional especializado em ergonomia, ou outros profissionais com a devida formação e capacidade na área) e integrada aos programas de gestão de SST, especialmente ao **PGR**.

6.2.5. Avaliação de fatores de risco psicossociais





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

6.2.5.1. A contratada deverá realizar a avaliação dos fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho, em consonância com o GRO/PGR (NR-01) e com boas práticas de Saúde Ocupacional, considerando, entre outros aspectos:

- a) Organização e ritmo de trabalho;
- b) Demandas cognitivas e emocionais;
- c) Autonomia, controle e suporte organizacional;
- d) Relações sócio - profissionais;
- e) Fatores relacionados ao estresse ocupacional.

6.2.5.2. No estimativo de avaliações de risco psicossocial constante na tabela de itens foi considerado o percentual de 70% dos servidores municipais, pois A NR 01 não estabelece uma porcentagem ou um número mínimo específico de funcionários para a realização da avaliação e gerenciamento dos riscos psicossociais. O percentual adotado é considerado **estatisticamente representativo**, suficiente para a identificação e gerenciamento dos riscos psicossociais, podendo ser ampliado sempre que necessário.

6.2.5.3. A avaliação poderá utilizar métodos qualitativos e/ou quantitativos, tais como entrevistas, questionários, observações técnicas e análise documental, sem caráter clínico individual, devendo resultar em:

- a) Identificação dos fatores de risco;
- b) Proposição de medidas preventivas e de controle;
- c) Integração das ações ao PGR e à gestão de SST.

6.2.5.4. Elaboração da avaliação: deve ser elaborado por profissionais como psicólogos organizacionais e do trabalho, engenheiros de segurança, médicos do trabalho, fisioterapeutas, profissionais de educação física, entre outros, desde que possuam a capacitação técnica e o conhecimento necessários para a identificação e avaliação dos riscos psicossociais.

6.2.6. Assessoria técnica continuada

6.2.6.1. Durante a vigência do contrato, a contratada deverá:

- a) Prestar orientações técnicas ao órgão;
- b) Apoiar auditorias, fiscalizações e demandas de órgãos de controle;
- c) Fornecer esclarecimentos sobre normas regulamentadoras e legislação correlata;
- d) Apoiar o atendimento às obrigações relacionadas ao **eSocial**, quando aplicável.

6.2.7 Responsabilidade técnica

6.2.7.1. A execução dos serviços deverá ocorrer sob responsabilidade de profissionais legalmente habilitados, com registros nos respectivos conselhos de classe, cabendo à contratada apresentar a **ART/RRT/RT após a contratação**, quando exigível.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

6.2.8 Entregáveis

6.2.8.1. A contratada deverá apresentar, conforme cronograma aprovado:

- a) Programas, laudos e relatórios técnicos;
- b) Relatórios de acompanhamento da gestão de SST;
- c) Registros das atividades realizadas.

6.2.8.2. Todos os documentos deverão ser entregues em meio digital e, quando solicitado, em meio físico.

6.2.9 Fiscalização

6.2.9.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor e/ou comissão designado pelo órgão contratante, que poderá solicitar ajustes, complementações ou esclarecimentos técnicos.

7. DO PRAZO E LOCAL

7.1. A execução dos serviços deverá ter início em até 30 (trinta) dias úteis contados da assinatura do contrato, deverão ser executados na unidade solicitante, sendo endereço Rua Dom Pedro I, nº 2389, centro Mirante da Serra/RO - CEP: 76.926-000, preferencialmente no horário de expediente (07h30 às 13h30), podendo ocorrer fora deste quando necessário para a correta avaliação dos riscos.

7.2. A prestação do serviço será contínua e ininterrupta durante toda a vigência contratual, abrangendo:

7.2.1. Apresentação, em até 15 (quinze) dias corridos, de cronograma contendo as datas programadas para as visitas técnicas, coletas de dados e previsão de entrega dos programas e laudos obrigatórios.

7.2.2. O prazo para entrega dos laudos não poderá ser superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da coleta de dados, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa da contratada e decisão da Administração;

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9. FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

9.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

9.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

9.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

9.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

9.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

9.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

9.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

9.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

10. GESTOR DO CONTRATO

10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

11.1 RECEBIMENTO

11.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

11.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração,





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.

11.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução dos serviços, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.2. LIQUIDAÇÃO

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, para fins de liquidação, na forma desta seção.

11.2.2. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.2.3. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

11.2.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

11.2.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.2.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.2.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.3 PRAZO DE PAGAMENTO

11.3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da **liquidação da despesa, conforme seção anterior.**

11.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

11.4 FORMA DE PAGAMENTO

11.4.1 O pagamento será realizado conforme a execução do objeto, com exceção da Gestão de SST, que será pago mensalmente.

11.4.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.4.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial do IRF, conforme estabelecido no Decreto Municipal n. 3402/2023, anexo I, que recepcionou a IN n. 1.234/2012 da RFB.

11.4.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.4.6. O contratado que é MEI, e/ou estar regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

12.1 FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

12.2. FORMA DE FORNECIMENTO

12.2.1. O fornecimento do objeto será continuado.

13. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

13.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- a) Certidão de registro/quitação da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura CREA/RO, engenheiro de segurança do trabalho ou engenheiro com especialização em segurança do trabalho, da qual deverá constar o nome do profissional que poderá atuar como responsável técnico pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Lei nº. 12.378/2010, § 2;
- b) Caso a licitante tenha sede em outro Estado da Federação, deverá comprovar visto do CREA/RO no verso da Certidão, conforme Resolução CONFEA nº 336/89. A comprovação aqui estabelecida deverá ser realizada apenas pela licitante vencedora quando da assinatura do respectivo contrato;
- c) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico, expedida pelo CREA, em nome dos profissionais que exercerão a função de autores dos projetos, comprovando a execução de pelo menos um projeto com características similares ao objeto desta licitação;
- d) Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços não seja sócio da licitante, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo.
- e) Para os serviços de elaboração dos serviços será admitida a indicação de engenheiros civis, arquiteto, segurança do trabalho, como responsáveis técnicos pelos serviços objeto do contrato, podendo ser utilizados para caso específicos (técnico em segurança do trabalho);
- f) Licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica em seu nome, sendo este emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde comprove a execução de serviços já realizados com características semelhante ao objeto da licitação com a identificação do profissional habilitado e sua respectiva ART/RRT.
- g) A licitante deverá apresentar declaração formal que possui disponibilidade de aparelhamento técnico, instalações prediais e profissionais com capacidade técnica e gerencial dos serviços a ser contratados;
- h) A licitante deverá apresentar declaração como nome e qualificação técnica do profissional habilitado para prestar os serviços de assessoria técnica, acompanhados de seus Certificados demonstrando conhecimento das atividades afins;
- i) Registro nos respectivos conselhos profissionais CRM (**Conselho Regional de Medicina**), RQE (**Registro de Qualificação de Especialista**).
- j) Contrato de prestação de serviços ou vínculo com a contratada.
- k) Demais declarações vinculadas ao edital da presente licitação

13.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

13.2.1. A Empresa deve possuir Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) no CNPJ compatível com a prestação do serviços.

13.2.2. Registro na Junta Comercial, no caso de empresa individual, com demonstração atualizada dos objetos sociais, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

13.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou CONTRATO SOCIAL em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a demonstração do ramo de atividades compatível com o objeto licitado, bem como a última alteração social. Não será aceita a Certidão Simplificada da Junta Comercial para substituir o contrato social.

13.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, publicada no Diário Oficial da União, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.2.5. Cédula de identificação dos sócios (RG e CPF), ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa.

13.2.6. Se a empresa se fizer representar por PROCURADOR, faz-se necessário o credenciamento por meio da apresentação da cópia de sua cédula de identidade ou documento oficial com foto e de outorga por instrumento público ou particular, com menção expressa de que lhe confere amplos poderes para prática dos atos pertinentes ao certame, com firma reconhecida em Cartório, esta deve vir acompanhada de cópia do ato de constituição da empresa ou do ato de investidura na direção da empresa.

13.2.7. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

13.2.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

13.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

13.3.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

13.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 65.406,29 (Sessenta e cinco mil, quatrocentos e seis reais e vinte e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos em anexo.

15. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

15.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo como contrato e seus anexos;

15.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

15.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

15.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

15.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções prevista na lei e no Contrato;

15.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

15.1.8. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 01(um) mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimentos do equilíbrio-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1(um) mês, de acordo com o art. 123, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

15.1.11. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

15.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.1.13. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

15.1.14. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

15.2. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

15.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

15.2.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.2.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

15.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

15.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

15.2.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

15.2.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

15.2.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

15.2.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

15.2.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

15.2.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) quando for o caso;

15.2.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

15.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

15.2.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

16. DAS PENALIDADES

16.1. À contratada que, sem justa causa, atrasar ou não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, aplicar-se-ão as penalidades prescritas pela Lei Geral de Licitações e





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

demais normas cogentes, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, a saber: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 02.03.00;

II) Fonte de Recursos: Próprio

III) Programa de Trabalho: 04.122.0003.2004.0000

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39

V) Ficha: 44

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Mirante da Serra - RO, 29 de janeiro de 2026.

Elaborado por:	TERMO DE REFERÊNCIA APROVADO
Daiani de Matos Sales Rocha Agente Administrativo Mat: 3058 (Assinado eletronicamente)	José Carlos Pereira de Andrade Prefeito Municipal (Assinado eletronicamente)
Andra Delfino Silva Sec. Mun. Int. de Adm. Finanças Planejamento Portaria nº: 7372/2025 (assinado eletronicamente)	







Município de Mirante da Serra

63.787.071/0001-04

Rua Dom Pedro I

www.mirantedaserra.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Termo de Referência	03	02/02/2026
ID: 351200	Processo	Documento
CRC: 6BC7D594		
Processo: 1-127/2026		
Usuário: DAIANI MATOS SALES ROCHA		
Criação: 02/02/2026 09:07:12	Finalização: 02/02/2026 09:08:38	
MD5: BC8B87B4FA66A44E016469C0EB0483BC		
SHA256: BCCD0D5B2FEA99986C619DDE3535C21419A6D1B3357CCC95052C1D34474490CC		
Símbulo/Objeto:		
Termo de Referência		

INTERESSADOS

SEMAFP - GABINETE SEC. DE ADM. FINANÇAS E PLAN	Mirante da Serra	RO	02/02/2026 09:07:12
--	------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	02/02/2026 09:07:12
------------------------	---------------------

CIENTES

VALTER MARCELINO DA ROCHA	02/02/2026 10:25:19
---------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 DAIANI MATOS SALES ROCHA	AGENTE ADMINISTRATIVO	02/02/2026 09:09:20
---	-----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

 ANDRA DELFINO SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FINAN, E PLANEJAMENTO	02/02/2026 09:14:40
--	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

 JOSE CARLOS PEREIRA DE ANDRADE	PREFEITO	02/02/2026 10:51:03
---	----------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br informando o ID 351200 e o CRC 6BC7D594.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 09/2026

Número do Processo: 127/2026

Unidade Administrativa de Origem:SEMAFP

Responsável pela Unidade Administrativa: Andra Delfino Silva

Responsáveis pela elaboração do ETP: Daiani de Matos Sales Rocha

1 - INTRODUÇÃO

1.1. Este documento descreve as primeiras etapas da fase de planejamento e apresenta a pesquisa necessária para contratar uma solução que atenda aos requisitos abaixo. O principal objetivo é estudar detalhadamente os requisitos e determinar no mercado a melhor solução para satisfazê-los, respeitando as regras e princípios vigentes da administração pública.

2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (Inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)*.

2.1. A presente contratação tem por objetivo garantir o cumprimento das Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego e das obrigações legais relacionadas à Segurança e Saúde do Trabalho (SST), especialmente aquelas vinculadas ao e-Social, por meio da elaboração, atualização e gestão dos programas e laudos técnicos obrigatórios (PGR, GRO, PCMSO, LTCAT, LTIP, AET), bem como o envio eletrônico dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240. A medida busca assegurar a conformidade legal, reduzir riscos trabalhistas e previdenciários, e promover um ambiente laboral seguro e saudável aos seus colaboradores.

2.2. A remessa contínua dos eventos de segurança e medicina do trabalho no E-social é uma obrigação legal, deve ser cumprida para evitar sanções e garantir a regularidade das informações trabalhistas.

As mudanças nas legislações trabalhistas e previdenciárias exigem constante adaptação dos procedimentos e laudos técnicos para garantir a conformidade legal.

2.3. Considerando que a Prefeitura Municipal não conta com profissionais técnicos habilitados para implementar os programas de SST, além dos demais serviços que serão contratados, faz-se necessário a contratação de empresa especializada, devendo ocorrer em lote único, pois a execução dos programas e laudos são interdependentes, garantindo maior eficiência das ações.

3 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020).

3.1. A demanda não consta no Plano de Contratação Anual (PCA) vigente, mas será incluída no PCA do próximo exercício, conforme art. 12, VII, da Lei nº 14.133/2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO

4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

4.1. O contratado deverá atender os seguintes requisitos:

- 4.1.1.** Cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária e LGPD;
- 4.1.2.** Manter sigilo das informações médicas e empresariais;
- 4.1.3.** Disponibilizar relatórios técnicos e documentação atualizada;
- 4.1.4.** Atender fiscalizações e auditorias;
- 4.1.5.** Alimentar e manter informações no **e-Social**;
- 4.1.6.** Responsabilizar-se tecnicamente pelos documentos emitidos.
- 4.1.7.** Dispor de equipe técnica qualificada, composta por médicos do trabalho, engenheiros de segurança, técnicos em segurança do trabalho e demais profissionais necessários para a execução das atividades.
- 4.1.8.** Registro nos respectivos conselhos profissionais CRM (Conselho Regional de Medicina), RQE (Registro de Qualificação de Especialista), CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) Registro profissional para Técnico em Segurança do trabalho e outros que forem aplicáveis).
- 4.1.9.** Registro da empresa no CREA (quando houver laudos e engenharia)
- 4.1.10.** Indicação de responsável técnico
- 4.1.11.** Contrato de prestação de serviços ou vínculo com a contratada.
- 4.1.12.** Oferecer suporte técnico e operacional para a gestão do E-social, garantindo a correta remessa de eventos obrigatórios.
- 4.1.13.** Apresentar tecnologia e software especializados para a gestão de informações de SST, com acesso seguro e relatórios detalhados.
- 4.1.14.** Cumprir rigorosamente os prazos para emissão e atualização de laudos, programas e demais documentos obrigatórios e disponibilizar estes a Administração sempre que for solicitado.
- 4.1.15.** Garantir atendimento presencial e remoto, conforme necessidade da Administração, assegurando a continuidade dos serviços contratados.
- 4.1.16.** Estar em conformidade com as normas regulamentadoras (NRs) aplicáveis, bem como com a legislação trabalhista e previdenciária vigente.
- 4.1.17.** Serão exigidos da contratada a apresentação das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como atestado de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de serviços compatíveis e semelhantes.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO

4.1.18. Apresentar documentação jurídica regular (contrato social ou estatuto, CNPJ, certidões negativas, entre outros).

4.2 A futura CONTRATADA deverá arcar com eventuais ônus, tais como: taxas, impostos, alvarás, registros na ANVISA, licenças e demais despesas necessárias à execução dos serviços.

4.3 O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020)*.

5.1 A quantidade foi estimada para atender ao período de 01 (um) ano conforme detalhamento abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Und
01	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e GRO (Gerenciamento de Riscos ocupacionais), incluindo as seguintes avaliações: <ul style="list-style-type: none">• Avaliação de agentes físicos calor/ frio 6 a 8 horas.• Avaliação de agentes físicos ruído 6 a 8 horas.• Avaliação de agentes físicos vibração corpo inteiro.• Avaliação de agentes físicos vibração mãos e braços.• Avaliação de agentes físicos iluminação por ponto.	01	Serviço
02	Programa de Controle Médico de Saúde e Ocupacional (PCMSO).	01	Serviço
03	Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho (LTCAT)	01	Serviço
04	Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP).	01	Serviço
05	Avaliação de fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho	347	Serviço
06	Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho para o e-social (acompanhamento de 12 meses).	12	Serviço





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO

07	AET - Análise Ergonômica do Trabalho.	01	Serviço
----	---------------------------------------	----	---------

6 - LEVANTAMENTO DE MERCADO (Inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021), (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020).

6.1. Os serviços pretendidos possuem natureza técnica especializada, cuja entrega do objeto materializa-se pela entrega de laudos técnicos especializados, elaborados após visitas técnicas na Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/RO e demais locais necessários, munindo-se de instrumentos adequados às medições necessárias.

6.2. Com a evolução dos normativos que regulamentam a execução do PGR, PCMSO, LIP, LTCAT e AET, resta evidente a necessidade de sua elaboração por equipe com expertise comprovada, uso de instrumentos e outros recursos adequados.

6.3. Atualmente o mercado disponibiliza os serviços pretendidos por meio de terceirização, encontrando-se ambiente bastante competitivo pela presença de várias empresas aptas a prestar tais serviços, com potencial técnico para serem contratadas, conforme pesquisa efetuada.

6.4. Solução 1:

6.4.1. Realização dos serviços pela Prefeitura Municipal, com o advento de novas tecnologias e a necessidade de aferições mais elaboradas para a identificação de Riscos Ocupacionais, a Prefeitura precisaria investir na aquisição de equipamentos, contratação de laboratório de análise e contratação de profissionais médicos (e de engenharia).

6.4.2. Diante destes fatos esta solução apresenta-se inviável, pois as demandas administrativas que passam pela análise de risco ocupacional, bem como a adequação da Prefeitura, depender da elaboração do PGR, PCMSO, LIP, LTCAT e AET, ficariam prejudicadas uma vez que esta Administração não possui em seu Quadro de Pessoal corpo técnico especializado (médico e engenheiro) suficientes, bem como não há previsão orçamentária para contratação desses profissionais, o que vem a pôr em risco a Saúde e Segurança do Trabalhador (SST).

6.5. Solução 2:

6.5.1. Contratação de empresa especializada em Segurança do Trabalho em função da grande complexidade observada para a realização do PGR, PCMSO, LIP, LTCAT e AET, a contratação de empresa com capacidade técnica atestada mostra-se viável, pela notável expertise que esse





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO

segmento possui, oferecendo à Prefeitura Municipal a oportunidade de, em curto prazo, adequação às novas normas de segurança do trabalho.

6.6. O preço médio foi extraído através de pesquisa no Banco de Preços Públicos e de Pesquisa de Mercado realizada no Estado de Rondônia, com as seguintes empresas:

- a. PLATAFORMA BANCO DE PREÇOS PÚBLICOS
- b. 29.775.981/0001-20 – LOTUS MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO - ME;
- c. 29.927.161/0001-19- APARECIDO DL FREITAS ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO- ME;
- d. 33.638.229/0001-05- ERGON CONSULTORIA EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA;
- e. 03.783.989/0003-07 – SESI JI-PARANÁ

7 - ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020)*.

7.1. Com base nas cotações levantadas, estima-se o valor total de **R\$ 65.406,29 (Sessenta e cinco mil, quatrocentos e seis reais e vinte e nove centavos).**

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

8.1. A contratação assegura a conformidade legal e a integridade ocupacional dos servidores do município, atendendo às obrigações previstas nas Normas Regulamentadoras e na legislação previdenciária. A terceirização dos serviços de SST representa a solução tecnicamente mais adequada e economicamente vantajosa, uma vez que o município não dispõe de equipe própria habilitada para a execução das atividades de medicina e segurança do trabalho. O modelo proposto garante eficiência administrativa, padronização dos processos, redução de riscos trabalhistas e previdenciários, e cumprimento tempestivo das obrigações junto ao e-Social.

8.2. Como solução para a contratação, estudamos a possibilidade de realizar uma dispensa de licitação, a qual demonstrou não ser viável considerando o valor estimado.

8.3. Em análise a alternativa mais viável é a realização de licitação por meio de Pregão eletrônico, em razão de maior competitividade e economicidade.

9 - JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020)*.

9.1. Não será parcelado pois se trata de serviço prestado por uma única empresa. O parcelamento poderia ocasionar:

9.1.1. Fragmentação da responsabilidade técnica;

9.1.2. Risco de inconsistências nos prontuários médicos e históricos ocupacionais;





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO

9.1.3. Dificuldades na gestão e fiscalização contratual;

9.1.4. Prejuízo à continuidade e à qualidade dos serviços prestados.

9.2. Dessa forma, a contratação em **lote único** mostra-se mais adequada e eficiente, garantindo a integralidade do atendimento, a segurança jurídica e a observância das normas de saúde ocupacional.

10 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21).

10.1. Essa contratação tem como objetivo alcançar os seguintes resultados:

10.1.1. Regularização e atualização contínua dos laudos técnicos e programas de segurança do trabalho;

10.1.2. Assegurar o cumprimento das obrigações legais do E-social;

10.1.3. Redução de riscos ocupacionais e melhoria das condições de trabalho dos servidores;

10.1.4. Eficiência na gestão das informações de SST com suporte técnico especializado

11 - PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

11.1. Após a formalização do processo será encaminhado aos demais setores para prosseguimento quanto a fase licitatória.

12 - CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES (Inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

12.1. Considerando tratar-se de serviço contínuo e integrado, recomenda-se a contratação em lote único, para melhor gestão e controle dos dados, não será necessário contratações correlatas.

13 - IMPACTOS AMBIENTAIS (Inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020).

13.1. Essa contratação não causa impactos ambientais, seguindo os princípios de desenvolvimento sustentável na administração pública.

14 - ANÁLISE DE RISCO (Inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021):

14.1. Na análise foram identificados possíveis riscos, com as devidas ações de prevenção e de contingência. A análise de riscos segue anexa a este Estudo Técnico Preliminar.

15 - VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21), (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020).

15.1. Mediante a necessidade de atendimento de normas e requisitos técnicos para segurança do trabalho e gestão de saúde ocupacional no âmbito da administração pública, torna-se viável e necessária a contratação de empresa especializada em segurança e medicina do trabalho.





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E
PLANEJAMENTO

15.2. A análise de mercado evidencia que existem empresas capacitadas para prestar o serviço de forma eficiente, assegurando a regularidade das obrigações do órgão público e proporcionando um ambiente de trabalho mais seguro aos servidores municipais.

Mirante da Serra, 28 de janeiro de 2026.

Daiani de Matos Sales Rocha
Agente Administrativo
Matrícula: 3058
(assinado eletronicamente)

Andra Delfino Silva
Sec. Mun. Int. de Adm. Finanças Planejamento
Portaria nº: 7372/2025
(assinado eletronicamente)





Município de Mirante da Serra



63.787.071/0001-04

Rua Dom Pedro I

www.mirantedaserra.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP	09 corrigido	28/01/2026

ID:	349708	Processo	Documento
CRC:	5EE16DA5		
Processo:	1-127/2026		
Usuário:	DAIANI MATOS SALES ROCHA		
Criação:	28/01/2026 08:49:24	Finalização:	28/01/2026 08:53:35

MD5: 067D9A4671B3BDCD9CAE6279A42364AB

SHA256: 1E3C1597116B91C614A90D2F85F2EA37F9667077E37D0771E42CCF58D2DF9824

Símbulo/Objeto:

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP 09 corrigido.

INTERESSADOS

SEMAFP - GABINETE SEC. DE ADM. FINANÇAS E PLAN	Mirante da Serra	RO	28/01/2026 08:49:24
--	------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA	28/01/2026 08:49:24
------------------------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 DAIANI MATOS SALES ROCHA	AGENTE ADMINISTRATIVO	28/01/2026 08:54:07
---	-----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

 ANDRA DELFINO SILVA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM. FINAN, E PLANEJAMENTO	28/01/2026 09:20:20
--	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 3296/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br informando o ID 349708 e o CRC 5EE16DA5.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE DA SERRA

MINUTA DE CONTRATO Nº 000/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA, E A EMPRESA
..... PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

Aos.....dias do mês de.....do ano de dois mil e vinte e.....o **MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o n.º 63.787.071/0001-04, estabelecido na rua D. Pedro I, 2389, na cidade de Mirante da Serra, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo **PREFEITO**, senhor, inscrito (a) no CPF/MF sob o n.º, doravante denominado **CONTRATANTE**, com interveniência da SECRETARIA MUNICIPAL DE, neste ato representada pelo Secretário (a), e a empresa, inscrita (a) no CNPJ/MF sob o n.º, sediada na Avenida....., n.º, em, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representado por, brasileiro, empresário, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta nos Processos nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato decorrente do **Pregão eletrônico nº...../.....**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada em serviços de segurança e medicina do trabalho pelo período de 12 (doze) meses, a fim de elaborar, implementar, e executar o Programa de Gerenciamento de Riscos PGR e GRO (Gerenciamento de Riscos ocupacionais), Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho LTCAT, Laudo técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PCMSO, Gestão de SST para o E-Social, diagnóstico dos fatores de Riscos Psicossociais relacionados ao trabalho, avaliações de agentes físicos: Calor/ Frio 6 a 8 horas, Ruído 6 a 8 horas, Vibração corpo inteiro, Vibração mãos e braços, Iluminamento por ponto e a AET (Análise Ergonômica do Trabalho), para atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Mirante da Serra/ RO nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Qtde	Unid. Med.
01	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e GRO (Gerenciamento de Riscos ocupacionais), incluindo as seguintes avaliações: · Avaliação de agentes físicos calor/ frio 6 a 8 horas. · Avaliação de agentes físicos ruído 6 a 8 horas. · Avaliação de agentes físicos vibração corpo inteiro. · Avaliação de agentes físicos vibração mãos e braços. · Avaliação de agentes físicos iluminamento por ponto.	01	Serviço
02	Programa de Controle Médico de Saúde e Ocupacional (PCMSO).	01	Serviço
03	Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho (LTCAT)	01	Serviço
04	Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP).	01	Serviço
05	Avaliação de fatores de riscos psicossociais relacionados ao trabalho	347	Serviço
06	Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho para o e-social (acompanhamento de 12 meses).	12	Serviço
07	AET - Análise Ergonômica do Trabalho.	01	Serviço

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O contrato terá vigência de, a contar dapodendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. O valor total do contrato é de R\$.....(.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ____/____/____.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do CONTRATADO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 São obrigações do Contratante:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3 Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções prevista na lei e neste Contrato;

8.1.7 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.7.1 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de **01 (um) mês** para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

8.1.9 Responder eventuais pedido de reestabelecimentos do equilíbrio-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1(um) mês, de acordo com o art. 123, parágrafo único, da Lei nº.14.133, de 2021.

8.1.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.11 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art.93,§2º, da Lei nº14.133/21.



8.1.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.13 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.14 Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberará rease/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.9 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) quando for o caso;

9.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o CONTRATADO que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



h) praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº12.846,de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave(art.156,§2º,da Lei nº14.133,de2021);

11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b,c e d do sub item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art.156,§ 4º,da Lei nº14.133,de 2021);

11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e, f, g e h do sub item acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c e d, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art.156,§5º,daLei nº14.133,de 2021).

11.2.4. Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº. 14.133, de2021.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.5.1. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia eventualmente prestada ou será cobrada judicialmente.

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes e /ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

11.10. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, defatooudedireito,comoCONTRATADO,observados,emtodososcasos,ocontraditório,aampladefesaeaoobligatoriedadede análise jurídica prévia.

11.11. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº14.133/21.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpado contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.4 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3 Indenizações e multas.

12.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.6 O contrato poderá ser extinto caso e constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau ([art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da previsão do orçamento do Município e das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei do Plano Plurianual, na dotação abaixo discriminada:

Secretaria	Municipal	de.....-Projeto	Atividade
.....-Elemento de Despesa:.....Material Destinado a			
.....Ficha....., Pedido de Empenho nº			
/2026 de..dede 2026.			

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.2.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES A LGPD

17.1 As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

17.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

17.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



17.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

17.5 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes LGPD.

17.6 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

17.7 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

17.8 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

17.8.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvido sem formato inter operável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art.92,§1º,da Lei nº14.133/21. E, para firmeza e validade do que foi pactuado, é lavrado o presente Contrato o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelo CONTRATANTE, pelo SECRETÁRIO INTERVENIENTE, pela CONTRATADA e por duas testemunhas.

Mirante da Serra/RO, --- de -----de 2026.

Contratada

José Carlos Pereira de Andrade
Contratante
Prefeito

Andra Delfino Silva
Secretário interveniente

Rua Dom Pedro I, 2389 - Centro - Mirante da Serra/RO CEP: 76.926-000
Contato: (69) 3463-2812 - Site: www.mirantedaserra.ro.gov.br - CNPJ: 63.787.071/0001-04



Documento assinado eletronicamente por **ANDRA DELFINO SILVA, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADM. FINAN, E PLANEJAMENTO**, em 23/01/2026 às 10:54, horário de Mirante da Serra/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 3296 de 15/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site eproc.mirantedaserra.ro.gov.br, informando o ID **347834** e o código verificador **CC367650**.

Referência: [Processo nº 1-127/2026](#).

Docto ID: 347834 v1





São Lucas

MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

Propostas:

- Junta Médica / Perícia (3 CRM + 1 RQE)
- Elaboração PPP
- PCMSO
- PGR
- LTCAT
- LIP
- eSocial



Sobre Nós

Sua empresa precisa de agilidade, segurança e conformidade legal sem burocracia? A **São Lucas Medicina e Segurança do Trabalho** é a parceira ideal para garantir tudo isso em um só lugar.

Oferecemos soluções completas em Medicina e Segurança do Trabalho, com atendimento rápido, estrutura própria e suporte técnico especializado.

Centralizamos todos os exames ocupacionais no mesmo lugar: Audiometria, Espirometria, Acuidade visual, Exames Laboratoriais, Raio-X, ECG, EEG, ultrassom, Densitometria Óssea, etc. Proporcionando mais praticidade, redução de custos operacionais e otimização do tempo da sua equipe.

Contamos com Médico do Trabalho disponível em horário comercial (7h30 às 12h e 14h às 17h30), assegurando respaldo técnico imediato e maior eficiência nos processos admissionais, periódicos e demissionais.

Nosso compromisso é simplificar a gestão ocupacional da sua empresa, garantindo tranquilidade, organização e total conformidade com as exigências legais.



ID: 316557 e CRC: E2A36CE0

In Company

A **São Lucas Medicina e Segurança do Trabalho** conta também com sua **Unidade Móvel** própria e equipada com raio-x – cabine de audiometria – sala de eletrocardiograma – estrutura para exames clínicos ocupacionais., levando até sua empresa um atendimento no modelo **In Company**, com total estrutura e qualidade técnica.

Levamos uma clínica completa até sua empresa, proporcionando:

- Redução de deslocamentos
- Otimização de tempo
- Menor impacto na produtividade
- Consultas e exames no próprio local de trabalho
- Atendimento em ambiente estruturado e conforme normas técnicas.

Mais praticidade, mais eficiência e total conformidade legal para sua empresa.



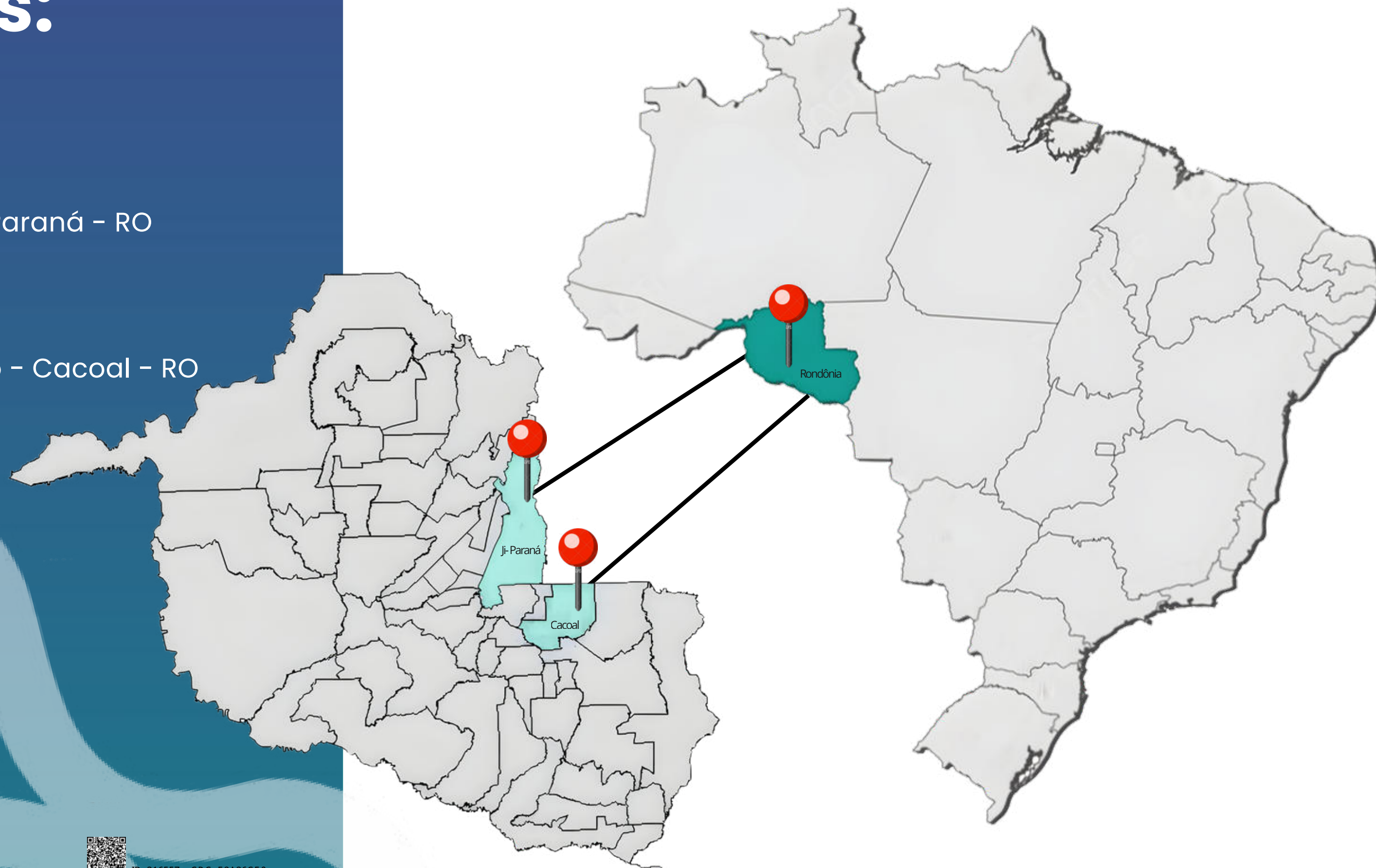
Estamos Localizados:

Ji-Paraná:

Av. JK, 1101 – Casa Preta – Ji-Paraná – RO

Cacoal:

Av. Porto Velho, 2940 – Centro – Cacoal – RO



ID: 316557 e CRC: E2A36CE0

Contemplação da Proposta:

Município de Novo Horizonte do Oeste

Item Cód. Prod

- 1 - 055.009.121 - Junta Médica / Perícia (3 CRM + 1 RQE)
- 2 - 055.009.122 - Elaboração PPP
- 3 - 055.009.125 - PCMSO
- 4 - 055.009.126 - PGR
- 5 - 055.009.127 - LTCAT
- 6 - 055.009.128 - LIP
- 7 - 055.009.129 - eSocial

VALIDADE DA PROPOSTA

Este documento tem validade de 15 dias. É proibida a sua publicação ou divulgação.



ID: 316557 e CRC: E2A36CE0

VALORES

MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE LISTAGEM PARA COTAÇÃO

CODIGO	DESCRIÇÃO	QNT	VLR UNITÁRIO	TOTAL
55.009.121	JUNTA MÉDICA/PERÍCIA (3CRM+1RQE)	80	R\$ 1.050,00	R\$ 84.000,00
55.009.122	ELABORAÇÃO DO PPP	100	R\$ 199,50	R\$ 19.950,00
55.009.125	PCMSO	1	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
55.009.126	PGR	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
55.009.127	LTCAT	1	R\$ 4.800,00	R\$ 4.800,00
55.009.128	LIP	1	R\$ 4.500,00	R\$ 4.500,00
55.009.129	E-SOCIAL	12	R\$ 1.200,00	R\$ 14.400,00

VALIDADE DA PROPOSTA

Este documento  em validade de 15 dias. É proibida a sua publicação ou divulgação.

ID: 316557 e CRC: E2A36CE0

Formas de Pagamento – Exames Ocupacionais

Os honorários da gestão ao e-Social possuem vencimento todo o 10º dia do mês e poderão ser pagos via:

Boleto

Transição Bancária

Pix

Faturamento de exames ocupacionais, faturamento ocorre todo primeiro dia útil do mês seguinte, enviado boleto para pagamento até o 10º dia do mês.



Agradecemos a preferência!

CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

Necessário o envio de PGR para a elaboração do PCMSO



ID: 316557 e CRC: E2A36CE0



São Lucas

MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO



Saiba mais:

 **(69) 3421-3988**

 contato@centrosaolucas.com.br

 [@saolucasmedicina](https://www.instagram.com/saolucasmedicina)

 Av. JK, 1101 – Casa Preta Ji-Paraná – Rondônia



PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Nº 0034/2026

Vilhena - RO, 01 de Abril de 2026.

Empresa: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste-RO

CNPJ: 01.940.128/0001-06

Cotação: Nº 00079/26

Número de funcionários: 321

Grupo de enquadramento no E-Social:

E-mail: Jucielen.licitacao@gmail.com


Prezada (o),

A DMD Engenharia Saúde e Segurança Ocupacional, apresenta proposta para prestação de serviços técnicos especializados em Saúde e Segurança do Trabalho, contemplando o fornecimento de:

- 1. SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)**
- 2. ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PCMSO (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)**
- 3. ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LTCAT (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)**
- 4. ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LIP (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO).**
- 5. SISTEMA DE GESTÃO MENSAL INFORMATIZADO ON- LINE DE SEGURANÇA DO TRABALHO AO E- SOCIAL.**

Atendimento às Normas Regulamentadoras NR 01, NR 07, NR 09, NR 15 e NR 16, transmissão dos eventos de SST ao e-social e elaboração de documentos conforme exigências da legislação previdenciária (Portaria 3.214/78 e Lei 9.528/97) para servidores da Prefeitura.

Informamos ainda que esta proposta tem validade de 30 dias, serviços adicionais não mencionados serão cobrados à parte, aguardamos retorno e nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos, informamos ainda que a realização da prestação do serviço mencionado está condicionada a devolução dessa proposta devidamente preenchida e assinada.

Documento assinado digitalmente
 **DIVANETE PEREIRA DA SILVA CAMPOS**
Data: 01/04/2026 20:01:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Divanete Pereira da Silva Campos
Engenheira de Segurança do Trabalho
CREA 26017D RO
+55 (69) 9 9220 1512 - dmseg.com.br



I In- ESCOPO (OBJETO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO): atendimento a legislação de Segurança e Saúde do Trabalho obrigatória a partir de 03/01/2022

- 1) **Implementação do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais – GRO** em conformidade com a PORTARIA Nº 6.730, de 9 de março de 2020, com vigência obrigatória a partir de 03 de janeiro de 2022, instituído pela PORTARIA Nº 8.873, de 23 de julho de 2021
- 2) **Elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR**, em conformidade com a PORTARIA Nº 6.730, de 9 de março de 2020, com vigência obrigatória a partir de 03 de janeiro de 2022, instituído pela PORTARIA Nº 8.873, de 23 de julho de 2021
- 3) **Elaboração do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO** em conformidade com a PORTARIA Nº 6.734, de 9 de março de 2020, com vigência obrigatória a partir de 03 de janeiro de 2022, instituído pela PORTARIA Nº 8.873, de 23 de julho de 2021
- 4) **Elaboração do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT** em conformidade com:
 - LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991
 - DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999.
 - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128, DE 28 DE MARÇO DE 2022
 - DECRETO Nº 10.410, DE 30 DE JUNHO DE 2020
- 5) **Geração e envio dos eventos de SST no eSocial – eventos S-2210, S-2220 e S-2240** através do fornecimento das informações pela contratante.
- 6) **Elaboração LIP – Laudo de Insalubridade e Periculosidade – avalia e identifica agentes expostos e a agentes nocivos NR-15 ou riscos graves NR-16.**

II – REGIME DE EXECUÇÃO

1. Reunião online / presencial com a empresa para alinhamento das informações e definições de responsáveis para intermediar comunicação, agendamento de visita técnica, bem como os procedimentos e protocolos que a contratante já adota para controle dos riscos ocupacionais aos quais seus trabalhadores estejam expostos, processos e postos de trabalho.

2. GRO - Visita técnica por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Técnico de Segurança do Trabalho Especialista em PGR para iniciar a etapa de levantamento preliminar/ conforme item:

1.5.4.2.1 O levantamento preliminar de perigos deve ser realizado:

- a) antes do início do funcionamento do estabelecimento ou novas instalações;
- b) para as atividades existentes; e
- c) nas mudanças e introdução de novos processos ou atividades de trabalho.

3. GRO - Realizar avaliações exploratórias (agentes químicos, físicos, biológicos, de acidentes o e fatores ergonômicos em conforme nova NR17) e avaliações qualitativas para subsidiar a contratante:

1.5.3.2 A organização deve:

- a) evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho;
- b) identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- c) avaliar os riscos ocupacionais indicando o nível de risco;
- d) classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas de prevenção;
- e) implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e na ordem de prioridade estabelecida na alínea “g” do subitem 1.4.1; e
- f) acompanhar o controle dos riscos ocupacionais.

4. GRO - Subsidiar a contratante na decisão de realizar o levantamento preliminar de perigos, ou fazê-la juntamente com a etapa de identificação de perigo, conforme item:

1.5.4.2.1.2 A critério da organização, a etapa de levantamento preliminar de perigos pode estar contemplada na etapa de identificação de perigos.

5. GRO - Definir metodologias e critérios para avaliação e classificação dos riscos bem como a classificação dos grupos de trabalhadores expostos;

6. GRO - Fazer estudo referente a documentação de SST existente na empresa e como é feito o acompanhamento da saúde do trabalhador, propondo adequações, quando necessário, conforme item:

1.5.5.4.1 A organização deve desenvolver ações em saúde ocupacional dos trabalhadores integradas às demais medidas de prevenção em SST, de acordo com os riscos gerados pelo trabalho.

9.4.1 Deve ser realizada análise preliminar das atividades de trabalho e dos dados já disponíveis relativos aos agentes físicos, químicos e biológicos, a fim de determinar a necessidade de adoção direta de medidas de prevenção ou de realização de avaliações qualitativas ou, quando aplicáveis, de avaliações quantitativas.

7. GRO - Elaborar e integrar os protocolos do Plano de Atendimento a Emergência – PAE ao PGR conforme.

1.5.6.1 A organização deve estabelecer, implementar e manter procedimentos de respostas aos cenários de emergências, de acordo com os riscos, as características e as circunstâncias das atividades.

1.5.6.2 Os procedimentos de respostas aos cenários de emergências devem prever: a) os meios e recursos necessários para os primeiros socorros, encaminhamento de acidentados e abandono; e b) as medidas necessárias para os cenários de emergências de grande magnitude, quando aplicável.

8. GRO - Elaborar e integrar protocolos para Análise de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho conforme item:

1.5.5.5.2 As análises de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho devem ser documentadas e: a) considerar as situações geradoras dos eventos, levando em conta as atividades efetivamente desenvolvidas, ambiente de trabalho, materiais e organização da produção e do trabalho; b) identificar os fatores relacionados com o evento; e c) fornecer evidências para subsidiar e revisar as medidas de prevenção existentes.

9. PGR - Elaborar inventário de riscos subsidiado pelas avaliações exploratórias e documentação existente na empresa para direcionamento assertivo na necessidade de avaliações a agentes físicos, químicos e biológicos de acordo com o estabelecido na nova NR9, bem como subsidiar na elaboração do PCMSO, conforme itens:

9.4.1 Deve ser realizada análise preliminar das atividades de trabalho e dos dados já disponíveis relativos aos agentes físicos, químicos e biológicos, a fim de determinar a necessidade de adoção direta de medidas de prevenção ou de realização de avaliações qualitativas ou, quando aplicáveis, de avaliações quantitativas.

7.5.1 O PCMSO deve ser elaborado considerando os riscos ocupacionais identificados e classificados pelo PGR.

1.5.7.3.2 O Inventário de Riscos Ocupacionais deve contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) caracterização dos processos e ambientes de trabalho;
- b) caracterização das atividades;
- c) descrição de perigos e de possíveis lesões ou agravos à saúde dos trabalhadores, com a identificação das fontes ou circunstâncias, descrição de riscos gerados pelos perigos, com a indicação dos grupos de trabalhadores sujeitos a esses riscos, e descrição de medidas de prevenção implementadas;
- d) dados da análise preliminar ou do monitoramento das exposições a agentes físicos, químicos e biológicos e os resultados da avaliação de ergonomia nos termos da NR-17.
- e) avaliação dos riscos, incluindo a classificação para fins de elaboração do plano de ação; e
- f) critérios adotados para avaliação dos riscos e tomada de decisão.

10. Esta proposta não contempla avaliação qualitativa que inclui riscos de cortes e lesões, problemas de higiene alimentar e riscos ergonômicos.

11. PGR - Elaborar plano de ação com respectivo cronograma de ação elaborado por profissional especializado em Segurança e Saúde do Trabalho, conforme item:

1.5.5.2.1 A organização deve elaborar plano de ação, indicando as medidas de prevenção a serem introduzidas, aprimoradas ou mantidas, conforme o subitem 1.5.4.4.5.

1.5.5.2.2 Para as medidas de prevenção deve ser definido cronograma, formas de acompanhamento e aferição de resultados.

12. PCMSO - Elaborar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional em conformidade com a nova NR 7 da PORTARIA Nº 6.734, DE 9 DE MARÇO DE 2020.

7.1.1 Esta Norma Regulamentadora - NR estabelece diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO nas organizações, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização.

7.2.1 Esta Norma se aplica às organizações e aos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como aos órgãos dos poderes legislativo e judiciário e ao Ministério Público, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

7.3 DIRETRIZES 7.3.1 O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NR.

7.3.2 São diretrizes do PCMSO:

- a) rastrear e detectar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho;
- b) detectar possíveis exposições excessivas a agentes nocivos ocupacionais;
- c) definir a aptidão de cada empregado para exercer suas funções ou tarefas determinadas;
- d) subsidiar a implantação e o monitoramento da eficácia das medidas de prevenção adotadas na organização;
- e) subsidiar análises epidemiológicas e estatísticas sobre os agravos à saúde e sua relação com os riscos ocupacionais;
- f) subsidiar decisões sobre o afastamento de empregados de situações de trabalho que possam comprometer sua saúde;
- g) subsidiar a emissão de notificações de agravos relacionados ao trabalho, de acordo com a regulamentação pertinente;
- h) subsidiar o encaminhamento de empregados à Previdência Social;
- i) acompanhar de forma diferenciada o empregado cujo estado de saúde possa ser especialmente afetado pelos riscos ocupacionais;
- j) subsidiar a Previdência Social nas ações de reabilitação profissional;
- k) subsidiar ações de readaptação profissional;
- l) controlar a imunização ativa dos empregados, relacionada a riscos ocupacionais, sempre que houver recomendação do Ministério da Saúde.

13. LTCAT – Elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho conforme determinado pela INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128, DE 128 DE JANEIRO DE 2015 e demais requisitos legais determinados pelas legislações:

Art. 261. Fica assegurada a concessão da aposentadoria especial ao segurado que até 13 de novembro de 2019, data da publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, tenha cumprido a carência exigida e tenha caracterizado o exercício de atividade em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante o período de 15 (quinze), 20 (vinte) ou 25 (vinte e cinco) anos, conforme o caso, independentemente de idade mínima, podendo haver enquadramento nesta condição:

- I - por categoria profissional até 28 de abril de 1995, véspera da publicação da Lei nº 9.032, de 1995; e
- II - por exposição a agentes químicos, físicos, biológicos ou a associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, em qualquer época.

- LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991
- DECRETO Nº 3.048, DE 6 DE MAIO DE 1999.
- DECRETO Nº 10.410, DE 30 DE JUNHO DE 2020

O Documento do LTCAT será confeccionado parametrizado com os códigos das tabelas do eSocial versão S.1.0

14. Confeção dos documentos e emissão de ART.

15. Entrega do documento em formato digital assinado eletronicamente de acordo com o DECRETO Nº 10.854, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2021:

Art. 184. Fica autorizado o armazenamento, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, de documentos relativos a deveres e obrigações trabalhistas, incluídos aqueles relativos a normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho, compostos por dados ou por imagens, nos termos do disposto no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012 , no Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020 , no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 2019 , e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 .

Lei nº 12.682, art. 2º-A:

Art. 2º-A. Fica autorizado o armazenamento, em meio eletrônico, óptico ou equivalente, de documentos públicos ou privados, compostos por dados ou por imagens, observado o disposto nesta Lei, nas legislações específicas e no regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019) (Regulamento)

Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020,

Este Decreto regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 , e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012 , para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

Lei nº 13.874, art. 3º:

inciso X: arquivar qualquer documento por meio de microfilme ou por meio digital, conforme técnica e requisitos estabelecidos em regulamento, hipótese em que se equipará a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato de direito público;

Lei nº 13.709:

Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

16. LIP - Elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho, visando identificar, avaliar e classificar as atividades insalubres, perigosas, conforme as Normas Regulamentadoras NR-15 (Atividades Insalubres) e NR-16 (Atividades e Operações Perigosas) da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho.

17. Envio dos eventos de SST no eSocial para carga inicial e envio de acordo com as ocorrências durante o período de 1 ano após a contratação dessa proposta.

➤ **Evento S-2210 / CAT** – Comunicação de Acidente do Trabalho deve ser emitido nas seguintes situações:

Acidente de trabalho ou de trajeto: é o acidente ocorrido no exercício da atividade profissional a serviço da empresa ou no deslocamento residência / trabalho / residência, e que provoque lesão corporal ou perturbação funcional que cause a perda ou redução – permanente ou temporária – da capacidade para o trabalho ou, em último caso, a morte; Doença ocupacional: é aquela produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

OBS.: esse evento tem prazo de 1(um) dia útil após o acontecimento para ser enviado.

Em caso de acidente com ÓBITO o prazo para envio é IMEDIATO.

Para geração desse evento é necessário que as informações do acidente sejam enviadas até as 16 horas do dia para envio do evento:

1. as informações deverão ser a nós devolvida via check list que será disponibilizado e orientado quanto ao seu preenchimento ou,
2. fornecimento dos documentos necessários ao preenchimento do evento;
3. É obrigatório a apresentação do atestado/declaração do médico que atendeu o acidentado (esse evento não pode ser gerado sem essa informação).

➤ **Evento S-2220 – Monitoramento da Saúde do trabalhador**

Deve nos ser fornecido cópia do PCMSO em meio eletrônico, quando aplicável.

Os ASO e exames complementares devem ser a nós enviados no mínimo até o último dia do mês da realização para que possamos respeitar as regras do e-Social conforme abaixo:

1. Enviar ASO e exames complementares em arquivo digital ou o check list devidamente preenchido e assinado pelo responsável da empresa.
2. Prazo de envio desse evento deve ser enviado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da realização do correspondente exame.
3. Essa regra não altera o prazo legal para a realização dos exames, que deve seguir o previsto na legislação, sendo que somente o registro da informação no eSocial é permitido até o dia 15 (quinze) do mês subsequente.

As informações para geração desse evento não possuem periodicidade, deve ser respeitado os prazos definidos no PCMSO e enviados sob essa condição.

As informações do médico emitente do ASO/coordenador do PCMSO deverão estar corretas e legíveis.

Obs.: Só serão enviadas informações de ASO e exames complementares realizados após a obrigatoriedade pela empresa ao envio dos eventos de SST de acordo com o cronograma oficial de implantação do eSocial.

➤ **Evento S-2240 – Monitoramento das Condições Ambientais (PPP eletrônico)**

Para geração desse evento é necessário o fornecimento do LTCAT em arquivo eletrônico ou demonstrações ambientais equivalentes que atenda ao disposto na INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS 128/2022

1. Deve ser enviada carga inicial desse evento para todos os trabalhadores com vínculo de trabalho com a empresa.
2. Caso haja mudança no ambiente de trabalho, essas alterações devem ser informadas.
3. A ausência de exposição a riscos também deve ser enviada ao e-social.
4. EPI e EPC mencionados no LTCAT deve estar de acordo com a legislação pois serão informados nesse evento.
5. É necessário informar a data em que o trabalhador iniciou as atividades nas situações descritas caso não conste no LTCAT;
6. Informar o estabelecimento do ambiente de trabalho, se próprio ou de terceiros, onde o trabalhador executa suas atividades, caso não conste no LTCAT.

7. Toda vez que houver alteração no ambiente de trabalho, conforme determina a INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS 128/2022, deverá ser informado através do evento S-2240:

8. § 4º São consideradas alterações no ambiente de trabalho ou em sua organização, entre outras, aquelas decorrentes de:

9. I - mudança de layout;
10. II - substituição de máquinas ou de equipamentos;
11. III - adoção ou alteração de tecnologia de proteção coletiva; e
12. IV - alcance dos níveis de ação estabelecidos na legislação trabalhista, se aplicável

➤ **4ª FASE: envio das informações constantes dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240**

Cronograma de implantação do eSocial				
	1ª Fase Eventos de tabelas	2ª Fase Eventos não periódicos	3ª Fase Eventos periódicos	4ª Fase Eventos de SST
Grupo 1	2018 08 JAN	2018 01 MAR	2018 01 MAI	2021 13 OUT
Grupo 2	2018 16 JUL	2018 10 OUT	2019 10 JAN	2022 10 JAN
Grupo 3 Pessoas Jurídicas	2019 10 JAN	2019 10 ABR	2021 10 MAI	2022 10 JAN
Grupo 3 Pessoas Físicas	2019 10 JAN	2019 10 ABR	2021 19 JUL	2022 10 JAN
Grupo 4	2021 21 JUL	2021 22 NOV	2022 22 AGO	2023 01 JAN

Grupo 1 - Empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões **(obrigadas desde de 13/10/21)**

Grupo 2 - entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões) e que não sejam optantes pelo Simples Nacional. **(obrigadas a partir de 10/01/22)**

Grupo 3 - Pessoas Jurídicas - empregadores optantes pelo Simples Nacional e entidades sem fins lucrativos

Grupo 3 - Empregadores pessoa física (exceto doméstico), produtor rural PF. **(obrigadas a partir de 10/01/22)**

Grupo 4 - órgãos públicos e organizações internacionais. **(obrigadas a partir de 01/01/23)**

Grupo 1 - Empresas com faturamento anual superior a R\$ 78 milhões
Grupo 2 - Entidades empresariais com faturamento no ano de 2016 de até R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões) e que não sejam optantes pelo Simples Nacional
Grupo 3 - Empregadores optantes pelo Simples Nacional, empregadores pessoa física (exceto doméstico), produtor rural PF e entidades sem fins lucrativos
Grupo 4 - Órgãos públicos e organizações internacionais
* A partir das 08h00

eSocial

III – VALIDADE DO PGR

De acordo com a NR1 o PGR é um documento que não possui validade definida, visto que a etapa de avaliação de riscos deve constituir um processo contínuo e ser revista a cada dois anos ou quando da ocorrência das seguintes situações, conforme determina o item 1.5.4.4.6:

- a) após implementação das medidas de prevenção, para avaliação de riscos residuais;
- b) após inovações e modificações nas tecnologias, ambientes, processos, condições, procedimentos e organização do trabalho que impliquem em novos riscos ou modifiquem os riscos existentes;
- c) quando identificadas inadequações, insuficiências ou ineficácias das medidas de prevenção;
- d) na ocorrência de acidentes ou doenças relacionadas ao trabalho;
- e) quando houver mudança nos requisitos legais aplicáveis.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS

QUANTIDADE		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	
100	ELABORAÇÃO PPP	R\$ 45,00	ELABORAÇÃO PPP	R\$ 4.500,00
321	ELABORAÇÃO PGR – NR-01	R\$ 27,50	ELABORAÇÃO PGR – NR-01	R\$ 8.827,50
321	PCMSO CONFORME NR-07	R\$ 20,00	PCMSO CONFORME NR-07	R\$ 6.420,00
321	LTCAT POR AMBIENTE E FUNÇÃO	R\$ 24,50	LTCAT POR AMBIENTE E FUNÇÃO	R\$ 7.864,50
321	LIP CONFORME NR-15/NR-16	R\$ 15,00	LIP CONFORME NR-15/NR-16	R\$ 4.815,00
12	ENVIOS E-SOCIA / MÊS	R\$ 600,00	ENVIOS E-SOCIAL	R\$ 7.200,00
Total				R\$ 39.627,00

OBS: Após entrega validada do PGR definido nesta proposta, em caso de necessidade de atualização do documento do PGR, por quaisquer que sejam as demandas, será cobrado valor à parte.

I – NÃO ESCOPO

- a. Esta proposta não contempla a realização de exames médicos e avaliações quantitativas que não estejam expressamente descritas.



II – EQUIPE TÉCNICA RESPONSÁVEL

- ✓ Engenheiro de Segurança do Trabalho;
- ✓ Técnico de Segurança do Trabalho;
- ✓ Médico do Trabalho;

III – PRAZO PARA ENTREGA

- a. A entrega dos documentos far-se-á 40 dias após a contratação deste serviço.

IV – INVESTIMENTO e CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

***** À COMBINAR*****

IX – RESPONSABILIDADES

A empresa solicitante desta proposta assume a responsabilidade na prestação das informações e documentos por ela a nós fornecidos, bem como acesso as suas dependências para levantamento e identificação de perigos inerente as suas atividades, disponibilização das informações que se fizerem necessárias a elaboração do GRO/PGR, como processos de trabalho, taxas de frequência e gravidade de acidentes, dados administrativos de absenteísmo, etc.

Por fim, declaramos que os serviços serão executados em conformidade com a Lei N 14.133/2021 Normas Regulamentadoras do MTE, portaria 3.214/78 e Legislação Previdenciária Vigente.

Recebido, _____ - _____, _____ de _____ de _____

Assinatura do Responsável pela Empresa
Função:





Município de Novo Horizonte do Oeste



63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Cotação	359	06/04/2026

ID:	316557	Processo	Documento
CRC:	E2A36CE0		
Processo:	1-359/2026		
Usuário:	JUCILENE ALBUQUERQUE DE SOUZA		
Criação:	06/04/2026 20:41:29	Finalização:	06/04/2026 20:46:17

MD5: 25983FFDABEBB7A5672D444DEBDD466D

SHA256: FF22CBA00EB689499A1A73BE308658B702A7847EFAE83E4B62AFF2FFCF91CD63

Símbula/Objeto:

Cotação com empresas, prefeituras, editais, contratos...

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	06/04/2026 20:41:29
----------------------	-------------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho - SST	06/04/2026 20:41:29
--	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br informando o ID 316557 e o CRC E2A36CE0.



ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

Listagem com a média dos valores cotados

Dados da Cotação N°: 79/26

Data: 20/03/2026

Processo: 359/2026

Registro de Preço:

Classificação por:

Centro de Custo:

2 - SEC. MUN. FAZENDA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Objeto:

Registro de Preços para Eventual e Futura Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho SST

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	055.009.121		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (JUNTA MÉDICA) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERICIAIS, SENDO JUNTA MÉDICA COM TRÊS MÉDICOS, COM NO MÍNIMO 1 (UM) PROFISSIONAL MÉDICO COM ESPECIALIZAÇÃO EM MEDICINA DO TRABALHO, VISANDO À AVALIAÇÃO E EMISSÃO DE LAUDOS PERICIAIS DE SERVIDORES MUNICIPAIS, NOS CASOS DE AFASTAMENTOS IGUAIS OU SUPERIORES A 30 (TRINTA) DIAS, BEM COMO PARA ANÁLISE DE READAPTAÇÃO FUNCIONAL OU SUA CONTINUIDADE, QUANDO NECESSÁRIO OU SOLICITADO PELA ADMINISTRAÇÃO.	80,00	SÇ	1.433,33	114.666,40
2	055.009.122		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PPP) EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP), VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO	100,00	SÇ	139,55	13.955,00
3	055.009.125		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PCMSO) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PCMSO (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	10.497,46	10.497,46
4	055.009.126		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PGR) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO PGR (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	11.875,84	11.875,84

Item	Produto	Catálogo	Descrição	Qtde	Und. Med.	Vlr. Unit.	Vlr. Total
5	055.009.127		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LTCAT) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LTCAT (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	9.018,76	9.018,76
6	055.009.128		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (LIP) EM ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DO LIP (321 SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO OESTE-RO)	1,00	SÇ	10.394,92	10.394,92
7	055.009.129		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (E-SOCIAL) EM SISTEMA DE GESTÃO INFORMATIZADO ON-LINE DE SEGURANÇA DO TRABALHO E E-SOCIAL SOFTWARE DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO	12,00	MES	1.331,65	15.979,80

Valor Total: 186.388,18

Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Oeste RO | www.novohorizonte.ro.gov.br
Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro CEP 76956-970



Documento assinado eletronicamente por **VANDERLEI JOSE DA COSTA, SECRETARIO DE FAZENDA**, em 07/04/2026 às 09:53, horário de Novo Horizonte Oeste/RO, com fulcro no art. 18 do [Decreto nº 227 de 18/12/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br, informando o ID **316638** e o código verificador **A48ECDC5**.

Referência: [Processo nº 1-359/2026](#).

Docto ID: 316638 v1



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

DECRETO Nº 271/2025

“Designa o Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, Estado de Rondônia, o Sr. RONALDO DELAZARI, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor MARCOS ANTONIO DA SILVA para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO do Município de Novo Horizonte do Oeste, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão, o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a).

Art. 2º Ficam designados os servidores LUIS CARLOS MORAIS ALFAIA, e SILVIO SOARES DO NASCIMENTO para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o Agente de Contratação e o Pregoeiro(a) no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do Agente de Contratação e do Pregoeiro, dentre outras estabelecidas em regulamento, a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório, o recebimento das propostas, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, a análise dos documentos fiscais, e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos, para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE

§ 2º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação, para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário, sobretudo o Decreto n. 228/2023.

Novo Horizonte do Oeste – RO, 15 de dezembro de 2025.

RONALDO DELAZARI
PREFEITO MUNICIPAL
(assinado digitalmente)





Município de Novo Horizonte do Oeste



63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	271	15/12/2025

ID:	294353	Processo	Documento
CRC:	37D42B39		
Processo:	0-0/0		
Usuário:	SIDNEI FURTADO MENDONÇA		
Criação:	15/12/2025 10:44:05	Finalização:	15/12/2025 10:45:35

MD5: CABF0D0B2C9A066BDDF01566818700D6

SHA256: 15D22FCC9E26B241FB4704877A39D281B0E6914CA1E4C4C6CA685171F868808E

Sumula/Objeto:

DECRETO Nº 271/2025 que designa o Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

INTERESSADOS

RONALDO DELAZARI	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	15/12/2025 10:44:31
------------------	-------------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

DECRETO	15/12/2025 10:45:27
---------	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 RONALDO DELAZARI	PREFEITO MUNICIPAL	15/12/2025 10:56:28
---	--------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

 KAYO DHERALDY DOS REIS	CHEFE DE GABINETE	15/12/2025 13:36:17
---	-------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br informando o ID 294353 e o CRC 37D42B39.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

DECRETO MUNICIPAL N. 44/2023

Regulamenta, no âmbito da Administração Pública do Município de Novo Horizonte do Oeste os **procedimentos licitatórios** a que se refere a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que "Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

DECRETA:

Das Vedações

Art. 1º. É vedada a participação direta ou indireta nas licitações:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando estes forem os elementos técnicos fundamentais de licitação que versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III do *caput* deste artigo será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/09/23

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II do *caput* deste artigo poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto neste artigo não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º No regime de aquisição e prestação de serviços associados não há impedimento que a licitação inclua como encargo do contratado a elaboração do anteprojeto ou do projeto básico, a depender do elemento instrutor técnico, além do executivo;

§ 6º Para fins do disposto neste artigo, considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

§ 7º O disposto no § 6º aplica-se aos agentes de contratação e aos membros da comissão de contratação.

Da Fase Interna

Art. 2º. A licitação, na forma eletrônica ou presencial, será conduzida por intermédio do agente de contratação, do pregoeiro, ou de comissão de contratação.

Dos Atos Preparatórios

Art. 3º. Na fase interna, a Administração elaborará os atos e expedirá os documentos necessários para a caracterização do objeto a ser licitado e definição dos parâmetros do certame, tais como:

I - justificativa da contratação e da adoção da modalidade de licitação;

II - definição:

- a) do objeto da contratação;
- b) do orçamento e preço de referência, remuneração ou prêmio, conforme critério de julgamento adotado;
- c) dos requisitos de conformidade das propostas;
- d) dos requisitos de habilitação;
- e) das cláusulas que deverão constar do contrato, inclusive as referentes a sanções e, quando for o caso, a prazos de fornecimento; e
- f) do procedimento da licitação, com a indicação da forma de execução, do modo de disputa e do critério de julgamento;

III - justificativa técnica, com a devida aprovação da autoridade competente, no caso de adoção da inversão de fases prevista no §1º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

IV – justificativa, quando for o caso, para:

- a) a fixação dos fatores de ponderação na avaliação das propostas técnicas e de preço, quando escolhido o critério de julgamento por técnica e preço;
- b) a indicação de marca ou modelo;
- c) a exigência de amostra;
- d) a exigência de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação; e
- e) a exigência de carta de solidariedade emitida pelo fabricante;
- f) a vantajosidade da divisão do objeto da licitação em lotes ou parcelas para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala;
- g) a vedação da participação de pessoa jurídica em consórcio;
- h) os índices e valores para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

V - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de licitação para registro de preços;

VI - declaração de compatibilidade com o plano plurianual, no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro e o impacto orçamentário a que se refere a inciso II, do art. 16 da lei de responsabilidade fiscal;

VII – projeto que contenha conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços e obras a serem contratados ou os bens a serem fornecidos;

VIII - instrumento convocatório e respectivos anexos;

IX - minuta do termo do contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

X - ato de designação do agente de contratação e da equipe de apoio;

XI - planilha estimativa;

XII - informação jurídica; e

XIII - autorização de abertura da licitação.

Parágrafo único. Projeto, para fins deste Regulamento, é o documento de planejamento para licitação e contratação que pode ser expresso por meio de um dos seguintes instrumentos: termo de referência, anteprojeto, projeto básico e/ou projeto executivo

Art. 4º. O projeto de que trata o Parágrafo único do art. 3.º deste Regulamento poderá prever requisitos de sustentabilidade ambiental, além dos previstos na legislação aplicável.

Da Condução do Procedimento

Art. 5º. As licitações serão processadas e julgadas por agente de contratação, pregoeiro, ou comissão de contratação.

§ 1º É facultado ao agente de contratação e/ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

§ 2º É facultado ao agente de contratação, pregoeiro e/ou comissão de contratação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

§ 3º Quando verificada a presença de vício insanável poderá ocorrer o afastamento de licitante.

Do Instrumento Convocatório

Art. 6º. O instrumento convocatório definirá:

- I - o objeto da licitação;
- II - a forma de execução da licitação, eletrônica ou presencial;
- III - o modo de disputa, aberto, fechado ou com combinação, os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances;
- IV - os requisitos de conformidade das propostas;
- V - o prazo de apresentação de proposta pelos licitantes, que não poderá ser inferior ao previsto no art. 55 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- VI - os critérios de julgamento e os critérios de desempate;
- VII - os requisitos de habilitação;
- VIII - a exigência, quando for o caso:
 - a) de marca ou modelo;
 - b) de amostra;
 - c) de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação; e
 - d) de carta de solidariedade emitida pelo fabricante;
- IX - o prazo de validade da proposta;
- X - os prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos;
- XI - os prazos e condições para a entrega do objeto;
- XII - as formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste, quando for o caso;
- XIII - a exigência de garantias e seguros, quando for o caso;
- XIV - os critérios objetivos de avaliação do desempenho do contratado, bem como os requisitos da remuneração variável, quando for o caso;
- XV - as sanções; e
- XVI - outras indicações específicas da licitação.

§ 1º Integram o instrumento convocatório, como anexos:

- I - o projeto, nos termos Parágrafo único do art. 3º deste Regulamento;
- II - a minuta do contrato, quando houver;
- III - o instrumento de medição de resultado, quando for o caso; e





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

IV - as especificações complementares e as normas de execução.

§ 2º No caso de obras ou serviços de engenharia, o instrumento convocatório conterá ainda:

I - o cronograma de execução, com as etapas necessárias à medição, ao monitoramento e ao controle das obras, salvo se o prazo de execução for de até 30 (trinta) dias;

II - a exigência de que o contratado conceda livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade contratante e dos órgãos de controle interno e externo.

§ 3º. No caso de leilão de bens, o instrumento convocatório conterá ainda:

I - o objeto da licitação, venda ou permuta de imóveis, com a identificação e descrição de cada imóvel, especificando as suas localizações, características, limites, confrontações ou amarrações geográficas, medidas, ad corpus ou ad mensuram, inclusive de área;

II - informações a respeito dos ônus que recaiam sobre cada imóvel e, se for o caso, a circunstância de se encontrar na posse de terceiros, inclusive mediante locação;

III - a obrigatoriedade de cada adquirente de se responsabilizar, integralmente, pela reivindicação de posse do imóvel por ele adquirido, e nada alegar perante o Município em decorrência de eventual demora na desocupação;

IV - o valor de cada imóvel, apurado em laudo de avaliação;

V - as condições de pagamento e entrega do bem;

VI - as hipóteses de preferência e seu exercício;

VII - os encargos legais e fiscais de responsabilidade do arrematante e, no caso de aforamento, o foro;

VIII - a comissão do leiloeiro a ser paga pelo arrematante, se for o caso; e,

IX - os horários, os dias e as demais condições necessárias para visitação dos imóveis.

Art. 7º. No caso em que o orçamento estimado da contratação tenha caráter sigiloso, ele será tornado público apenas e imediatamente após a classificação final e fase de negociação, sem prejuízo da divulgação no instrumento convocatório do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§ 1º. Para fins deste Regulamento, negociação é o procedimento em que a Administração Pública, por intermédio de agentes públicos, negocia com licitantes, contratados e/ou beneficiários de ata de registro de preços, as condições da proposta e/ou do contrato com um ou mais dentre eles;

§ 2º O orçamento previamente estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§ 2º O instrumento convocatório deverá conter:

I - o orçamento previamente estimado, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto;



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

II - o valor da remuneração ou do prêmio, quando adotado o critério de julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico e, preferencialmente, quando adotada a modalidade diálogo competitivo; e

III - o preço mínimo de arrematação, quando adotado o critério de julgamento por maior lance;

Art. 8º. A possibilidade de subcontratação de parte objeto deverá estar prevista no instrumento convocatório.

§ 1º A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado perante a Administração Pública quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado.

§ 2º Quando permitida a subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado.

§ 3º A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§ 4º Quando a qualificação técnica da empresa for fator preponderante para sua contratação, e a subcontratação for admitida, é imprescindível que se exija o cumprimento dos mesmos requisitos por parte do subcontratado.

§ 5º Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Da Publicação

Art. 9º. A publicidade do instrumento convocatório, sem prejuízo da faculdade de divulgação direta aos fornecedores, cadastrados ou não, será realizada mediante:

I - divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do artigo 54 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

II - publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, ou, no caso de consórcio público, do outro ente consorciado, bem como em jornal diário de grande circulação, nos termos do § 1º artigo 54 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021; e

III - divulgação do instrumento convocatório no sítio eletrônico oficial do Município.

§ 1º O extrato do instrumento convocatório conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser consultada ou obtida a íntegra do instrumento convocatório, bem como o endereço onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que a licitação, na forma eletrônica, será realizada por meio da internet.

§ 2º Eventuais modificações no instrumento convocatório serão divulgadas nos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

§ 3º A publicação em jornal diário de grande circulação, o extrato da licitação deverá conter o objeto da licitação e os links para o acesso ao edital no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do Município.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

Art. 10. Caberá pedido de esclarecimento e impugnação ao instrumento convocatório nas hipóteses e prazos especificados no art. 164 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Da Fase Externa

Disposições Gerais

Art. 11. As licitações deverão ser realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica.

§ 1º A licitação na forma eletrônica será realizada quando a disputa ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do sistema de compras adotado Município e de acordo com as regras contidas neste Decreto e no instrumento convocatório.

§ 2º O sistema de que trata o § 1º deste artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança nas etapas do certame.

§ 3º Nos procedimentos realizados sob a forma eletrônica, a Administração Pública poderá determinar, como condição de validade e eficácia, que os licitantes pratiquem seus atos em formato eletrônico.

Art. 12. Será admitida, excepcionalmente, a realização de licitações sob a forma presencial, desde que fique justificada e comprovada a inviabilidade técnica ou a desvantagem para a Administração na realização do certame pela via eletrônica, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.

§ 1º O órgão ou entidade licitante apresentará a justificativa pormenorizada para a realização da licitação com a utilização da forma presencial.

§ 2º A justificativa para a realização da licitação com a utilização da forma presencial deverá ser aprovada pela autoridade superior.

Art. 13. Após a publicação do instrumento convocatório inicia-se a fase de apresentação de propostas ou lances.

§ 1º A fase de habilitação poderá, excepcionalmente, desde que justificado e previsto no instrumento convocatório, anteceder à fase de apresentação de propostas ou lances.

§ 2º A justificativa deverá ser feita pelo agente de contratação ou presidente de comissão de contratação e aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Do Credenciamento para Acesso ao Sistema Eletrônico

Art. 14. A autoridade máxima do órgão ou entidade promotora da licitação, o agente de contratação, inclusive o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os membros das comissões e os licitantes que participarem de licitação, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º A licitação por meio eletrônico será realizada por meio da internet, através do sistema de compras eletrônicas indicados no respectivo instrumento convocatório.

§ 2º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§ 3º Caberá à autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do agente de contratação ou o do pregoeiro, dos membros de equipes de apoio, e do presidente de comissão de contratação.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta Prefeitura
municipal em 06/03/23

§ 4º O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de licitações eletrônicas implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.

§ 5º Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

Do Licitante

Art. 15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, na forma eletrônica:

- I - credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame;
- II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema ou correio eletrônico, os documentos de habilitação e a proposta quando classificado em primeiro lugar, e os documentos complementares;
- III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema, do órgão ou da entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- VI - utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do certame na forma eletrônica; e
- VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Art. 16. Os interessados em participar de licitações devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas indicados pelo Município e indicado no instrumento convocatório.

Da Apresentação das Propostas ou Lances

Disposições Gerais

Art. 17. As licitações poderão adotar os modos de disputa aberto, fechado ou combinado.

Art. 18. Os licitantes deverão apresentar na abertura da sessão pública declaração de que atendem aos requisitos de habilitação.

§ 1º Os licitantes que se enquadrem como microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual deverão apresentar a comprovação da declaração de seu enquadramento.

§ 2º Nas licitações sob a forma eletrônica, constará do sistema a opção para apresentação pelos licitantes das declarações de que trata este artigo.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

§ 3º Os licitantes deverão ser previamente credenciados para oferta de lances nos termos do art. 66 deste Regulamento.

Art. 19. O agente de contratação verificará a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório quanto ao objeto e ao preço.

Parágrafo único. Serão imediatamente desclassificados, mediante decisão motivada, os licitantes cujas propostas não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Do Modo de Disputa Aberto

Art. 20. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas em sessão pública por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, conforme o critério de julgamento adotado.

§ 1º. O instrumento convocatório poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

Art. 21. Caso a licitação de modo de disputa aberto seja realizada sob a forma presencial, serão adotados, adicionalmente, os seguintes procedimentos:

- I - as propostas iniciais serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade;
- II - o agente de contratação, o pregoeiro, ou a comissão de licitação, convidará individual e sucessivamente os licitantes, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta menos vantajosa, seguido dos demais; e
- III - a desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas, exceto no caso de ser o detentor da melhor proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances sempre que esta for coberta, observado o disposto no § 1º do art. 20 deste Regulamento.

Art. 22. O instrumento convocatório poderá estabelecer a possibilidade de apresentação de lances intermediários pelos licitantes durante a disputa aberta.

Parágrafo único. São considerados intermediários os lances:

- I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, mas superiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotado o julgamento pelo critério do maior lance; ou
- II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, mas inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante, quando adotados os demais critérios de julgamento.

Art. 23. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a comissão de licitação poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações, conforme o disposto no § 4.º do art. 56 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

§ 1º Após o reinício previsto no *caput*, os licitantes serão convocados a apresentar lances.

§ 2º Os licitantes poderão apresentar lances nos termos do parágrafo único do art. 22 deste Regulamento.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

§ 3º Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

Do Modo de Disputa Fechado

Art. 24. No modo de disputa fechado, as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e hora designadas para sua divulgação.

§ 1º. A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

§ 2º No caso de licitação presencial, as propostas deverão ser apresentadas em envelopes lacrados, abertos em sessão pública e ordenadas conforme critério de vantajosidade.

Da Combinação dos Modos de Disputa

Art. 25. O instrumento convocatório poderá estabelecer que a disputa seja realizada em duas etapas, sendo a primeira eliminatória.

Art. 26. Os modos de disputa poderão ser combinados da seguinte forma:

I - caso o procedimento se inicie pelo modo de disputa fechado, serão classificados para a etapa subsequente os licitantes que apresentarem as três melhores propostas, iniciando-se então a disputa aberta com a apresentação de lances sucessivos, nos termos dos arts. 20 e 21 deste Regulamento; e

II - caso o procedimento se inicie pelo modo de disputa aberto, os licitantes que apresentarem as três melhores propostas oferecerão propostas finais, fechadas.

Dos Critérios De Julgamento Das Propostas

Disposições Gerais

Art. 27. Poderão ser utilizados como critérios de julgamento:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

§ 1º O julgamento das propostas observará os parâmetros definidos no instrumento convocatório, sendo vedado computar vantagens não previstas, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

§ 2º O julgamento das propostas deverá observar a margem de preferência prevista no art. 26 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Menor Preço ou Maior Desconto

Art. 28. O critério de julgamento pelo menor preço ou maior desconto considerará o menor dispêndio para a Administração Pública, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no instrumento convocatório.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

§ 1º Os custos indiretos, relacionados às despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental, entre outros fatores, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme parâmetros definidos no instrumento convocatório.

§ 2º Parâmetros adicionais de mensuração de custos indiretos poderão ser estabelecidos em ato do titular da Pasta responsável pelo procedimento licitatório.

Art. 29. O critério de julgamento por maior desconto utilizará como referência o preço total estimado, fixado pelo instrumento convocatório, e o desconto será estendido aos eventuais termos aditivos.

§ 1º No caso de obras ou serviços de engenharia, o percentual de desconto apresentado pelos licitantes preferencialmente incidirá linearmente sobre os preços de todos os itens do orçamento estimado constante do instrumento convocatório.

§ 2º O critério de julgamento pelo maior desconto poderá incidir sobre tabelas de preços oficiais, públicas ou privadas.

§ 3º Para a adoção do critério de maior desconto poderá ser utilizada licitação com lances negativos de forma que a contratada possa oferecer pagamento à Administração para a execução do contrato.

Melhor Técnica ou Conteúdo Artístico

Art. 30. O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico poderá ser utilizado para a contratação de projetos e trabalhos de natureza técnica, científica ou artística, incluídos os projetos arquitetônicos.

Parágrafo único. Quando adotada a modalidade concurso o vencedor da licitação realizada por este critério poderá ser contratado para o desenvolvimento dos projetos arquitetônico e complementares de engenharia, nos termos do respectivo edital.

Art. 31. O critério de julgamento pela melhor técnica ou pelo melhor conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes, segundo parâmetros objetivos inseridos no instrumento convocatório.

§ 1º O instrumento convocatório definirá o prêmio ou a remuneração que será atribuída ao vencedor.

§ 2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a valoração das propostas nas licitações para contratação de projetos.

§ 3º O instrumento convocatório poderá estabelecer requisitos mínimos para classificação das propostas, cujo não atingimento implicará em desclassificação do proponente.

Art. 32. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo melhor conteúdo artístico a comissão de licitação poderá ser auxiliada por comissão de contratação composta por, no mínimo, 3 (três) pessoas, agentes públicos ou não, de reputação ilibada e notório conhecimento da matéria.

§ 1º Os membros da comissão de contratação a que se refere o *caput* deste artigo responderão por todos os atos praticados, salvo se posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

§ 2º. No caso da modalidade concurso e nas demais licitações que utilizam o critério de melhor técnica ou conteúdo artístico, o julgamento será efetuado por uma comissão especial, integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, agentes públicos ou não.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO
Técnica e Preço

Art. 33. O critério de julgamento pela melhor combinação de técnica e preço será utilizado quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de:

I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;

II - serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;

III - bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;

IV - obras e serviços especiais de engenharia;

V - objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.

Parágrafo único. Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, previstos nas alíneas "a", "d" e "h" do inciso XVIII do caput do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), o julgamento será por melhor técnica; ou técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica.

Art. 34. No julgamento pelo critério de técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e de preço, apresentadas pelos licitantes, segundo fatores de ponderações objetivas previstos no instrumento convocatório.

§ 1º O fator de ponderação relativo à proposta técnica será limitado a 70% (setenta por cento).

§ 2º Poderão ser utilizados parâmetros de sustentabilidade ambiental para a pontuação das propostas técnicas.

§ 3º O instrumento convocatório estabelecerá pontuação mínima para as propostas técnicas, cujo não atingimento implicará desclassificação.

Maior Lance

Art. 35. O critério de julgamento pelo maior lance será utilizado no caso da modalidade leilão, nos termos do previsto em Regulamento próprio.

Maior Retorno Econômico

Art. 36. No critério de julgamento pelo maior retorno econômico as propostas serão consideradas de forma a selecionar a que proporcionar a maior economia para a Administração Pública decorrente da execução do contrato.

§ 1º O critério de julgamento pelo maior retorno econômico será utilizado exclusivamente para a celebração de contrato de eficiência.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

§ 2º O contrato de eficiência terá por objeto a prestação de serviços, que poderá incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao órgão ou entidade contratante, na forma de redução de despesas correntes.

§ 3º O instrumento convocatório deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo da remuneração devida ao contratado.

§ 4º Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico é o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

Art. 37. Nas licitações que adotem o critério de julgamento pelo maior retorno econômico, os licitantes apresentarão:

I - proposta de trabalho, que deverá contemplar:

- a) as obras, serviços ou bens, com respectivos prazos de realização ou fornecimento; e
- b) a economia que se estima gerar, expressa em unidade de medida associada à obra, bem ou serviço e expressa em unidade monetária; e

II - proposta de preço, que corresponderá a um percentual sobre a economia que se estima gerar durante determinado período, expressa em unidade monetária.

§ 1º O edital de licitação deverá prever parâmetros objetivos de mensuração da economia gerada com a execução do contrato, que servirá de base de cálculo para a remuneração devida ao contratado.

§ 2º Para efeito de julgamento da proposta, o retorno econômico será o resultado da economia que se estima gerar com a execução da proposta de trabalho, deduzida a proposta de preço.

§ 3º Nos casos em que não for gerada a economia prevista no contrato de eficiência:

I - A diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida será descontada da remuneração do contratado;

II - se a diferença entre a economia contratada e a efetivamente obtida for superior ao limite máximo estabelecido no contrato, o contratado sujeitar-se-á, ainda, às sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

Preferência e Desempate

Art. 38. No caso de empate será aplicado o disposto nos arts.59 a 64 deste Regulamento.

Art. 39. Nas licitações em que após o exercício de preferência de que trata o art. 38 deste Regulamento esteja configurado empate em primeiro lugar, será realizada disputa final entre os licitantes empatados, que poderão apresentar nova proposta fechada, conforme estabelecido no instrumento convocatório.

§ 1º Mantido o empate, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual preferencialmente deverão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que haja sistema de avaliação instituído;



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

II - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

III - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 2º Caso a regra prevista no § 1º não solucione o empate, será dada preferência:

I - empresas estabelecidas no território do Município;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 3º Caso a regra prevista no § 2º deste artigo não solucione o empate, será realizado sorteio.

Análise e Classificação de Proposta

Art. 40. Na verificação da conformidade da melhor proposta apresentada com os requisitos do instrumento convocatório, será desclassificada aquela que:

I - contenha vícios insanáveis;

II - não obedeça às especificações técnicas previstas no instrumento convocatório;

III - apresente preço manifestamente inexequível ou permaneça acima do orçamento estimado para a contratação, inclusive nas hipóteses previstas no *caput* do art. 59 deste Regulamento;

IV - não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública; ou

V - apresente desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento convocatório, desde que insanável.

§ 1º O agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir do licitante que ela seja demonstrada.

§ 2º Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando

I - necessário para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

II - destinado à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

Art. 41. Após o encerramento da fase de apresentação de propostas, o agente de contratação, o pregoeiro, ou a comissão de licitação, classificará as propostas por ordem decrescente de vantagem.

§ 1º Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, a comissão de licitação poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas à Administração Pública.

§ 2º A negociação de que trata o § 1º deste artigo poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

§ 3º Encerrada a etapa competitiva do processo, poderão ser divulgados os custos dos itens ou das etapas do orçamento estimado que estiverem abaixo dos custos ou das etapas ofertados pelo licitante da melhor proposta, para fins de reelaboração da planilha com os valores adequados ao lance vencedor, na forma prevista no art. 473 deste Regulamento.

Art. 42. Encerrado o julgamento, será disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das propostas.

Da Habilitação

Art. 43. Nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública municipal, direta, autárquica e fundacional será aplicado, no que couber, o disposto nos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Art. 44. Para habilitação dos licitantes, será exigida, de acordo com o Capítulo VI do Título II da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no máximo, a documentação relativa:

- I – à habilitação jurídica;
- II – à qualificação técnica;
- III – à regularidade fiscal, social e trabalhista;
- IV – à qualificação econômico-financeira.

Parágrafo único. As exigências previstas nos incisos I e II do *caput* do art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas no edital, a critério da Administração, salvo na contratação de obras e serviços de engenharia.

Art. 45. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante classificado em primeiro lugar.

§ 1º Poderá haver substituição parcial ou total dos documentos por certificado de registro cadastral e certificado de pré-qualificação, nos termos do instrumento convocatório.

§ 2º Em caso de inabilitação, serão requeridos e avaliados os documentos de habilitação dos licitantes subsequentes, por ordem de classificação.

Art. 46. O instrumento convocatório definirá o prazo para a apresentação dos documentos de habilitação.

Art. 47. Quando utilizado o critério de julgamento pelo maior lance, nas licitações destinadas à alienação, a qualquer título, dos bens e direitos da Administração Pública, os requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira poderão ser dispensados, se substituídos pela comprovação do recolhimento de quantia como garantia, limitada a cinco por cento do valor mínimo de arrematação.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não dispensa os licitantes da apresentação dos demais documentos exigidos para a habilitação.

Art. 48. Em qualquer caso, os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, apenas em relação ao licitante mais bem classificado.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

Art. 49. Caso ocorra a inversão de fases prevista no § 1.º do art. 17 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021:

- I - os licitantes apresentarão simultaneamente os documentos de habilitação e as propostas;
- II - serão verificados os documentos de habilitação de todos os licitantes; e
- III - serão julgadas apenas as propostas dos licitantes habilitados.

Da Participação em Consórcio

Art. 50. Quando permitida a participação na licitação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, serão observadas as seguintes condições:

- I - comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II - indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório;
- III - apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;
- IV - comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:

a) apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração Pública estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa; e

b) demonstração, por todos os consorciados, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório;

V - impedimento de participação de consorciado, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente.

§ 1º O instrumento convocatório deverá exigir que conste cláusula de responsabilidade solidária:

- I - no compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes; e
- II - no contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.

§ 2º O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do *caput*, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.

§ 3º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante.

§ 4º O instrumento convocatório poderá, no interesse da Administração Pública, fixar a quantidade máxima de pessoas jurídicas organizadas por consórcio.

§ 5º O acréscimo previsto na alínea "a" do inciso IV do *caput* deste artigo não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 51. O faturamento, poderá ser feito direta e isoladamente para a contratante, por uma ou mais das consorciadas, decorrente da execução de partes distintas do objeto





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

do contrato de consórcio, obrigando a consorciada à remessa mensal, para a empresa líder ou para a consorciada eleita para tais fins, dos respectivos documentos comprobatórios das receitas auferidas, bem como dos custos e despesas incorridos.

§ 1º O faturamento correspondente às operações do consórcio será efetuado pelas pessoas jurídicas consorciadas, mediante a emissão de nota fiscal ou de fatura própria, proporcionalmente à participação de cada uma no empreendimento.

§ 2º Caso uma ou mais das consorciadas execute partes distintas do objeto do contrato de consórcio, bem como realizar faturamento direto e isoladamente para a contratante, a consorciada remeterá à empresa líder ou à consorciada eleita, mensalmente, cópia dos documentos comprobatórios de suas receitas, custos e despesas incorridos.

§ 3º Nas hipóteses autorizadas pela legislação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), a Nota Fiscal ou a Fatura poderá ser emitida pelo consórcio no valor total, caso em que cópia da Nota Fiscal ou da Fatura será remetida à empresa líder ou à consorciada eleita, indicando na mesma a parcela de receitas correspondente a cada uma das empresas consorciadas para efeito de operacionalização contábil.

Da Participação em Cooperativa

Art. 52. Quando permitida a participação na licitação de profissionais organizados sob a forma de cooperativa, serão observadas as condições dispostas no art. 16 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

Das Impugnações, dos Pedidos de Esclarecimento e dos Recursos

Art. 53. As impugnações, os pedidos de esclarecimento e os recursos se darão na forma dos artigos 164 ao 168 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.

Do Encerramento

Art. 54. Finalizada a fase recursal, a Administração Pública poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

Art. 55. Exaurida a negociação prevista no art. 61 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade máxima, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
- II - anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
- III - revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
- IV - adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o licitante vencedor para a assinatura do contrato, preferencialmente em ato único.

§ 1º No caso de anulação e revogação de licitações serão seguidas as disposições contidas no art. 71 da Lei n.º 14.133, de 2021.





ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

§ 2º Caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da licitação, observado o disposto nos arts. 165 a 168 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, no que couber.

§ 3.º As decisões a que se referem os incisos II, III e IV, do caput deste artigo deverão ser publicadas no Diário Oficial do Município e disponibilizadas no sítio eletrônico oficial do contratante.

Art. 56. Antes de enviar o procedimento para a autoridade máxima o agente de contratação, o pregoeiro, e/ou a comissão de contratação deverá se certificar de que o procedimento está devidamente instruído e anexar:

I - documentação exigida e apresentada para a habilitação;

II- proposta de preços do licitante;

III- os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;

IV - ata da sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:

a) os licitantes participantes;

b) as propostas apresentadas;

c) os lances ofertados, na ordem de classificação;

d) a suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;

e) a aceitabilidade da proposta de preço;

f) a habilitação;

g) os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e

h) o resultado da licitação;

V - a decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;

VI - comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital; e

c) dos demais atos cuja publicidade seja exigida;

§ 1º A instrução do processo licitatório será realizada preferencialmente por meio eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

Art. 57. Convocado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, o interessado deverá observar os prazos e condições estabelecidos em edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

Art. 58. É facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o termo de contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos:

I - revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das cominações previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e neste Regulamento; ou



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

II - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

Parágrafo único. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do inciso II do *caput*, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

Da Participação das Micro e Pequenas Empresas

Art. 59. Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e na Lei Complementar nº 163, de 2013.

§ 1º As disposições a que se refere o *caput* deste artigo não são aplicadas:

I – no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II – no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o *caput* deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 60. Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento diferenciado, favorecido e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual, na forma do estabelecido na Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, objetivando especialmente:

I - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

II - ampliação da eficiência das políticas públicas; e

III - o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 61. Para a ampliação da participação dos beneficiários do tratamento diferenciado nas licitações, o Município poderá:

I - estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas;

II - padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados, de modo a orientar os favorecidos para que adequem os seus processos produtivos;

III - na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam, injustificadamente, a participação dos beneficiários do tratamento diferenciado sediados local ou regionalmente;

IV - parcelar o objeto da licitação de modo a ampliar a possibilidade de participação dos beneficiários do tratamento diferenciado, considerando na definição dos itens e



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

lotes a necessidade do desenvolvimento local e regional, em função dos locais em que os bens, serviços e obras deverão ser entregues ou executados;

V - manter dados no Portal de Compras Governamentais, referente a participação nas licitações e cadastramento, assim como prazos, regras e condições usuais de pagamento.

Art. 62. O balanço patrimonial somente será exigido dos beneficiários do tratamento diferenciado quando indispensável para a prova de habilitação econômico-financeira consoante disposto no instrumento convocatório.

Art. 63. A comprovação de regularidade fiscal dos beneficiários do tratamento diferenciado somente será exigida para efeito de habilitação e contratação e não como condição para participação na licitação.

§ 1º Na fase de habilitação, os beneficiários do tratamento diferenciado deverão apresentar a documentação exigida no instrumento convocatório e, havendo alguma irregularidade ou restrição quanto aos documentos para prova de regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

§ 2º A declaração do vencedor de que trata o § 1º deste artigo acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, no caso do pregão e da concorrência, e no caso das demais modalidades de licitação, no momento posterior ao julgamento das propostas.

§ 3º A prorrogação do prazo previsto no § 1º deste artigo deverá sempre ser concedida pela administração quando requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

§ 4º A não-regularização da documentação no prazo previsto no § 1º deste artigo implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

Art. 64. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual, na forma do estabelecido na Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 e Lei Complementar n.º 163, de 2013.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas por beneficiário do tratamento diferenciado sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço, quando este não tiver sido apresentado por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço.

§ 3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por beneficiário do tratamento diferenciado.

§ 4º A preferência de que trata este artigo será concedida da seguinte forma:

I - ocorrendo o empate, o beneficiário do tratamento diferenciado e favorecido melhor classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 08/08/23

II - na hipótese da não contratação de beneficiário de tratamento diferenciado e favorecido com base no inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1.º e 2.º do art. 44 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 5º Após o encerramento dos lances, o beneficiário do tratamento diferenciado e favorecido melhor classificado será convocado para apresentar nova proposta de preço no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

§ 6º Nas licitações do tipo técnica e preço o direito de preferência será exercido pela forma prevista no instrumento convocatório.

Da Licitação Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Art. 65. O Município deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação no valor estabelecido em legislação federal.

Da Subcontratação Compulsória de Beneficiários do Tratamento Diferenciado

Art. 66. Nas licitações para contratação de serviços e obras, os órgãos e entidades contratantes poderão estabelecer, nos instrumentos convocatórios, a exigência de subcontratação de beneficiários do tratamento diferenciado, sob pena de extinção contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - os percentuais mínimo e máximo a serem subcontratados, vedada a subcontratação total do objeto;

II - que a empresa contratada se compromete a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou demonstrar a inviabilidade da substituição, em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

III - que a empresa contratada se responsabilize pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação;

IV - os beneficiários do tratamento diferenciado a serem subcontratados deverão ser sediados no Município ou Região no qual será executado o objeto, salvo quando esta determinação puder comprometer a qualidade da execução contratual.

§ 1º Deverá constar ainda do instrumento convocatório que a exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:

I - microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual;

II - consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021; e

III - consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta prefeitura
municipal em 06/03/23

§ 2º Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

§ 3º O edital deverá estabelecer prazo para o contratado apresentar o plano de subcontratação e a documentação probatória da habilitação jurídica e regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como, quando for o caso, de habilitação técnica e econômico-financeira das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual subcontratados, que deverão ser mantidas na vigência contratual, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

§ 4º Não deverá ser exigida a subcontratação quando esta for inviável, não for vantajosa para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, devidamente justificada.

§ 5º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§ 6º São vedadas:

I - a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas à prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;

II - a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação.

Da Aquisição de Bens de Natureza Divisível

Art. 67. Nas licitações destinadas à aquisição de bens de natureza divisível, os órgãos e entidades contratantes deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de beneficiários do tratamento diferenciado.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a adjudicação e contratação da totalidade do objeto licitado com beneficiário do tratamento diferenciado.

§ 2º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação da cota reservada deverá ocorrer pelo preço da cota principal, caso este tenha sido menor do que o obtido na cota reservada.

§ 3º O dimensionamento da cota reservada deverá considerar a natureza do objeto e a capacidade técnica e econômico-financeira das microempresas, empresas de pequeno porte, microempreendedor individual, bem como a necessidade do órgão ou entidade contratante, de acordo com o Plano de Contratações Anual do Município.

§ 4º Nas licitações pelo Sistema de Registro de Preço, ou para fornecimento parcelado, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou condições do pedido, justificadamente.

§ 5º Não se aplica o disposto neste artigo nos casos de licitação exclusiva para participação de beneficiários do tratamento diferenciado de que trata o art. 59 deste Regulamento.

§ 6º Na compra de bens de natureza divisível e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, é permitida a cotação de quantidade inferior à demandada na licitação com vistas à ampliação da competitividade, podendo o edital fixar quantitativo mínimo para preservar a economia de escala.

Disposições Gerais sobre o Tratamento Diferenciado às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

Art. 68. Não se aplica o disposto nos arts. 65 a 67 deste Regulamento quando:



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

I - não houver um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado não for vantajoso para a administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a licitação for inexigível ou dispensável, nos termos dos arts. 74 e 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 75 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual;

§ 1º Para o disposto no inciso II deste artigo, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência;

II - causar grandes transtornos operacionais para o órgão ou entidade contratante, justificadamente; e

III - a natureza do bem, serviço ou obra, ou as práticas e regras usuais de mercado forem incompatíveis com a aplicação dos benefícios.

§ 2º Para a comprovação do disposto no inciso I do caput deste artigo, poderão ser adotadas as seguintes justificativas:

I - verificação da inexistência de um mínimo 3 (três) beneficiários do tratamento diferenciado sediados no local ou região, por meio de declaração prévia obrigatória dos licitantes na licitação;

II - ausência de participação efetiva de um mínimo de 3 (três) beneficiários do tratamento diferenciado sediados local ou regionalmente em licitação com o mesmo objeto e na mesma região;

III - consulta à associação de comércio, indústria e serviços do local ou região em que será executado o objeto da licitação, ou a cadastro informatizado de fornecedores que identifique os fornecedores locais e regionais;

IV - estudos de mercado ou pareceres técnicos.

Art. 69. Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para os favorecidos deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.

Art. 70. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3.º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, no ano fiscal anterior, ou por outra razão perder a condição de beneficiário do tratamento diferenciado, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais sanções caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Regulamento.

Parágrafo único. Para comprovar a condição de microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, o licitante que usufruir do referido benefício deverá apresentar, na fase de habilitação, a Certidão Simplificada da Junta Comercial atualizada ou documento equivalente, além de Declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PODER EXECUTIVO

Secretaria de Gabinete
Certificamos que o presente documento
foi publicado no mural desta Prefeitura
municipal em 06/03/23

Resolução nº 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir.

Art. 71. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Novo Horizonte do Oeste, 06 de Março de 2023.

Prefeito Municipal
Cleiton Adriane Cheregatto







Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Decreto	Pregoeiro	10/04/2026
ID: 317626		Processo
CRC: 85E4DC50		Documento
Processo: 1-359/2026		
Usuário: MARCOS ANTONIO DA SILVA		
Criação: 10/04/2026 11:33:42	Finalização: 10/04/2026 11:34:34	
MD5: 906624F6F47921B38E5C35A423CDF85E		
SHA256: 2D40C0BD2A68ADAF207C3CFB5A59FEA367FCC3FD4205716B5C1A9988EADFCB5A		
Símbulo/Objeto:		
Decreto		

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	10/04/2026 11:33:42
----------------------	-------------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho - SST	10/04/2026 11:33:42
--	---------------------

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br informando o ID 317626 e o CRC 85E4DC50.



**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

PARECER

Processo Administrativo nº 359/2026.

Objeto: Formação de Sistema de Registro de Preços visando a futura, Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços em Saúde e Segurança do Trabalho (SST).

I- RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo que tem como objeto a Formação de Sistema de Registro de Preços visando a futura, Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços em Saúde e Segurança do Trabalho (SST), visando atender às demandas da prefeitura municipal de Novo Horizonte do Oeste/RO, conforme projeto, planilha, justificativa e especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos.

Os seguintes documentos são relevantes para a análise jurídica:

- I) Documento de formalização da demanda;
- II) Estudo técnico preliminares;
- III) Planilha orçamentária;
- IV) Termo de referência e Justificativa;
- V) Análise de Riscos
- VI) Reserva Orçamentária;
- VII) Minuta do Edital e anexos.

Os autos vieram à Procuradoria para análise e parecer quanto à legalidade do procedimento adotado assim como à minuta do edital e minuta do contrato.

Oportuno esclarecer que o exame deste órgão de assessoramento jurídico é feito nos termos do Art.8º, §3º da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), abstraindo-se os aspectos de conveniência e oportunidade da contratação em si. Nada obstante, recomenda-se que a área responsável atente sempre para o princípio da impessoalidade e legalidade, que deve nortear as compras e contratações





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

realizadas pela Administração Pública.

É a síntese do necessário.

II- APRECIÇÃO JURÍDICA

Finalidade e abrangência do parecer jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos – NLLC):

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

- I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;
- II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica.

Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

Enunciado BPC nº7.

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

III - DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Pois bem. O artigo 18 e incisos da Lei nº 14.133/2021 elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento para contratação, senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- V - a elaboração do edital de licitação;
- VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;
- X- a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- XI- a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

Analizando os documentos que compõe a instrução do processo de





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

contratação, **constata-se a presença dos elementos essenciais da fase preparatória nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.**

Desta forma, é possível aferir claramente que os autos do processo encontram-se devidamente instruído, atendendo as exigências mínimas legais, ficando evidenciada a solução mais adequada para atendimento da necessidade pública.

E, nos termos apresentados na justificativa de contratação, resta evidente a sua necessidade, considerando a natureza do objeto, onde os objetos da contratação atenderão a demanda da administração.

IV - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

Verifica-se dos autos que **o estudo técnico preliminar** apresentado possuem os elementos ao mínimo exigido em lei, conforme disposto no §1º e incisos do artigo 18 da NLLC, senão vejamos:

Art. 18. [...] § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

- I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III - requisitos da contratação;
- IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das





ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA

memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

No presente caso, verifica-se que o órgão requisitante elaborou o estudo técnico preliminar, com as exigências necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

V - DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Seguindo a análise, verifica-se que o **termo de referência** elaborado a partir do estudo técnico preliminar, contem os elementos essenciais exigidos pelo inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim determina:





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

Nesse sentido, observa-se que o Termo de Referência apresentado atende o disposto na legislação vigente.

Desta forma, é possível aferir que a fase preparatória do certame encontra-se em consonância com as exigências mínimas exigidas pela nova lei de licitações (Lei 14.133/2021) para fins de contratação nesta nova sistemática de licitações públicas.

VI - Da Minuta do Edital.

Conforme já informado ao norte, a elaboração da minuta do edital é um dos elementos que devem ser observados na fase interna da licitação pública.





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

Diante do apresentado, **afere-se que os itens e cláusulas da minuta do Edital estão definidos de forma clara e com os requisitos elencados do artigo 25 da Lei nº 14.133/2021**, de modo a atender aos pressupostos legais para sua publicação.

Ademais, a minuta do Edital do processo licitatório estabelece a modalidade de licitação para a contratação do objeto como sendo a **PREGÃO em sua forma eletrônica**, o que se encontra em perfeita correção uma vez que o objeto se enquadra na categoria de bens e serviços comuns, com padrões de qualidade e desempenho passíveis de descrição objetiva e usualmente encontrados no mercado, atendendo o disposto nos incisos XIII e XLI, do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

Por sua vez, o critério de seleção da proposta como sendo o “**menor preço**”, do mesmo modo, mostram-se adequado para a modalidade determinada pelo legislador.

Nesse sentido, observando-se os documentos acostados aos autos do processo licitatório em epígrafe, justifica-se a utilização da PREGÃO ELETRONICO para o referido procedimento, considerando a natureza do objeto a ser contratado, sendo certo que, não obstante o caráter facultativo da licitação, o mesmo se mostra aconselhável em função das vantagens que esse sistema vem trazendo para o Setor





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

Público, com a redução dos preços praticados, a simplificação dos procedimentos e a maior celeridade e transparência no certame.

VII - Da Minuta do Contrato

O artigo 92 e incisos da NLLC, estabelece as cláusulas que são necessárias nos contratos administrativos, senão vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;
- III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;
- IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;
- VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;
- VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- IX - a matriz de risco, quando for o caso;
- X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;
- XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;
- XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;
- XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;
- XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

- XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
- XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;
- XIX - os casos de extinção.

Da análise dos autos, verifica-se que a “minuta do contrato” possui as cláusulas mínimas previstas pelo art. 92 Lei nº 14.133/2021, estando em consonância com a legislação em vigência, havendo condições, portanto, de prosseguimento da licitação em seus ulteriores termos.

VIII - Publicidade do edital e do termo do contrato.

Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial da União, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

IX - CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, **opina-se pela legalidade**





**ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA DE NOVO HORIZONTE DO OESTE
PROCURADORIA JURÍDICA**

da minuta do edital e seus respectivos anexos, bem como da minuta do contrato.

Salvo melhor juízo, este é o meu Parecer.

Sem mais, remeto os autos à CPL para o prosseguimento do feito.

Novo Horizonte do Oeste/RO, 22 de abril de 2026.

**SIDNEI FURTADO MENDONÇA
PROCURADOR MUNICIPAL**







Município de Novo Horizonte do Oeste

63.762.009/0001-50

Av. Elza Vieira Lopes, 4803 Centro

www.novohorizonte.ro.gov.br

FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
Parecer	Jurídico	22/04/2026
ID: 319462		Processo
CRC: 70FEC063		Documento
Processo: 1-359/2026		
Usuário: SIDNEI FURTADO MENDONÇA		
Criação: 22/04/2026 13:05:23	Finalização: 22/04/2026 13:06:25	
MD5: 1F6D1A76342814D17708027A1725EFA5		
SHA256: E0EE6D63A45DF8BAA1A96EBC35D4B8C8B4277232CB448F3C002B79E30666C64C		
Símbula/Objeto:		
PARECER		

INTERESSADOS

PREFEITURA MUNICIPAL	NOVO HORIZONTE DO OESTE	RO	22/04/2026 13:05:23
----------------------	-------------------------	----	---------------------

ASSUNTOS

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços em Saúde e Segurança do Trabalho - SST	22/04/2026 13:05:23
--	---------------------

ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 SIDNEI FURTADO MENDONÇA	PROCURADOR JURÍDICO	22/04/2026 13:06:37
--	---------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 227/2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site transparencia.novohorizonte.ro.gov.br informando o ID 319462 e o CRC 70FEC063.